

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**CURSO DE
BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS COLATINA**

Vigente a partir de 05/02/2024



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
CAMPUS COLATINA

COLATINA – ES

2024

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adriana Pionttkovsky Barcellos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS COLATINA

DIRETOR-GERAL

Octavio Cavalari Júnior

DIRETOR DE ENSINO

Elizabete Gerlânia Caron Sandrini

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Wasley Antônio Ronchetti

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Thereza Christina Ferrari Paiva

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

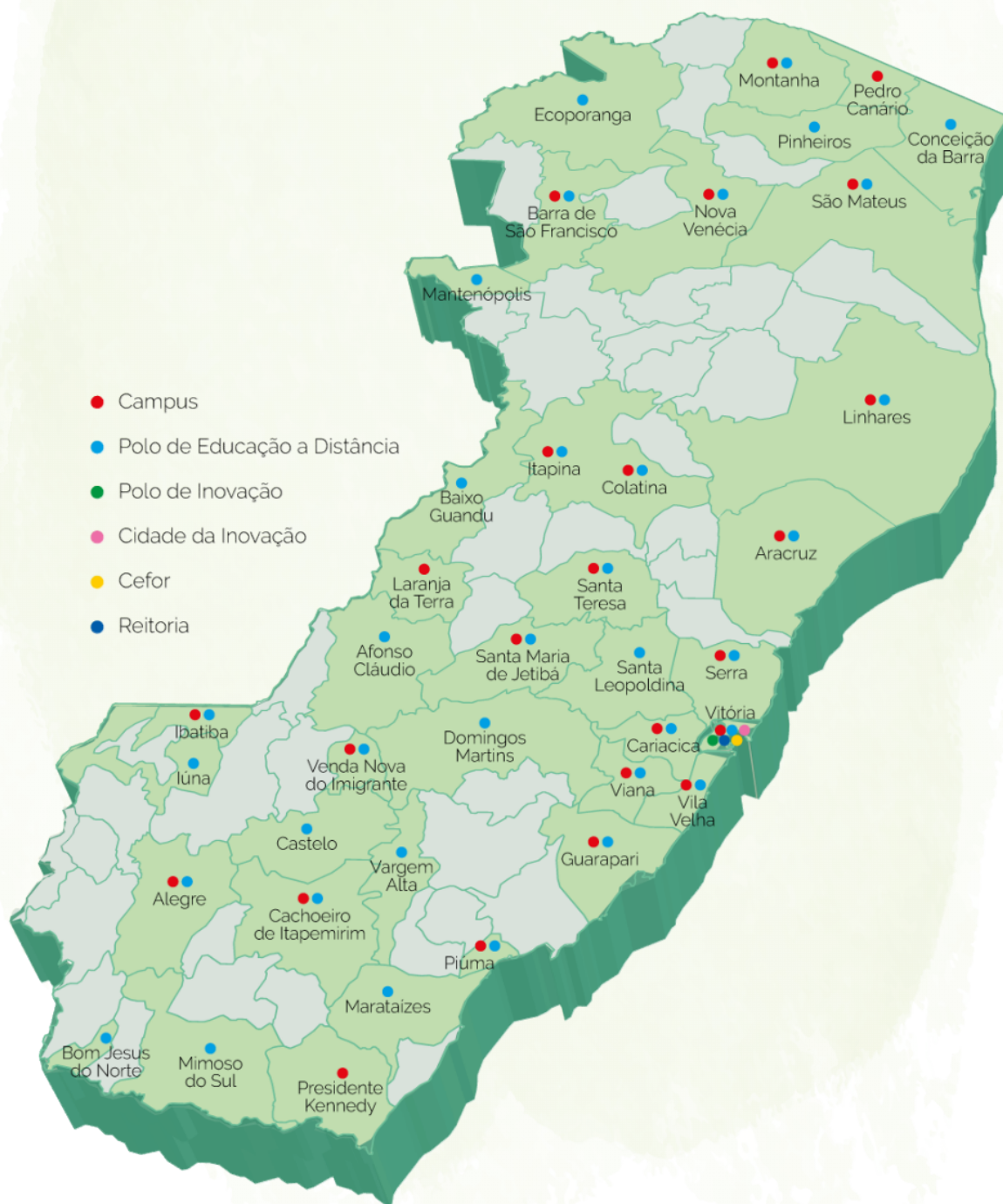
Izabel Maria Laeber

Isabel Cristina Gomes Basoni

Joanita Araújo Espanhol

Luiz Fernando Damonech

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO GERAL.....	7
1.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO.....	8
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	12
2.1. DENOMINAÇÃO.....	12
2.2. ÁREA DE CONHECIMENTO OU EIXO TECNOLÓGICO.....	12
2.3. GRAU.....	12
2.4. MODALIDADE.....	12
2.5. DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	12
2.6. TURNO DE OFERTA.....	12
2.7. PERIODICIDADE.....	12
2.8. TIPO DE OFERTA.....	12
2.9. NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS.....	12
2.10. PERIODICIDADE DA OFERTA.....	12
2.11. CARGA HORÁRIA TOTAL.....	13
2.12. FORMAS DE ACESSO.....	13
2.13. LOCAL DE OFERTA.....	13
2.14. COORDENADOR.....	13
2.15. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM ANOS.....	13
2.16. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÕES DO PPC.....	13
3. JUSTIFICATIVA.....	14
4. OBJETIVOS.....	19
4.1. OBJETIVOS GERAIS.....	19
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
5. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	20
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	22
6.1. CONCEPÇÃO.....	22
6.2. METODOLOGIAS.....	24
6.2.1. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA DISCIPLINAS EAD PARCIAIS OU INTEGRAIS.....	25
6.2.2. PERFIL DOCENTE PARA ATUAR EM DISCIPLINAS EAD.....	27
6.3. ESTRUTURA CURRICULAR.....	28
6.3.1 Matriz Curricular.....	28
6.3.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA/FLUXOGRAMA.....	33
6.3.3 COMPOSIÇÃO CURRICULAR.....	35
6.3.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS E ELETIVAS.....	35
6.3.5 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS.....	36
6.3.6 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	103
6.3.7 ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS.....	114
6.3.8 TRIÁDE DO CONHECIMENTO: INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	117
6.3.9 INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	119
6.3.10 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO.....	121
7. AVALIAÇÃO.....	124

7.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	124
7.1.1 Núcleo Docente Estruturante.....	124
7.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	125
7.3. AVALIAÇÃO DO CURSO.....	128
7.4. PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	129
7.4.1. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO.....	130
7.4.2. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AVALIAÇÃO.....	130
7.4.3. DIRETRIZES METODOLÓGICAS E OPERACIONAIS.....	131
8. ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	132
8.1 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	133
9. GESTÃO DO CURSO.....	134
10. CORPO DOCENTE.....	137
11. INFRAESTRUTURA.....	144
11.1. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS.....	144
11.2. ÁREAS DE ESTUDO GERAL.....	144
11.3. ÁREAS DE ESPORTES E VIVÊNCIA.....	145
11.4. ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE.....	145
11.5. ÁREAS DE APOIO.....	146
11.6. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA.....	146
11.7. BIBLIOTECA.....	147
12. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	151
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	152

APRESENTAÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO GERAL

Para explicitação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração, torna-se, imprescindível, evidenciar, primeiramente, a linha histórica da Escola Técnica Federal (ETF) de Colatina, inaugurada em 13/03/1993, atualmente denominada Ifes-Campus Colatina. Em 2004, pelo Decreto n. 5.224, que dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), as ETFs foram transformadas em Cefetes. Estes, em consonância com o Decreto n. 5.225/2004, que estabelece a organização do ensino superior, foram autorizados pelo governo federal a ministrar cursos de graduação.

Tempos mais tarde, a Lei n. 11.892, de 29/12/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, e os Cefetes passaram a ser Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, “instituições de educação básica, profissional e superior, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008).

No Espírito Santo, o Instituto Federal é referenciado pela sigla Ifes e tem por missão promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. Além disso, busca, em sua visão de futuro, ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do estado. Por isso, o papel primordial é ser capaz de formar profissionais qualificados e cada vez mais cientes de sua contribuição para a melhoria do processo administrativo, frente às novas necessidades de desenvolvimento, adaptando-se às novas tecnologias.

Nesse cenário, o Campus Colatina, que ao longo da história passou por muitas mudanças: Escola Técnica Federal; Centro Federal de Educação Tecnológica; e, atualmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, encontra-se em processo de verticalização do ensino, pois, desde 2006, possui o Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, sendo referência de ensino público de qualidade.

Ao longo dos anos, turmas do Ifes-Campus Colatina foram formadas e inseridas no mercado de trabalho, contribuindo para a gestão/produção da cadeia econômica, não somente do município. Além disso, o processo de ensino tem possibilitado à instituição ser referência de ensino público de qualidade. Assim, em 2010, teve início a turma de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal e, em 2013, a de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública, na modalidade a distância. Dentro dessa lógica, a equipe de professores do curso de Administração, que esteve presente desde o início da implantação dos cursos integrados, percebendo a necessidade e a intenção do campus em verticalizar as atividades de ensino, evidenciou a viabilidade de um curso Superior.

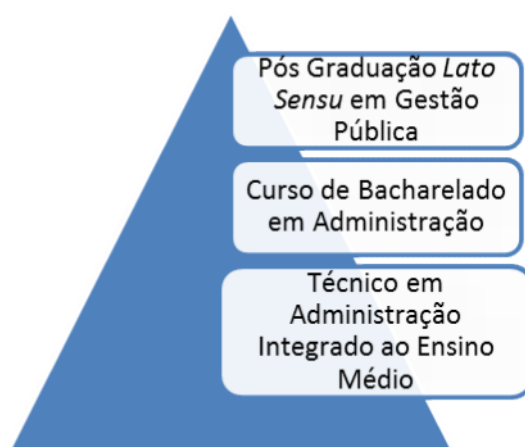
A Coordenadoria de Gestão Empreendedora, então, iniciou trabalhos para a criação do curso de Bacharelado em Administração, buscando responder 02 (dois) anseios da comunidade: o primeiro, a continuidade do ensino de qualidade oferecido aos concluintes do ensino técnico,

de oferta gratuita, o que evitaria o deslocamento dos educandos para outras localidades, ou até mesmo, na maioria dos casos, a interrupção dos estudos na área; o segundo, o desenvolvimento sustentável, o que situa a Instituição na política de ensino adotada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): a de ofertar cursos baseados nas demandas econômica, social e cultural da região onde a instituição está inserida, de acordo com a Lei 11.892/2008. A oferta favorece, conforme apontado, a integração e a verticalização do ensino básico ao superior. As políticas educacionais do Campus Colatina preceituam o incentivo à construção coletiva em busca de diretrizes comuns, em que a aprendizagem deve ser o fim último de todas as atividades de ensino e o primeiro compromisso de todos os professores.

O processo de ensino do curso de Bacharelado em Administração baseia-se na construção coletiva, com papel determinante de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), tendo em vista o compromisso de todos os professores com o processo de ensino-aprendizagem, sendo este inclusivo e com estratégias que visam à permanência e ao sucesso do educando; ao respeito à pluralidade, às questões étnico-raciais; e ao desenvolvimento das competências, habilidades e valores quanto à responsabilidade socioambiental.

As práticas de ensino, planejadas pelos professores, juntamente com a pedagoga, têm etapas de planejamento no início dos semestres letivos e acompanhamento durante o ano. Isso tem favorecido a permanência do aluno e diminuído os índices de evasão. Pode-se verificar no PDI que uma das diretrizes para o processo de ensino é que “as atividades de ensino devem ser indissociáveis das atividades de pesquisa e extensão”. A verticalização proposta é apresentada na Figura 01.

FIGURA 1 – VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO.



Fonte: Comissão do PPC.

1.2 APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação em Administração foi construído pela Comissão de Estruturação do Curso Bacharel em Administração – Portaria n. 203, de 16 de julho de 2014, com base no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação –

Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005, hoje revogada pela Resolução CNE/CES n. 5, de 14 de outubro de 2021; com base na Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007, também do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior; e, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei n. 9.394/96. Neste momento de reformulação, além das legislações atualizadas, foi utilizada, ainda, a Resolução do Conselho Superior n. 1, de 11 de março de 2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação do Ifes.

A reformulação do PPC contou com a participação de docentes representantes do curso, a coordenadora do curso e uma representante da Coordenadoria de Gestão Pedagógica. Foram consultados para esta reformulação: a Biblioteca, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (CRIEC), a Direção de Pesquisa e Extensão e a Direção de Ensino do campus Colatina.

Na elaboração do documento foram observadas, ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004. Nesse sentido, em 2017, o campus Colatina instituiu o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi), que tem como função divulgar o conhecimento sobre as questões raciais relacionadas à africanidade, aos indígenas e à negritude.

O Ifes, seguindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto na Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012, contempla, em seu PDI, ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia. Essas ações se refletem no curso de Bacharelado em Administração de forma transversal em suas disciplinas, por meio de atividades de ensino e atividades complementares, entre outras contempladas nesse PPC.

O Campus Colatina conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) que é um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. Esse Núcleo tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos, inclusive o curso de Bacharelado em Administração, respeitando o que reza a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é ofertada como disciplina optativa no curso, conforme disposto no Decreto nº 5626/2005, no Capítulo II – Da Inclusão da Libras como Disciplina Curricular, no seu Art. 3º, § 2º, a disciplina “constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional”. A linguagem de Libras foi reconhecida como uma das línguas oficiais do país, através da Lei 10.436/2002. A oferta da disciplina Libras nos cursos de graduação constitui-se em um avanço para a comunidade surda, pela valorização e reconhecimento da língua de sinais, o que gera uma mudança social, acarretando compreensão e aceitação. O aluno do Campus Colatina, ao se inserir no mercado de trabalho, terá um diferencial na comunicação e melhoria de seu ambiente de trabalho favorecendo a inclusão de pessoas com surdez, se optar por cursar essa disciplina.

O PPC do curso de Bacharelado em Administração contempla disciplinas obrigatórias e optativas que atendem às políticas de Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002 e a Resolução CNE/CP N. 2, de 15 de junho de 2012), além de oferecer atividades complementares como, por exemplo, os seguintes projetos: Semeando o verde; Ensino Biomas, parte 1; Ensino Biomas, parte 2; Programa Águas do ES - programa de extensão; Rede de Educadores Ambientais - programa em rede do qual o campus faz parte; Apoio ao Projeto GAMBAS. Dentre outras ações institucionais, o Campus Colatina é uma das Instituições que compõe o CBH-Doce.

Adotou-se, no curso de Bacharelado em Administração, a gestão compartilhada com o NDE, tendo a participação do Colegiado. As decisões são tomadas em conjunto para que a Coordenação do Curso coloque as ações em prática. As decisões são baseadas em avaliações realizadas, como o relatório da CPA, as avaliações dos docentes pelos discentes, relatórios de evasão, acompanhamento de frequência e rendimentos escolar, disponibilizados no Sistema Acadêmico Q-Acadêmico 3.0. Com a existência da Comissão Setorial de Avaliação Institucional (CSAI) no *campus*, que conta com apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), as avaliações de curso são feitas anualmente, fornecendo informações importantes para o processo de gestão do curso. Os resultados obtidos pela CSAI são repassados em reunião para a comunidade – discentes e servidores – e depois são afixados nos murais da instituição, para maior conhecimento dos procedimentos e das ações a serem realizadas, por quem for de direito, a partir do resultado das avaliações. Concomitante a esse processo, a gestão do curso e a do campus apresentam ações para melhorias contínuas, tendo por base os resultados apresentados. Periodicamente, o NDE, a Coordenação de Curso e a Coordenadoria de Gestão Pedagógica verificam as informações para planejar as ações necessárias para o bom desenvolvimento e aprimoramento do curso.

Após o reconhecimento do curso, em 2019, foi dado início à reformulação do PPC, aprovado em 2021, utilizando a Matriz de Referência criada em 2016, pela equipe instituída pela Portaria nº 2.984 de 18/10/2016. Uma nova reformulação foi realizada em 2023, com vigência a partir de 27/07/2023, com o objetivo de regularizar a oferta de parte das disciplinas na modalidade a distância, cuja Câmara de Graduação do Ifes aprovou em 19 de junho de 2023. Este documento constitui-se uma nova reformulação realizada para atender a exigência de regulamentações que surgiram depois da última revisão e que precisam ser observadas nas ofertas de cursos superiores no país e no Ifes.

O PPC foi elaborado tendo em vista o que está disposto nas seguintes regulamentações nacionais e institucionais: a Resolução Consup/Ifes n. 01/2019, que estabelece procedimentos para abertura, implantação, acompanhamento e revisão de Projeto Pedagógico do Curso de Graduação do Ifes; a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências; a Resolução Consup/Ifes n. 38/2021, que regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes; a Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino; a Resolução Consup/Ifes nº 58 de 15 de outubro de 2021, que normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais

nos cursos presenciais do Ifes; a Resolução CNE/CES n. 05, de 14 de outubro de 2021, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração; e a Resolução Consup/Ifes n. 135, de 14 de dezembro de 2022, que regulamenta as Diretrizes para os Cursos de Graduação em Administração do Ifes.

Para esta reformulação do PPC, a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do Curso de Bacharelado em Administração têm buscado constante diálogo com a Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP), a Diretoria de Ensino (Diren), a Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA), a Coordenadoria da Biblioteca, a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (REC) e a Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão (DPPGE); bem como com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), o Núcleo de Relações Internacionais (NRI), o Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade (Nepgens).

Desse modo, com o objetivo de atualizar e aprimorar o PPC do curso, nesta reformulação, foram considerados aspectos como a atualização dos componentes curriculares, com base na Resolução Consup nº 135/2022; e a curricularização da extensão, com base na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Superior (CES) nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução Consup nº 38/2021.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1. DENOMINAÇÃO

Bacharelado em Administração

2.2. ÁREA DE CONHECIMENTO OU EIXO TECNOLÓGICO

Ciências Sociais Aplicadas

2.3. GRAU

Bacharelado

2.4. MODALIDADE

Presencial

2.5. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Bacharel em Administração

2.6. TURNO DE OFERTA

Noturno

2.7. PERIODICIDADE

Semestral

2.8. TIPO DE OFERTA

Crédito

2.9. NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS

40

2.10. PERIODICIDADE DA OFERTA

Anual

2.11. CARGA HORÁRIA TOTAL

3.000 horas

2.12. FORMAS DE ACESSO

Sistema de Seleção Unificada (SISU).

2.13. LOCAL DE OFERTA

Ifes-Campus Colatina, Avenida Arino Gomes Leal, n. 1700, Bairro Santa Margarida, Colatina-ES, CEP: 29700-558

2.14. COORDENADOR

O curso é coordenado pela Profa. Mestra Danielle Braun Calavotte Cozer conforme Portaria n. 598, de 06 de março de 2024. Ela é Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Espírito Santo - Unesc (2003), licenciada em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2020), especialista em Direito Civil pelo Unesc (2004) e em Direito de Família e Sucessões (2014) pela Damásio mestra em Direito: Políticas Públicas e Processo pelo Centro Universitário Fluminense - UNIFLU (2009). Leciona disciplinas no Ensino Técnico em Administração, Edificações, Meio Ambiente, Informática integrados ao Ensino Médio, no Bacharelado em Administração e na Pós-graduação em Administração Pública.

2.15. PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM ANOS

Mínimo: 4 anos

Máximo: 8 anos

2.16. HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÕES DO PPC

Criação	Resolução Consup/Ifes n. 53/2014
Reformulação	2016/02
Reformulação da Matriz com carga horária a distância	2021/02
Reformulação da Matriz e atualização de regulamentações	2023/02
Reformulação da Matriz e Curricularização da Extensão	2024/01

3. JUSTIFICATIVA

A capacidade de atrair novos investimentos tem se mostrado como um importante fator de exploração das potencialidades econômicas e identificação de novas oportunidades de negócios para o estado do Espírito Santo. Embora em um contexto de retração econômica, tanto nacional quanto mundial, inúmeras iniciativas governamentais têm possibilitado a construção de um ambiente favorável à fixação de novos empreendimentos no estado.

Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a carteira de investimentos públicos e privados anunciados para o Espírito Santo cresceu de R\$ 41,1 bilhões em 2005-2010 para R\$ 120,2 bilhões de 2013-2018. Apesar dos entraves causados pela pandemia da COVID-19, os projetos públicos e privados anunciados entre 2021 e 2026, apontam um valor individual igual ou superior a R\$ 1 milhão e somam juntos mais de R\$ 50 bilhões em investimentos para o Espírito Santo. Para o grande setor Comércio, serviços e administração pública, foram anunciados investimentos que chegam a R\$ 3,1 bilhões, distribuídos em 294 projetos. Isso corresponde a 6,2% dos investimentos anunciados para o período 2021-2026. Esses investimentos aumentam, consideravelmente, a atratividade do estado a novos empreendimentos, bem como ampliam a capacidade competitiva dos empreendimentos já instalados no estado, além de possibilitarem a melhoria do bem-estar social pela geração de emprego e renda (IJSN, 2023).

De acordo com os dados do IJSN, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado atingiu em valores correntes a cifra de R\$ 138,4 bilhões, o que representou 1,8% do PIB brasileiro. No estado do Espírito Santo, o fraco desempenho do PIB estadual pode ser observado em sua variação nominal, ao passar de R\$ 137,4, bilhões em 2019 para R\$ 138,5 bilhões em 2020. O acréscimo de R\$ 1,1 bilhão é explicado pela alta de 5,5% do índice de preço (deflator do PIB), que traduz uma ponderação entre todos os preços de produção e todos os gastos com insumos. Em termos de produção física agregada, a economia capixaba declinou -4,4%, registrando o quarto maior decréscimo entre as 27 unidades da federação, e registrou um decréscimo de 1,8% no segundo trimestre de 2020.

Em que pese o impacto representado pelos efeitos da pandemia, em termos econômicos, a retração de -4,4% foi a segunda maior queda do período 2011-2020 da economia capixaba, ficando atrás da queda de -5,2% em 2016, ano que ficou marcado pelos reflexos da crise hídrica no desempenho da Agropecuária e pela paralisação da Samarco, em razão da tragédia de Mariana-MG. A redução do produto real gerado pela economia capixaba, em 2020, contribuiu para a perda de participação do PIB do Espírito Santo no PIB brasileiro. A representatividade, que era de 1,9% em 2019, caiu para 1,8% em 2020. Apesar da perda de participação, o estado manteve-se em 14º lugar no ranking por Unidade da Federação, posição ocupada desde 2016.

A economia do Espírito Santo esteve acima da brasileira em três das últimas quatro avaliações trimestrais, os números refletem a capacidade de recuperação de todos os setores da economia, haja vista que no segundo trimestre de 2014 todas as medidas de desempenho capixaba obtiveram variação positiva. Dentre as atividades econômicas que mais contribuíram para a retomada do crescimento no estado encontram-se, além da indústria extrativa, o setor de

Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação. No estado, o município de Colatina é um dos que mais se destaca por seu comércio e prestação de serviços.

O município de Colatina exerceu um importante papel no desenvolvimento do norte do Espírito Santo. Historicamente, lembrada por sua produção agrícola, à época majoritariamente pela produção do café conilon e, mais recentemente, pela fruticultura e hortigranjeira, Colatina ocupa hoje importante papel em inúmeros outros setores. Além da agricultura e do comércio, referenciados anteriormente, destacam-se, ainda, no município indústrias moveleiras e de confecções e empresas prestadoras de serviços na área de saúde e de serviços educacionais. Apesar de a indústria moveleira colatinense contar com aproximadamente 150 empresas, o grande destaque industrial é atribuído à indústria de confecções, por sua importância para o desenvolvimento econômico do município.

Colatina é a segunda cidade do ES para negócios e atrai cada vez mais empresas, inclusive startups, que estão de olho na inovação. Em 2012, foi intitulada a capital do polo de confecções do estado (LEITE, 2014) e um dos maiores do país (TOLIPAN, 2014). Todo o potencial econômico evidenciado, além da privilegiada localização geográfica, torna o município de Colatina um atrativo à instalação de novos empreendimentos. Além disso, iniciativas governamentais, como investimentos na construção de distritos industriais, na criação do Centro Logístico Industrial Aduaneiro e na oferta de incentivos fiscais, contribuíram significativamente para a instalação de empresas como: Centro Norte Logística Integrada; Granibras; e Basalto São Cristóvão. Possibilitou ainda, a chegada de outras grandes empresas como os Laboratórios Bagó do Brasil, AXL Alumínios, Grupo Bertolini e Shopping Moda Brasil Premium.

O Espírito Santo exibiu taxa de informalidade de 38,8% em 2022, percentual inferior à média brasileira (39,6%). Colatina é o sétimo município do estado no ranking de pessoas ocupadas, apresentando em 2020 um total de 37.662 pessoas com ocupação formal. Vale destacar que há um número considerável de pessoas que têm uma ocupação informal e que contribuem para o baixo índice de pessoas com ocupação (IBGE, 2020).

Colatina foi, ainda, o 11º município em relação ao Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ano de 2021, ficando atrás de Serra, Vitória, Cariacica, Vila Velha, Linhares, Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Viana, Aracruz, e Itapemirim e à frente dos demais municípios (67 municípios) (SEFAZ, acessado em 2023).

O Valor Adicionado Fiscal (VAF), cujo somatório forma o PIB Estadual, tem crescido, conforme tabela abaixo, exceto para o ano de 2016, ano em que houve a crise política, econômica e financeira no Brasil.

Quadro 1 - Evolução do VAF/ES do Município de Colatina

ANO	VAF ANO ANTERIOR (R\$)	VAF ANO BASE (R\$)	Variação em Relação ao ano de 2013
2021	2.520.146.732,02	3.732.214.035,04	135,33%
2020	2.300.669.674,95	2.454.071.109,02	54,74%
2019	2.002.797.300,64	2.126.828.783,23	34,11%
2018	1.848.196.255,30	1.959.290.818,75	23,54%
2017	1.794.967.753,77	1.828.857.884,58	15,32%
2016	1.884.794.052,70	1.788.113.985,57	12,75%

2015	1.662.895.500,54	1.884.568.641,43	18,83%
2014	1.588.600.333,84	1.652.395.179,55	4,19%
2013	1.433.759.753,20	1.585.920.526,51	0,00%

Disponível em: < https://internet.sefaz.es.gov.br/informacoes/arrecadacao/ipm/rel_publicos/vaf_resultado.php >

Colatina fechou o ano de 2022 com saldo positivo na geração de empregos, tendo sido criados 1.072 novos empregos formais, de acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em todo ano, o setor que mais empregou foi o de serviços, com saldo positivo de 678 novos postos de trabalho. Em relação aos anos anteriores, também se verifica uma evolução na admissão de trabalhadores. Em 2019, o saldo positivo se restringiu a 192 novos empregos, enquanto que, em 2020, ano de pandemia, o saldo foi negativo com 235 postos de trabalho fechados. A recuperação veio a partir de 2021, quando o número de novos empregos também passou de 1 mil.

De acordo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater), referente ao período de 2020–2023, Colatina é destaque regional no setor de comércio e serviços, possuindo também um forte setor industrial que, atualmente, responde pela maior parte do ICMS recolhido na cidade e contribui para a diversificação da economia local. Os ramos industriais mais significativos, atualmente, são os setores de confecções, moveleiro, metal mecânico, alimentar e de serviços. Exportadores de café, atacadistas e as lojas de pronta entrega dinamizam o comércio local que atende aos municípios do norte capixaba, leste de Minas Gerais e sul da Bahia, representando um universo de mais de 700 mil consumidores (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Desde sua colonização, a instalação das unidades fabris, e o setor de comércio e serviços se tornaram importantes empregadoras de mão de obra e geradoras de receita para o município. Apesar da importância dos outros segmentos econômicos, a agricultura apresenta-se como peça fundamental na economia colatinense como uma das principais fontes de geração de trabalho e renda, ocupando a grande parcela da população.

Segundo o Plano Estratégico-ES 2019-2022 do Espírito Santo, a transversalidade das políticas públicas em Educação e seus impactos colocam esta área como uma das principais em termos de bem estar social, tendo em vista que seus resultados afetam, de forma direta e indireta, diversos fatores na formação econômica e social, bem como o local em que os cidadãos estão inseridos. Segundo o documento, um dos seus pilares de atuação será a ampliação do acesso, da permanência e da aprendizagem. Além de benefícios sociais e econômicos, investir na educação, ou na geração do conhecimento, tem sido destacado como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e para o aumento da competitividade das nações.

Relevante destacar que no Plano Estratégico-ES 2025, o objetivo do Governo do Estado é “Fortalecer a centralidade regional do município de Colatina e promover o desenvolvimento dos municípios de sua área de influência.” Neste Plano, são destacadas ações para: aumentar a capacidade de atendimento da rede hospitalar de abrangência regional; melhorar e ampliar os serviços de educação de nível técnico e superior; melhorar as condições de infraestrutura de logística e transporte, com alcance inter-regional; incrementar o suprimento de gás natural; expandir a rede de fibra óptica na região; conservação e recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; e desenvolvimento dos arranjos e cadeias produtivas da região (cafeicultura, fruticultura, confecções, metalmecânica e rochas ornamentais).

A incorporação do conhecimento à formação profissional possibilita o desenvolvimento de novos produtos e serviços que possibilitem conciliar o crescimento econômico com a conservação e recuperação dos recursos naturais. Além disso, possibilitam adaptabilidade e resposta aos eventos climáticos.

Atentos a essas demandas, inaugurou-se em Colatina, no ano de 2014, o Senai Centromoda, um centro para formação de profissionais para a indústria de confecções. Moderno e inovador, esse centro de formação possui uma mini fábrica têxtil que simula o ambiente industrial. Esta é uma iniciativa do Sistema Fides, por meio do Senai, da ordem de 4 milhões de reais.

No intuito de possibilitar que os novos empreendimentos instalados no município de Colatina e região encontrem, em seu entorno, profissionais com formação adequada para suas necessidades, o curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina busca formar profissionais capacitados para atuarem como gestores, contribuindo assim para o desenvolvimento social da região.

Há tempos, a administração de negócios e instituições públicas deixou de ser realizada de maneira informal e amadora. Assim, compreende-se, atualmente, que para administrar é necessário considerar inúmeros fatores inerentes ao negócio: estratégias dos concorrentes, relações custo versus benefício, geração de valor para clientes, sócios e acionistas, dentre outros. Ou seja, é necessário um profissional capacitado para um posicionamento da empresa, ou órgão público, que possibilite oferecer benefícios aos consumidores/sociedade. Dessa forma, para as empresas será possível garantir a manutenção de sua competitividade e sua continuidade no mercado, e para a Administração Pública será possível garantir o bem-estar social e a gestão eficiente e eficaz do recurso público.

Considerando a perspectiva de desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo, em especial a perspectiva do município de Colatina e região, é preciso ampliar a oferta de formação profissional para atuação como gestores de recursos públicos e privados. O Ifes-Campus Colatina tem por objetivo atender a essa demanda, oferecendo, gratuitamente, formação profissional de qualidade em diversos níveis de ensino e, em especial para este projeto de curso, na formação de bacharéis em Administração.

O curso de Bacharelado em Administração proposto pelo Ifes-Campus Colatina visa oferecer qualificação de excelência em Gestão e Negócios públicos e/ou privados, por meio de formação profissional para atuação no planejamento, organização, direção e controle de processos relacionados às áreas de recursos humanos, finanças, produção e mercadologia. Mediante a assimilação de conhecimentos, conceitos e princípios científicos e tecnológicos da Administração, bem como de princípios de respeito à pessoa e ao meio ambiente. Com este curso, espera-se contribuir para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que possibilitem o desenvolvimento organizacional público e privado, visando ainda contribuir para uma melhor atuação dos gestores de negócios, de modo a alavancar o desempenho das organizações locais e regionais, preparando-as para uma atuação mais eficaz frente aos desafios por elas enfrentados.

Segundo o Conselho Federal de Administração (CFA), tanto no setor público quanto no setor privado, as oportunidades são reais e o Administrador é cada vez mais requisitado, devido ao grande número de empresas registradas nas Juntas Comerciais. Ainda que haja oferta de

aproximadamente 2000 cursos de bacharelado em Administração no Brasil, a necessidade de formação desse profissional é cada vez maior.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), na esfera pública federal, o curso presencial com maior número de matrículas é o de Administração (47,1 mil). Tal demanda demonstra que o mercado de trabalho para o administrador continua aquecido, justificando a manutenção da oferta de vagas pelas instituições de ensino.

Ainda que o cenário delineado e as informações apresentadas sinalizem condições favoráveis à continuidade da oferta de vagas de Bacharelado em Administração pelo Ifes-Campus Colatina, no propósito de investir de maneira responsável os recursos públicos federais destinados à educação, como requisito para reformulação deste projeto de curso, avaliou-se a demanda no município de Colatina, município sede do Campus proponente desta formação profissional. Diante do exposto, entende-se que o curso de Bacharelado em Administração, ofertado pelo Ifes-Campus Colatina, turno noturno, possui grande viabilidade e potencial para atuar em uma formação profissional que contribua, principalmente, para o desenvolvimento local e regional.

Cabe salientar, ainda, que, apesar dessa demanda ter sido investigada somente na cidade de Colatina, o Ifes-Campus Colatina exerce importante papel na formação de profissionais que atuam ou podem atuar nos municípios adjacentes e, por isso, algumas prefeituras vizinhas à Colatina financiam o transporte de alunos de seus municípios até o Campus. Tais constatações ampliam ainda mais as potencialidades da oferta de um curso como este pelo Ifes-Campus Colatina.

OBJETIVOS

Os objetivos do curso de Bacharelado em Administração do Campus Colatina foram traçados em consonância com o que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pela Resolução n. 5 do CNE, de 14 de outubro de 2021.

4.1. OBJETIVOS GERAIS

Formar profissionais capazes de compreender e gerenciar questões científicas, técnicas, sociais e econômicas das organizações públicas, privadas e do terceiro setor, aptos a liderar processos de tomada de decisão, flexíveis e habilitados a lidar com situações corriqueiras e/ou emergentes que façam parte do campo de atuação do administrador.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos;
- Preparar cidadãos e profissionais aptos para intervenção na realidade de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional;
- Formar profissionais que sejam capazes de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar processos técnicos relacionados com as áreas de recursos humanos, finanças, produção e mercadologia;
- Formar profissionais com visão holística e interdisciplinar que viabilize a busca por soluções complexas para problemas das diversas áreas das organizações públicas, privadas e terceiro setor;
- Capacitar o aluno para agir diante dos desafios provenientes de fatores econômicos, socioculturais, históricos e ambientais, políticos e tecnológicos, de forma a identificar oportunidades para diferenciação competitiva do empreendimento no mercado;
- Preparar lideranças para a Administração Pública, gerar novos empreendedores e capacitar profissionais já inseridos no mercado para a atuação na gestão pública e privada; e
- Incentivar a pesquisa e a investigação científica visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como alternativas para o desenvolvimento local e global.

PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do egresso foi traçado de modo a atender o que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, instituídas pela Resolução/CNE n. 5, de 14 de outubro de 2021.

O curso de Bacharelado em Administração ofertado pelo Ifes-Campus Colatina visa formar um profissional com capacitação e aptidão de excelência em gestão e negócios públicos, privados e terceiro setor, por meio de formação profissional para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observando níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador, sejam estas em instituições públicas ou privadas.

O curso visa, ainda, a uma formação profissional cujas competências sejam:

I - Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso;

II - Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a interrelação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira);

III - Analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes;

IV - Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população;

V - Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente

realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução;

VI - Gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado;

VII - Ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos;

VIII - Comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas;

IX - Aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

Além de estar apto para atuar na área de gestão das organizações públicas, privadas e terceiro setor, o egresso do curso estará apto, também, a seguir carreira acadêmica, em um processo de formação continuada, podendo, futuramente, atuar como docente e/ou pesquisador.

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. CONCEPÇÃO

Segundo dados do Conselho Federal de Administração (CFA), os cursos de Administração no Brasil apresentaram um crescimento significativo nas últimas décadas e o número de vagas no mercado de trabalho para o Administrador também seguiu essa tendência de crescimento.

A Administração é uma ciência relativamente recente, tendo em vista que, apenas em 1941, o curso de Administração ganhou uma identidade, com a fundação da Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN/SP). Tal curso foi concebido inspirado no modelo do curso da *Graduate School of Business Administration*, da Universidade de Harvard.

Outro fator relevante para a consolidação acadêmica dos cursos de Administração foi a criação, em 1946, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, a FEAC/USP. Logo em seguida, em 1952, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), pela Fundação Getúlio Vargas. Já em 1954, foi fundada a Escola Brasileira de Administração de Empresas de São Paulo, a Easp, também ligada à Fundação Getúlio Vargas.

Foi a Easp que formou a primeira turma de Bacharéis em Administração, no ano de 1959, e consolidou o primeiro currículo especializado em Administração, visando formar profissionais especialistas, os quais pudessem considerar os aspectos relativos à crescente concorrência, aos avanços tecnológicos, à integração global, e cientes de que não era mais possível gerir negócios de forma amadora. Outros avanços aconteceram, já na década de 1960, quando a Fundação Getúlio Vargas começou a ministrar cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, nas áreas de Economia e Administração, e a FEA/USP passou a oferecer cursos de Administração.

No entanto, o grande marco para a Administração no Brasil, aconteceu em 1965, com a promulgação da Lei n. 4.769, de 09 de setembro de 1965, que regulamentou a profissão do Administrador, em nível superior, pois, até então, os profissionais da área eram técnicos em Administração. Contudo, a carreira do Administrador, nos níveis técnico e superior, só foi plenamente regulamentada em 1967, por meio do Decreto n. 61.934, de 22 de dezembro de 1967.

No estado do Espírito Santo, segundo dados do site do Instituto Semesp, atualmente, o curso de Bacharelado em Administração está entre os cinco mais procurados, tanto na modalidade presencial quanto a distância, com mais de 12.000 (doze mil) alunos matriculados em 2021.

De acordo com dados do censo realizado pelo CFA, em 2008, a profissão de Administração foi umas das que mais cresceu no Brasil. No ano de 2009, foram aproximadamente 1.800 cursos e mais de 700 mil matrículas. Existem cerca de 280 mil Administradores registrados no Sistema CFA/CRAs. Nesse contexto, foi idealizado o Curso de Bacharelado em Administração do Campus Colatina, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, e como forma de atender à demanda crescente pelo profissional da Administração e de ofertar, gratuitamente, esta formação à comunidade local e regional.

O Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina foi concebido a partir da premissa de que a região necessita de profissionais preparados para desempenhar atividades

de gestão nas organizações de pequeno, médio ou grande porte, atentos às necessidades de preservação ambiental, à qualidade de vida dos funcionários e da comunidade local, e perspicaz para identificar novas oportunidades de negócios.

O curso tem sua concepção voltada para a formação ampla do Administrador, com ênfase na vertente da gestão de empresas privada, sem deixar, no entanto, de formar para a gestão pública, além de um foco na área de negócios, considerando que essas são características do mercado em que os egressos operarão.

Além da formação científica e técnica, é necessário, também, formar cidadãos com consciência ética, sustentável e social. Para tal, o Ifes-Campus Colatina, por meio da Comissão de Elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso, estruturou a Matriz Curricular, objetivando ofertar conteúdos práticos e teóricos, abrangendo as disciplinas e as atividades acadêmicas de forma integrada com as organizações da região.

Ao idealizar este curso, observaram-se as normas do CNE/CEES Resolução n. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre cargas horárias mínimas e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados na modalidade presencial e fixa o mínimo de 3.000 horas para o Curso de Bacharel em Administração.

Nesse sentido, a metodologia utilizada agrega estratégias de ensino e aprendizagem diversificadas, valorizando o raciocínio e as competências cognitivas, a fim de potencializar a interação entre alunos e professores para a construção de conhecimentos coletivos.

A concepção do curso está baseada na atitude de aprender a aprender, de pensar e relacionar o conhecimento com a experiência cotidiana, permitindo que o aluno integre a teoria, a prática e o contexto de aplicação, incluindo ações de extensão e integração entre a instituição e o campo de atuação do egresso, desenvolvendo o senso crítico e a argumentação.

Assim, o curso foi concebido tendo por base os seguintes aspectos:

- visão ampla e conhecimento das transformações que estão acontecendo na atualidade;
- motivação para conquistar essa visão, desenvolvendo conteúdos curriculares, criando oportunidades de aprendizagem e integrando as diversas disciplinas e atividades acadêmicas;
- integração com os diversos contextos de vida social e pessoal, promovendo uma relação ativa entre os alunos e o objeto do conhecimento, entre o conteúdo aprendido e o observado, entre a teoria e a prática;
- consciência de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

Em síntese, a formação prevista para o aluno de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina tem por base a concepção da educação humanística, tendo em vista o todo, permitindo-lhe compreender o cenário econômico, o contexto político-social e a tomada de decisões em uma sociedade globalizada, pautando-se na formação técnica e científica e internalizando valores adequados ao cenário da economia nacional e regional, tais como: responsabilidade social, justiça e ética profissional.

Assim, este projeto de curso tem por base uma concepção de currículo e estratégias da integração curricular baseadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e

inovação e na relação teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se, ainda, que a concepção curricular contempla o Decreto nº 5.626 sobre a inclusão de Libras no currículo, a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a Resolução CP/CNE nº 1, de 30 de maio de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Resolução CP/CNE nº 2, de 15 de junho de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

6.2. METODOLOGIAS

As aulas serão ministradas, majoritariamente, de forma presencial, apresentando, cada uma delas, uma porcentagem de carga horária a distância; algumas disciplinas têm sua carga horária sendo ofertada 100% (cem por cento) a distância, respeitando-se a regulamentação de ter o total de, no máximo, 40% da carga horária total do curso a distância – Resolução Consup 58/2021. O professor definirá em seu Plano de Ensino as estratégias que utilizará, como: aulas expositivas, atividades em grupo, estudos de caso, dentre outros.

As atividades desenvolvidas no curso serão realizadas, contemplando entre os seus eixos transversais, a Educação das Relações Étnico-Raciais e o tratamento de questões temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, além de questões relacionadas a Direitos Humanos, Direitos das Pessoas com Necessidades Específicas e a responsabilidade socioambiental.

Em se tratando de alunos com necessidades educacionais específicas, conforme a Resolução do Conselho Superior nº 55/2017, de 19 de dezembro de 2017, após as demandas identificadas junto ao discente, o Napne poderá se reunir com o setor pedagógico responsável, a coordenação do curso e os professores do aluno para juntos definirem as intervenções: adaptações quanto à aprendizagem; adaptações curriculares de pequeno e grande portes; e apoios complementares. Também são previstas flexibilização e/ou adequações curriculares com flexibilização de conteúdos básicos, metodologias de ensino, recursos didáticos e formas de avaliação diferenciadas, quando for o caso. Além disso, os professores deverão conceder apoio educacional complementar ou suplementar agendado para os alunos com necessidades específicas cujas particularidades dificultem o acompanhamento regular dos conteúdos programáticos.

Os alunos serão estimulados a participar e/ou organizar eventos, tais como Seminários, Congressos, Feiras de Negócios e outros, pois entende-se que tais eventos serão imprescindíveis para reforçar as atividades interdisciplinares e o trabalho em equipe.

As avaliações deverão respeitar o Regulamento da Organização Didática (ROD) dos Cursos de Graduação do Ifes – Campus Colatina e atender às especificidades de cada disciplina.

Também serão realizadas atividades interdisciplinares envolvendo docentes e acadêmicos em temas atuais e desafiadores que despertem o interesse em buscar formas de associar a teoria aplicada à prática cotidiana que contemplem o interesse da sociedade civil e/ou temas que perpassam pela prática do administrador e o levem à reflexão. As resoluções de problemas, as pesquisas, as observações, o protagonismo do aluno que passa de receptor passivo de

conhecimento a ativo formador de opinião, integram a formação do perfil do egresso que o curso pretende formar.

6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

A Educação a Distância é um modelo educativo em que professores e alunos estão separados fisicamente durante as atividades educativas. Para garantir uma efetiva mediação didático-pedagógica, nesse contexto, é essencial utilizar tecnologias educacionais e contar com profissionais qualificados, além de implementar políticas de acesso, acompanhamento e avaliação adequadas. Nesse sentido, o curso Bacharelado em Administração possui componentes curriculares em sua matriz que contam com carga horária de ensino a distância (EaD), algumas ofertadas parcialmente a distância (híbridas) e outras integralmente a distância, conforme Matriz. Para isso, as salas virtuais deverão estar alocadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Institucional Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) do Ifes.

As estratégias pedagógicas utilizadas pelo curso em disciplinas EaD parciais ou integrais, considera:

6.2.1.1 Forma de integralização da carga horária presencial e a distância

O docente deverá seguir a distribuição do percentual de carga horária a distância do componente curricular conforme estabelecido no PPC. Os planos de ensino das disciplinas devem descrever as atividades presenciais e a distância, bem como suas formas de organização, respeitando as respectivas porcentagens de carga horária definidas na matriz curricular. É responsabilidade do Colegiado do Curso, da Coordenadoria de Gestão Pedagógica e do Núcleo Docente Estruturante (NDE) acompanhar o Plano de Ensino, garantindo que a implementação da carga horária a distância esteja de acordo com o que está definido na matriz curricular do curso.

6.2.1.2 Estratégias de mediação pedagógica a distância

A mediação pedagógica docente a distância se caracteriza pela interação com o discente, de forma síncrona e/ou assíncrona, com o docente orientando atividades, esclarecendo dúvidas, promovendo a construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, entre outras atividades. É função do docente responsável pela gestão da sala no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle: planejar a disciplina, responder as mensagens e dúvidas dos estudantes pelo AVA moodle; acompanhar o percurso individual de aprendizagem dos estudantes; identificar as necessidades dos estudantes e propor encaminhamentos junto à Coordenação do Curso e/ou setor pedagógico; desenvolver trabalhos de orientação individual e coletiva junto aos discentes e auxiliá-los para superar as dificuldades. A comunicação entre educandos e professores acontecerá principalmente por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle.

6.2.1.3 Estratégias metodológicas no contexto da EaD

No intuito de ampliar a experiência de aprendizagem do discente no contexto educativo, o docente pode diversificar/combina o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Exemplos dessas tecnologias incluem: videoaulas, redes sociais e suas ferramentas, e-books, webinars, podcasts, webconferências, programas específicos de computadores e blogs.

Além disso, é possível utilizar os recursos disponíveis no AVA Institucional Moodle, como o fórum e outros. Os recursos devem ser escolhidos de acordo com os objetivos de aprendizagem. O Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) fornecerá suporte ao docente durante o planejamento e execução do componente curricular com carga horária a distância.

6.2.1.4 Formas de produção e disponibilização do material didático acessível a todos os alunos, com ou sem necessidades específicas

Com um trabalho conjunto entre o Napne, NTE, docente e equipe pedagógica, o planejamento da sala virtual e dos materiais disponibilizados deverá possibilitar o acesso, utilização e compreensão facilitada para o maior número possível de pessoas, inclusive as pessoas que possuem alguma deficiência ou limitação e fazem uso de recursos de tecnologia assistiva. Vale destacar que o Moodle já possui recursos acessíveis como alto-contraste, no bloco Acessibilidade, e também um plugin para tradução mecânica de textos curtos em português para Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Mesmo assim, o conteúdo inserido na sala pelo professor deve ser acessível e seguir alguns cuidados:

- oferecer descrição para as imagens que transmitem conteúdo.
- disponibilizar arquivos em PDF que não sejam PDF de imagem. Um PDF de imagem não é acessível para pessoas cegas, pois o leitor de tela não tem acesso ao conteúdo de imagens, apenas lê textos.
- descrever links com texto explicativo, informando seu propósito e destino.
- utilizar cores com uma boa relação de contraste, ou seja, com um bom contraste entre primeiro plano e plano de fundo.
- dar preferência a fontes sem serifa, como por exemplo, Arial, Calibri, Verdana, Tahoma e Helvetica.
- oferecer alternativas para áudio e vídeo (legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição).

De maneira geral, os conteúdos inseridos na sala virtual devem ser apresentados de forma a facilitar a compreensão de todos, oferecendo materiais que não causem distração, confusão ou até mesmo incômodo para alguns estudantes. Dessa maneira, outras atitudes, programas e materiais poderão ser adotadas a depender do tipo de assistência que o aluno necessita.

Caso o professor opte por produção própria de material para sua disciplina, a fim de atender às necessidades do componente curricular com carga horária EaD, a produção de materiais se dará em um processo colaborativo com a equipe de profissionais envolvidos no planejamento e execução da disciplina - NTE, CGP, e Napne, caso necessário. Havendo necessidade de produção de material didático impresso, deverá ser disponibilizado gratuitamente aos discentes. Outrossim, o curso utilizará material didático disponível na biblioteca física do campus e das bibliotecas virtuais disponíveis, bem como outras indicações a cargo do professor.

6.2.1.5 Estratégias de avaliação compatíveis com o contexto das atividades a distância

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, deverá ser concebida no seu caráter diagnóstico, contínuo e processual e considerar os aspectos qualitativos e quantitativos, com verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes. Para tanto, esta

avaliação deve comportar um processo contínuo, para verificar constantemente o progresso dos estudantes e estimulá-los a serem ativos na construção do conhecimento.

Dessa forma, é necessário estabelecer mecanismos eficazes para acompanhar constantemente os estudantes, a fim de identificar possíveis dificuldades de aprendizagem e resolvê-las durante o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, os professores devem diversificar os instrumentos de avaliação utilizados na educação a distância, como fóruns de discussão, produção de texto, lista de exercícios/atividades, questionários, elaboração de projetos, chats, elaboração de artigos, mapas conceituais, wikis e autoavaliação, por exemplo.

Os componentes curriculares híbridos devem garantir que as atividades avaliativas realizadas a distância correspondam proporcionalmente à carga horária trabalhada a distância. Por outro lado, nos componentes curriculares oferecidos totalmente a distância, é necessário garantir pelo menos a avaliação presencial contemple, no mínimo, 51% do total da nota do componente curricular.

No caso de alunos com necessidades específicas, serão oferecidas adaptações na aplicação e nos instrumentos de avaliação, bem como o apoio necessário, conforme orientação do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) e/ou solicitação do aluno. Ademais, a avaliação discente observará o que está estabelecido no Regulamento da Organização Didática (ROD) em vigor.

6.2.1.6 Infraestrutura tecnológica necessária para o atendimento dos discentes

O Curso será desenvolvido na modalidade presencial com alocação de carga horária à distância de forma parcial e/ou integral. Para isso, o Ifes utiliza o software livre de apoio e gestão da aprendizagem intitulado Moodle, que é um software livre para cursos à distância. O curso conta com apoio do NTE, da Coordenação do Curso e do setor pedagógico para organização das questões inerentes à carga horária EaD.

O Campus Colatina oferece uma excelente infraestrutura para atender às necessidades do curso Bacharelado em Administração, pois contamos com uma ampla rede cabeada, que abrange todos os computadores presentes no acervo do campus. Além disso, nossa estrutura de tecnologia da informação está equipada com serviços de suporte à comunidade interna. Dispomos de 10 laboratórios de informática de uso geral, que possuem uma variedade de softwares. Também contamos com salas de planejamento docente e salas administrativas, todas conectadas à rede e à internet. A Biblioteca também conta com equipamentos para acesso à internet e as salas de aula contam com projetores multimídias ligados à rede de computadores.

Caso seja necessário, a Coordenação do curso poderá reservar um laboratório de Informática exclusivamente para os alunos realizarem as atividades síncronas e/ou assíncronas. Dessa forma, garantimos que os estudantes tenham acesso aos recursos necessários para a sua aprendizagem de forma eficiente.

6.2.2. Perfil docente para atuar em disciplinas EaD

De modo a garantir a construção dos conhecimentos como princípio educativo para trabalhar com a metodologia EaD, os professores, além da formação adequada para o componente curricular que ministra, devem estar familiarizados com as funcionalidades do Ambiente Virtual

de Aprendizagem Moodle e possuir formação na área da Educação a Distância, comprovada por certificado de conclusão emitido por uma instituição devidamente credenciada pelo Ministério da Educação.

Nesse sentido, destacamos que o Ifes conta com o Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor) que disponibiliza formação continuada na área de EaD, além de cursos abertos conhecidos como Moocs (Massive Open Online Courses). Esses cursos oferecem oportunidades de aprendizado enriquecedoras, permitindo que o professor explore novos conteúdos e metodologias, aprimorando sua prática pedagógica no contexto da EaD. Um exemplo disso são os cursos: Moodle 3.9 para Educadores, Mediação Pedagógica no Moodle, Avaliação por Rubrica no Moodle, Acessibilidade e Tecnologia, e Metodologias Ativas: Educação Inovadora, disponíveis no formato MOOC (Massive Online Open Courses), que podem ser acessados por professores interessados em aprimorar suas habilidades e conhecimentos na área da Educação a Distância.

6.3. ESTRUTURA CURRICULAR

6.3.1. Matriz Curricular:

1º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH presen cial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Economia	Formação Básica	Não há	51	9	60	4
Empreendedorismo	Complementa r	Não há	0	30	30	2
Teoria Geral da Administração	Profissional	Não há	51	9	60	4
Fundamentos de Sistemas de Informação	Básico	Não há	51	9	60	4
Português Instrumental	Básico	Não há	0	30	30	2
Metodologia de Projeto de Pesquisa e Extensão	Básico	Não há	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			204	96	300	20
2º PERÍODO/SEMESTRE						

Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH presen cial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Introdução à Legislação ¹	Básico	Não há	0	60	60	4
Gestão de Pessoas	Profissional	Não há	51	9	60	4
Contabilidade Básica	Básico	Não há	51	9	60	4
Matemática Básica	Estudos Quant. e suas tecnologias	Não há	51	9	60	4
Gestão de Sistemas de Informação	Profissional	Fundamentos de Sistemas de Informação	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			204	96	300	20
3º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH presen cial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Gestão da Produção e Operações	Profissional	Não há	51	9	60	4
Legislação aplicada à administração de empresas ²	Profissional	Introdução à legislação	0	60	60	4
Matemática Financeira	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Matem. Básica	51	9	60	4
Comportamento Organizacional	Profissional	Não há	51	9	60	4
Contabilidade de Custos	Profissional	Contabilidade Básica	51	9	60	4

¹ Nessa disciplina serão abordados os Direitos Humanos

² Os Direitos Humanos e a Educação para as relações Etnico-Raciais serão trabalhados nessa disciplina.

Total do período:			204	96	300	20
4º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-requisito Correquisito	CH pre se ncial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Finanças I	Profissional	Matemáti ca Financeir a	51	9	60	4
Fundamentos de Sociologia e Antropologia³	Básico	Não há	51	9	60	4
Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	Profissional	Gestão da Produção e Operações	51	9	60	4
Optativa I	Profissional	Não há	0	60	60	4
Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias I	Curricularização da Extensão		51	9	60	4
Total do período:			204	96	300	20
5º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH pre se ncial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Estatística	Estudos Quantitativos e suas tecnologias	Não há	51	9	60	4
Marketing I	Profissional	Não há	51	9	60	4
Gestão de Processos	Profissional	Não há	0	60	60	2
Finanças II	Profissional	Finança s I	51	9	60	4

³ A Educação para as relações Etnico-Raciais será trabalhada nessa disciplina.

Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias II	Curricularização da Extensão	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias I	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			201	99	300	20
6º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH presen cial	CH a distân cia	Total	Crédit os
Legislação Ambiental ⁴	Básico	Introdução à legislação	0	60	60	4
Teoria dos Jogos	Est. Quantitativo e suas tecnologias	Não há	24	6	30	2
Ética	Básico	Não há	24	6	30	2
Marketing II	Profissional	Marketing I	51	9	60	4
Comércio Eletrônico	Profissional	Não há	51	9	60	4
Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias III	Curricularização da Extensão	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias II	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			201	99	300	20
7º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito Correquisito	CH presen cial	CH A Distâ ncia	Total	Crédit os
Logística	Profissional	Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais	51	9	60	4
Estratégia Empresarial	Complementar	Não há	51	9	60	4
Direito Tributário	Profissional	Não há	51	9	60	2

⁴ Nesta disciplina a Educação Ambiental permeia o trabalho de ensino-aprendizagem

Tópicos Avançados em Gestão I	Profissional	Não há	0	30	30	2
Optativa II	-----	Não há	0	30	30	2
Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias IV	Curricularização da Extensão	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias III	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			204	96	300	20
8º PERÍODO/SEMESTRE						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Gestão de Vendas e Serviços	Profissional	Não há	51	9	60	4
Elaboração e Análise de Projetos	Complementar	Não há	51	9	60	4
Gestão Ambiental	Básico	Legislação Ambiental	51	9	60	4
Tópicos Avançados em Gestão II	Profissional	Tópicos Avançados em Gestão I	0	30	30	2
Gestão do Conhecimento	Profissional	Não há	0	30	30	2
Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias V	Curricularização da Extensão	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias IV	51	9	60	4
<i>Total do período:</i>			204	96	300	20
Carga Horária de Atividades Presenciais						1.626h
Carga Horária a Distância						774h
Atividades Acadêmico-Científicos-Culturais (Obrigatórias)						300h
Estágio Supervisionado (Obrigatório)						300h
Carga Horária Total com Eletivas						3.000h

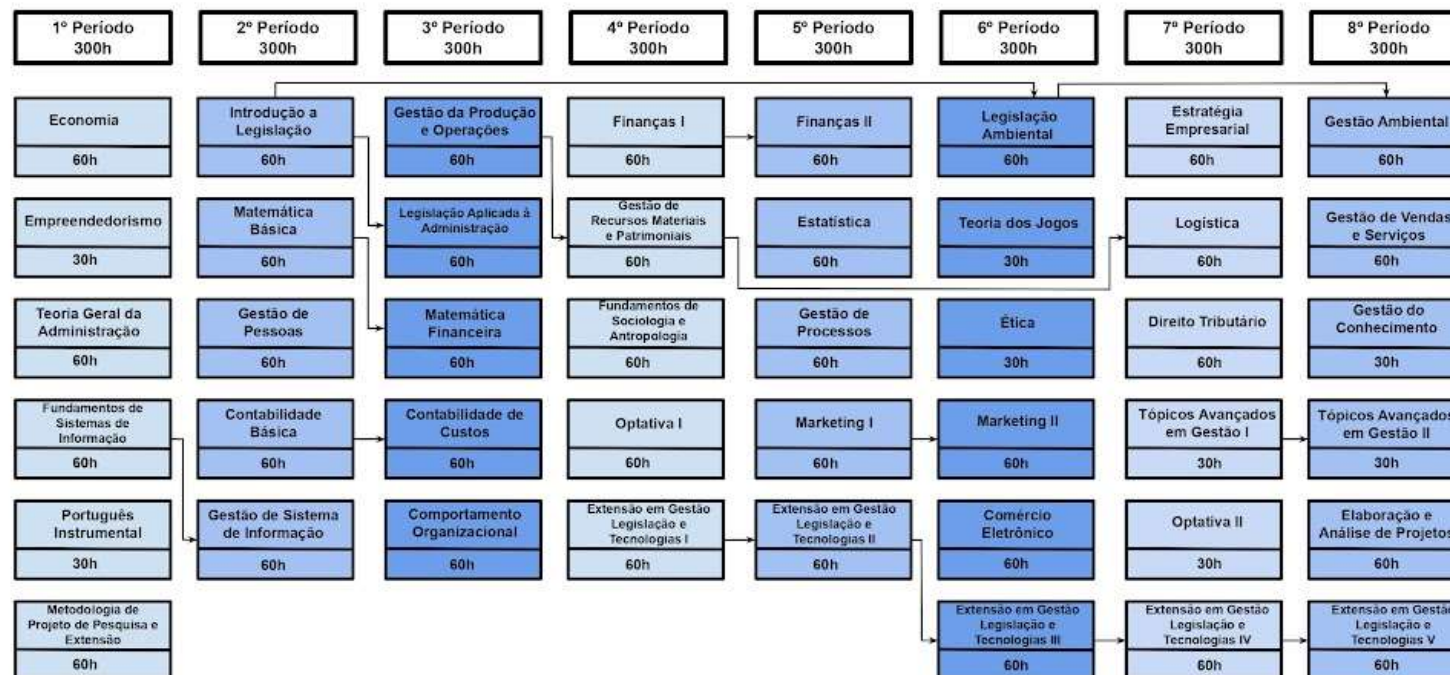
De modo geral, os temas que perpassam a Educação para as Relações Étnico-raciais, a Educação Ambiental e Direitos Humanos, são desenvolvidos de modo transversal, contínuo e permanente no enfoque dos conteúdos dos componentes curriculares constantes da matriz curricular. Contudo, algumas disciplinas desenvolvem os temas pertinentes, indicadas em nota de rodapé, de forma mais específica contribuindo para uma formação diversa do discente.

As disciplinas Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias I, II, III, IV e V, em virtude das características dos programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço de extensão que compõem o processo de ensino-aprendizagem, serão ofertadas por diversos professores com, no máximo, 10 (dez) alunos sob sua orientação.

6.3.2. Representação gráfica/fluxograma

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Fluxograma do curso de Bacharelado em Administração



6.3.3. Composição curricular

A composição curricular, do curso de Bacharel em Administração do Ifes-Campus Colatina baseia-se nos seguintes critérios: Conteúdos de Formação Básica, de Formação Profissional, de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e de Formação Complementar. De acordo com esta classificação, os componentes curriculares da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Administração do Campus Colatina foram distribuídos conforme item 6.3.1, acrescido de algumas disciplinas optativas e eletivas descritas no próximo item.

6.3.4. Disciplinas Optativas e Eletivas

As disciplinas optativas e eletivas descritas abaixo serão realizadas, de acordo com a escolha do discente, a partir das disciplinas disponíveis no semestre, de acordo com decisão da Coordenadoria e NDE, no 4º e 7º semestres, conforme previsto na matriz curricular, sendo 90 horas a carga horária mínima exigida para conclusão do curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS						
Componente Curricular	Núcleo	Pré-Requisito(PR) Correquisito(CO)	CH presencial	CH a distância	Total	Créditos
Sistema de Apoio à Decisão	Optativa	Não há	51	9	60	4
Direito Público	Optativa	Não há	51	9	60	4
Libras	Optativa	Não há	0	60	60	4
Sistemas Colaborativos	Optativa	Não há	51	9	60	4
Conceito Geral sobre Propriedade Intelectual	Optativa	Não há	51	9	60	4
Relações Étnico-Raciais: Educação para o respeito à diversidade e pluralidade cultural no mundo do trabalho	Optativa	Não há	51	9	60	4
Gestão de Finanças Pessoais	Optativa	Não há	51	9	60	4
Análise Financeira de Empresas	Optativa	Não há	51	9	60	4
Gestão em Saúde Pública	Optativa	Não há	24	6	30	2
Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	Optativa	Não há	24	6	30	2
Estado, Governo e Mercado	Optativa	Não há	24	6	30	2
Gestão de Contratos, Licitação, Convênios e Ajustes	Optativa	Não há	24	6	30	2

Direito e Tecnologias	Optativa	Introdução à Legislação	24	6	30	2
Inglês para Negócios	Optativa	Não há	24	6	30	2
Análise de Dados de Negócio	Optativa	Não há	24	6	30	2

6.3.5. Ementário das disciplinas

Disciplina: ECONOMIA
Carga Horária: 60
Período: 1º
Ementa: Fundamentos da economia. Introdução à microeconomia. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado. Elasticidades. Produção e custos. Estruturas de mercado. Introdução à macroeconomia: objetivos e instrumentos de políticas macroeconômicas, estruturas de análise, PIB e PNB. A moeda. O setor externo. Inflação e planos econômicos brasileiros. O setor público. Externalidades. Crescimento e desenvolvimento econômico. Economia Capixaba.
Bibliografia Básica: NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Alberto Martins. Princípios de economia. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”. SILVA, César Roberto Leite da Silva. LUIZ, Sinclayr. Economia e mercados: introdução à economia. 19 ed. reform. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”. VECECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 12 ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
Bibliografia Complementar: COSTA FILHO, Adonias Evaristo da. Inflação e incerteza inflacionária no Brasil. Economia Aplicada, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 355-381, dec. 2016. ISSN 1980-5330. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/125141/122201>. Acesso em: 19 jun 2017. DE CARVALHO SOUSA, L.V. ; FERNANDES, E.A. ; DA SILVA, E.H. ; CIRINO, J.F. Crescimento, comércio, bem-estar e meio ambiente: Os efeitos de externalidades tecnológicas. Economia Aplicada, 2015, Vol.19(4), pp.705-728 [Periódico revisado por pares]. ISSN: 14138050; DOI: 10.11606/1413-8050/ea136956 Disponível em http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/110730/109156 Acesso em 19 jun 2017. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011. O'SULLIVAN, Arthur; SHEFFRIN, Steven M.; NISHIJIMA, Marislei. Introdução à economia:

princípios e ferramentas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

RACY, J. C.; MOURA JUNIOR, Á.A. de; FALSARELLA, B. and GONCALVES, L. **Uma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política Internacional do Brasil**. *Nova econ.* [online]. 2015, vol.25, n.1 [cited 2017-06-19], pp.35-58. ISSN 0103-635. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000100035&lng=en&nrm=iso Acesso em 19/06/2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc. [online]**. 2012, vol.21, n.3 [cited 2017-06-19], pp.643-666. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000300007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 19 jun 2017.

VIANNA, Salvador T. Werneck. BRUNO. Miguel Antonio P. e MODENESI, André de Melo. Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa. **IPEA**. Rio de Janeiro. 2011. ISSN 1415-4765. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15211 Acesso em 19 jun 2017.

Disciplina: EMPREENDEDORISMO

Carga Horária: 30

Período: 1º

Ementa: Empreendedorismo e espírito empreendedor. Habilidades, atitudes e características dos empreendedores. Oportunidades de negócios; identificação, seleção e definição do negócio. Elementos essenciais para iniciar um novo negócio: o plano de negócio. Análise de Modelos de Negócios.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, IDALBERTO. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 4 ed. São Paulo: Manole, 2012.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. São Paulo: Atlas; Empreende / LTC, 2017.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia complementar:

ARAUJO FILHO, Geraldo Ferreira de. **Empreendedorismo criativo**: a nova dimensão da empregabilidade. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 2. ed. atual. São Paulo: Cultura, 2006.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ESLABÃO, Daniel da Rosa; VECCHIO, Fabrizio Bon. Condições e Obstáculos ao Empreendedorismo no Brasil. **E3 - Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP**. Volume 2 | Número 2. 2016. Disponível em: <<http://revistae3.com/revista/index.php/revista/article/download/37/36>> Acesso em 19 jun 2017.

GUEDES, Susana Raquel Carvalho. Análise de um Modelo de Negócio no âmbito do Empreendedorismo Social – O Caso “Pista Mágica”. 19/09/2011. 65 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado Integrado em Engenharia Industrial e Gestão**. 2011. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/61542>>. Acesso em 19 jun 2017.

MENDONÇA, C., MIRANDA, R., FERRAZ, S.. Empreendedorismo Social: a geração de recursos próprios em ONGS cearenses. Contextus - **Revista Contemporânea de Economia e Gestão** (B2), 13, jun. 2015. Disponível em <<http://www.contextus.ufc.br/2014/index.php/contextus/article/view/638/241>> Acesso em 19 jun 2017.

MOTA, Sónia Alexandra Castro. Análise do Modelo de Negócio da StokvisCelix. 30/09/2012. 58 f. Dissertação. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. **Mestrado em Inovação e Empreendedorismo Tecnológico**. 2012. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/65181/2/26238.pdf>. Acesso em 19 jun 2017.

PRANTZ, C., ANDREIS, A., BUSATO SACIOTO, E., FONSECA DE ANDRADE, S., MUNHOZ OLEA, P., DORION, E.. PERFIL INOVADOR E O PERFIL EMPREENDEDOR: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR METALMECÂNICO. **Revista GEINTEC - Gestão, Inovação e Tecnologias**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 4, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/393/487>>. Acesso em: 19 Jun. 2017.

VALADARES, Josiel; EMMENDOERFER, Magnus. A Incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 82 - 98, abr. 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p82>> Acesso em 19 jun 2017.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos, et al. "Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade?" **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, vol. 18, no. 3, 2014, p. 311. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552014000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 19 jun 2017.

Disciplina: TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
Carga Horária: 60
Período: 1º
Ementa: As Organizações, a Administração e o Administrador. Antecedentes históricos da Administração. Abordagens Clássicas. Abordagens Humanísticas. Abordagem comportamental. Abordagens Neoclássicas. Abordagens Estruturalistas. Abordagem Contingencial.
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9 ed. Barueri, SP: Manole, 2014. FONSECA, Valéria Silva da. Introdução à teoria geral da administração. 1. ed. São Paulo, SP: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 mar. 2024. (minha Biblioteca) LACOMBE, Francisco José Masset. Teoria geral da Administração. São Paulo: Saraiva, 2009
Bibliografia complementar: CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. xix, 411 p. ISBN 9788535218589 DUARTE, Márcia de Freitas; ALCADIPANI, Rafael. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. Organ. Soc., Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, Mar. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000100057&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Aug. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230763. LONGENECKER, Justin Gooderl; MOORE, Carlos W.; PETTY, J. William. Administração de pequenas empresas. São Paulo: Pearson Makron Books, 1998. 868 p. ISBN 8534607060 (broch.). MASIERO, Gilmar. Administração de empresas: teoria e funções com exercícios e casos. 2. ed. rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 533 p. ISBN 9788502089983 (broch.) MAIA, Velcimir Inácio. Administração científica e clássica: A visão dos homens que construíram a base da gestão organizacional moderna. SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas, v.2, n.2, 85-98, nov. 2010. ISSN 2177-823X. Disponível em http://fapam.web797.kinghost.net/periodicos/index.php/synthesis/article/view/36/33. Acesso em: 10 aug. 2017. OLIVEIRA, Flávia Manuella Uchôa de. As práticas discursivas da Administração de Empresas: análises sobre a dominação do trabalho e do trabalhador. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 61-75, July 2016. ISSN 1981-0490. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/125902/122756>. Acesso em: 10 aug. 2017. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v19i1p61-75. PAÇO CUNHA, Elcemir; GUEDES, Leandro Theodoro. “TEORIA DAS RELAÇÕES HUMANAS” COMO

IDEOLOGIA NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA (1929-1963). **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, [S.l.], v. 3, n. 8, p. 925-986, mar. 2017. ISSN 2358-6311. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/3783>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Weber e a burocracia. **Revista do Serviço Público**. V. 38, n. 4, 1981. ISSN 2357-8017. Disponível em <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2328/1225>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Carga Horária: 60

Período: 1º

Ementa: Diferença entre informação e dado; Representação de dados e de conhecimento; Conceito de sistema; Infraestrutura de tecnologia da informação (TI); Sistemas de informação; Fundamentos da inteligência de negócios; Fatores humanos na gestão da informação

Bibliografia Básica:

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e auditoria em sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

STALLINGS, William. **Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas**. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

TURBAN, Efraim. VOLONINO, Linda C. **Tecnologia da informação para gestão: em busca de um melhor desempenho estratégico e operacional**. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia complementar:

COELHO, Leandro dos Santos; RAITTZ, Roberto Tadeu; TREZUB, Maurício. FControl®: sistema inteligente inovador para detecção de fraudes em operações de comércio eletrônico. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 13, n. 1, p. 129-139, Apr. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 13 agosto de 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2006000100012>.

NICKHORN, M., SELLITTO, M.. ANÁLISE COMPARATIVA DA APLICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO DE SEGURANÇA EM EMPRESAS DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA. **Revista GEINTEC - Gestão, Inovação e Tecnologias**, Local de publicação, editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 5, dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/700>>. Acessado em: 12 Ago. 2017.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. **Administração de sistemas de informação**. 15. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PHILLIPS, Joseph. **Gerência de projetos de tecnologia da informação: no caminho certo, do**

início ao fim. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PIMENTA, Alexandre Manuel Santareno; QUARESMA, Rui Filipe Cerqueira. A segurança dos sistemas de informação e o comportamento dos usuários. **JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 533-552, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-17752016000300533&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 12 agosto de 2017. <http://dx.doi.org/10.4301/s1807-17752016000300010>.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George Walter. **Princípios de sistemas de informação**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

VASCONCELOS; Gouveia de; FREITAS, Isabella; PINOCHET, Contreras; HERNAN, Luis. A tecnologia como forma de controle burocrático: uma análise crítica do uso dos sistemas de segurança de informática em uma empresa de alta tecnologia. **RAM- Revista de Administração Mackenzie** [en linea] 2002, 3 (Sin mes): [Fecha de consulta: 12 de agosto de 2017] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=195418095005>> ISSN 1518-6776. Acessado em: 12/8/2017.

VICO MAÑAS, Antonio. **Administração de sistemas de informação**. 7. ed. São Paulo: Érica, 2007.

Disciplina: METODOLOGIA DE PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Carga Horária: 60

Período: 1º

Ementa: Ciência e a epistemologia da ciência. Tipos de trabalhos acadêmicos. Do planejamento à execução de projetos de extensão e de pesquisas científicas. Formatação, apresentação e comunicação de projetos de extensão e de pesquisas científicas. Editais: prospecção e análise. Ética na pesquisa.

Bibliografia Básica:

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica:** da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (minha biblioteca)

MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. **Metodologia de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha biblioteca)

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão universitária**. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha biblioteca)

Bibliografia Complementar

ABRAHAMSOHN, P. Redação científica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da Extensão Universitária. 2.ed.Rio de Janeiro-RJ: Processo 2022.

PEREIRA, Danielle Toledo. Aprendizagem baseada em Projetos: planejamento e aplicação. Rio de Janeiro-RJ:Freita Bastos,2022.

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura; PETRILLO, Regina Pentagna(orgs). Metodologias Ativas: desafios contemporâneos e aprendizagem transformadora. 2.ed.Rio de Janeiro-RJ:Processo, 2022.

Disciplina: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL
Carga Horária: 30
Período: 1º
Ementa: Elementos da Comunicação. Leitura, interpretação e produção de textos. Elementos de textualidade. Gêneros textuais do meio empresarial.
Bibliografia Básica: COBUCCI, Paula; COBUCCI, Suely. Redação oficial: para aprimorar os textos profissionais. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca) GARDELLI, Magda Mulati. Português instrumental: como escrever adequadamente um texto na variante culta da língua. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 mar. 2024. (minha biblioteca) KURY, Adriano da Gama. Português básico e essencial. 1. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)
Bibliografia Complementar: ARGENTI, Paul. A. Comunicação Empresarial: a construção da identidade, imagem e reputação. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. BAHIA, Juarez. Introdução à comunicação empresarial. São Paulo: Mauad, 1995. CAHEN, Roger. Comunicação empresarial. 6ª Ed. São Paulo: Best Seller, 1990. HARVARD, Business Reviel Book. Comunicação eficaz na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1999. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Comunicação empresarial. São Paulo: Atlas, 2010. NASSAR, Paulo; FIGUEIREDO, Rubens. O que é Comunicação Empresarial. São Paulo:

Brasiliense, 1995.

PIMENTA, Maria Alzira de A. Comunicação Empresarial. São Paulo: Alínea, 2002.

TERCIOTTI, Sandra Helena. Comunicação Empresarial na Prática. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013

Disciplina: INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Introdução ao estudo do Direito. Sociedade, Estado e Direito. Os diferentes ramos do Direito. Sociedade e Trabalho. O trabalho e as repercussões no campo dos direitos e deveres do profissional.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Vademecum**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

FRIEDE, Reis; CARLOS, André. **Lições esquematizadas de introdução ao estudo do direito:** teoria, esquemas analíticos e exercícios de fixação. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

MELLO, Cleyson de Moraes. **Introdução ao estudo do direito**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Processo, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

BARROSO, Luís Roberto. **Estado, sociedade e direito: diagnósticos e propostas para o Brasil**. Disponível em: <https://revista.advocef.org.br/index.php/2021/article/download/219/193> Acesso em: 09 de out. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar 95**, de 26 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp95.htm Acesso em: 09 de out. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei 5.452**, de 1º de maio de 1943. Trata da Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm Acesso em: 09 de out. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4657**, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm Acesso em: 09 de out. 2023.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Direito, Justiça e Sociedade**. Revista da EMERJ. vol 5. n 18. Disponível

em: <https://core.ac.uk/download/pdf/19212673.pdf>

Disciplina: GESTÃO DE PESSOAS

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Principais desafios da Gestão de pessoas. Análise e descrição de cargos. Recrutamento e Seleção. Educação Corporativa, treinamento, desenvolvimento de pessoas. Avaliação de desempenho. Remuneração e benefícios. Segurança e Qualidade de vida no trabalho.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. Barueri. SP: Manole, 2014.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROBBINS, Stephen P. DE CENZO, David A. WOLTER, Robert M. **Fundamentos de gestão de pessoas**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, R. N. O.; CARIOCA, J. M. G.; MACHADO, D. Q.. Estratégia de integração para novos funcionários: um estudo de caso em uma indústria de transformação. **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.3, n.1, p.6-18, 2012. Disponível em: <http://sustenere.co/journals/index.php/rbadm/article/view/ESS2179-684X.2012.001.0001>. Acesso em 19 jun 2017.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências**, volume I. 6. ed. São Paulo: Gente, 2002.

BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes: operações**, volume 2. São Paulo: Gente, 2002.

BRUM, Tonia Magali Moraes. et al. A Influência da Socialização e Integração na Satisfação dos Servidores Públicos: Um Estudo de Caso em uma Organização Pública. **Desafio online**. V. 2, N. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/ojs/index.php/deson/article/view/1132>>. Acesso em 19 jun 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007.

CAZOTTO, Elisângela Maria de Souza. Et al. Implantação do processo de recrutamento e seleção em um hotel no interior de São Paulo. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/27124287.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

COBÊRO, Claudia. Principais causas da rotatividade de colaboradores em uma empresa hoteleira

do interior de São Paulo. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/24624255.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

FRANCELINO, Vanessa de Oliveira. et al. Educação corporativa e seus benefícios às organizações e aos colaboradores: um estudo de caso da Natura. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/352424.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

MARTINEZ, Victor de la Paz Richarte, FRANÇA, Ana Cristina Limongi. Diversidade e Socialização nas Organizações: a inclusão e permanência de pessoas com deficiência. **XXXIII EnAnpad**. 2009. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR1684.pdf>>. Acesso em 19 jun 2017

MARTINS, Eduardo Caruso. A função recrutamento e seleção no enfoque estratégico: o caso da indústria farmacêutica. **IX SemeAd**. Administração no Contexto Internacional. 2006. Disponível em:

http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/an_resumo.asp?cod_trabalho=467. Acesso em 20 jun 2017.

MONTEIRO, Adival de Sousa. BARBOSA, Marcus Vinícius. IZOLDI, Nohan Cardoso.

MONTEIRO, Alinne Gomes. Treinamento em organizações: desafios e possibilidades para educação permanente. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em:

<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/352423.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

MOROZINI, João Francisco et al. Uma proposta de avaliação de desempenho para empregados do setor industrial. **XIII SIMPEP - Bauru**, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006. ISSN 1809-7189. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/745.pdf. Acesso em 20 jun de 2017.

PINSKI, Isaac. ROCHA, Donatila Brasil. Gestão participativa com valorização do trabalhador: um estudo de caso. **VII SemeAd**. Seminários em Administração FEA-USP. 10 e 11 de Agosto de 2004. Disponível em:

http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Adm%20Geral/ADM28-Gestao_participativa.PDF. Acesso em 20 jun 2017.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

SILVA, Adriana Oliveira da. Estratégias de Socialização: a forma mais eficaz para a integração entre indivíduo e organização. **SEGET – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**.

Disponível em

http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/584_Estrategias%20de%20Socializacao.pdf.

Acesso em 19 jun 2017.

SILVA, Andressa Hennig, FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. O Processo de Socialização Organizacional como Estratégia de Integração Indivíduo e Organização. **Editorial Reuna**. v.18, n.4, Out. - Dez., 2013. ISSN: 2179-8834. Disponível em:

<<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/558>>. Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, Bruno Luiz Prado. Et al. A importância do programa de estágio para as empresas e estudantes: um estudo dos aspectos da formação profissional no município de Varginha - MG. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de

novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/502429.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

SILVA, Sabrina Rodrigues da. Etall. Viabilidade de implantação de um setor de recursos humanos na empresa Rubifrut Agroindustrial Ltda. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. 2009. Disponível em http://www.cpge.aedb.br/seget/artigos09/305_VIABILI_SEGET_2009.pdf. Acesso em 19 jun 2017.

STEFANO, Silvio Roberto. GOMES FILHO, Antonio Costa. MULERO, Katia Regina. Motivação: um estudo comparativo entre fatores monetários e não monetários. **VII SemeAd**. Seminários em Administração FEA-USP. 10 e 11 de Agosto de 2004. Disponível em: [http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/RH/RH38 -
Motivacao.PDF](http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/RH/RH38-_Motivacao.PDF). Acesso em 20 jun 2017.

TEODORO, Francielle de Nazaré Fernandes. Et al. A importância do processo de coaching interno no desenvolvimento do colaborador e no alcance dos resultados. **XIII SEGET**. Simpósio de Excelência em gestão e Tecnologia. 31 de outubro e 01 de novembro 2016. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/32724380.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

ULRICH, David (Org.). **Recursos humanos estratégicos: novas perspectivas para os profissionais de RH**. São Paulo: Futura, 2000.

ZARIAS, Alexandre. EVANGELISTA, Rafael. O mundo do trabalho em mutação: profissões deixam de existir; novas funções são criadas. **Cienc. Cult.**, Jan 2004, vol.56, no.1, p.6-7. ISSN 0009-6725. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v56n1/a04v56n1.pdf>. Acesso em 20 jun 2017.

Disciplina: CONTABILIDADE BÁSICA

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Introdução à contabilidade. Elementos patrimoniais. Contas contábeis. Escrituração contábil. Estrutura conceitual básica (CPC). Estrutura das demonstrações contábeis. Operações com mercadorias.

Bibliografia básica:

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão....** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica fácil**. 29 ed. ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2008). **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em:

<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf>.

Acessado em: <13/06/2017>.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2010). **CPC 04 (R1) - Ativo Intangível**. Disponível em :< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/187_CPC_04_R1_rev%2008.pdf>.

Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 16 (R1) – Estoques**. Disponível em :< [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20\(2\).pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2003%20(2).pdf)>.

Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 27 - Ativo Imobilizado**. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/316_CPC_27_rev%2008.pdf. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009). **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**.

Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/340_CPC_32_rev%2010.pdf.

Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012). **CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas**. Disponível em :<

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/363_CPC_35_R2_rev%2007.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012). **CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas**. Disponível em :<

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/448_CPC_36_R3_rev%2008.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011). **CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em:<

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2009.pdf>. Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2016). **CPC 47 - Receita de Contrato com**

Cliente. Disponível em:< http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/527_CPC_47.pdf>.

Acessado em: 13/06/2017.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS PRONUNCIAMENTO TÉCNICO **CPC 03 (R2)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7 (IASB – BV2010). Disponível em:<

http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2010.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Vade-Mécum do**

profissional da contabilidade. 6ª edição revista e atualizada. Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_legislacao_bolso.pdf?76dda7>. Acessado em:

13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Rotinas trabalhistas e previdenciárias para organizações contábeis.** Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2012. 6ª edição revista e atualizada Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_rotinasTrab.pdf?76dda7>. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** NBC TG – Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB); e as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas por necessidades locais, sem equivalentes internacionais. Volume 2. Edição revista e atualizado até novembro de 2016. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v1.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** NBCs – NBCs T 10 – NBC T 15 NBC TSP Estrutura Conceitual – NBCs TSP NBCs T 16 – NBCs PG. Volume 2. Edição revista e atualizado até dezembro de 2016. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v2.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Normas Brasileiras de Contabilidade.** Comunicados Técnicos Interpretações Técnicas, Orientações Técnicas. Volume 3. Edição revista e atualizada até dezembro de 2016. Edição eletrônica. PORTO ALEGRE, RS, dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_principios_normas_v3.pdf?76dda7. Acessado em: 13/06/2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC N.º 1.418/12 Aprova a ITG 1000 – **Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1418.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **ITG 2000 (R1) – Escrituração contábil.** (2014).

Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf)>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI Nº 11, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013. Dispõe sobre procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários individuais, das empresas individual de responsabilidade Ltda - Eireli, das sociedades empresárias, das cooperativas, dos consórcios, dos grupos de sociedades, dos leiloeiros, dos tradutores públicos e intérpretes comerciais. Disponível em: <http://drei.smpe.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas/titulo-menu/pasta-instrucoes-normativas-em-vigor-05/in_11_2013.pdf>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI Nº 38, de 2 de março de 2017(*) Institui os Manuais de Registro de Empresário Individual, Sociedade Limitada, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, Cooperativa e

Sociedade Anônima. Disponível em:<<http://drei.smpe.gov.br/documentos/instrucao-normativa-no-38-retificacao.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO (DREI). Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a formação do nome empresarial, sua proteção e dá outras providências. Alterada pela Instrução Normativa nº 40, de 02 de maio de 2017. Disponível em: <<http://drei.smpe.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas/titulo-menu/pasta-instrucoes-normativas-em-vigor/in-15-2013-alterada-pela-in-40-2017.pdf>>. Acessado em: 11 de julho de 2017.

FUTEMA, Mariano Seikitsi, Basso, Leonardo Fernando Cruz andKayo, Eduardo Kazuo Estrutura de capital, dividendos e juros sobre o capital próprio: testes no Brasil. **Rev. contab. finanç.**, Abr 2009, vol.20, no.49, p.44-62. ISSN 1519-7077. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acessadoem: 10/06/2017.

GOULART, André Moura Cintra. O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado. **Rev. contab. finanç.** [online]. 2002, vol.13, n.28 [cited 2017-06-10], pp.56-65. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1808-057X. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000100004>.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMA, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 17, n. 40, p. 7-24, Apr. 2006 . Availablefrom: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000100002&lng=en&nrm=iso>. Acessadoem: 10/06/ 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772006000100002>.

PINTO, Murillo José Torello; MARTINS, Vinícius Aversari; SILVA, Denise Mendes da. Escolhas Contábeis: o Caso Brasileiro das Propriedades para Investimento. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 274-289, dec. 2015. ISSN 1808-057X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/108780/107207>>. Acesso em: 10 june 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201512280>.

POHLMANN, M. C.; IUDÍCIBUS, S. Relação entre a tributação do lucro e a estrutura de capital das grandes empresas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 21, n. 53, art. 2, p. 1-25, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/6397/relacao-entre-a-tributacao-do-lucro-e-a-estrutura-de-capital-das-grandes-empresas-no-brasil>. Acessoem: 10/06/2017.

Disciplina: MATEMÁTICA BÁSICA

Carga Horária: 60

Período: 2º

Ementa: Conjuntos numéricos. Intervalos numéricos. Função Afim. Função quadrática. Função modular. Função exponencial. Função logarítmica. Polinômios.

Bibliografia básica:

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; et al. **Matemática aplicada**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2012. *E-book*. ISBN 9788540700970. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788540700970/>. Acesso em: 12 mar. 2024 (Minha Biblioteca)

GUIDORIZZI, Hamilton L. **Matemática para Administração**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2002. *E-book*. ISBN 978-85-216-2778-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2778-4/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar** 1: conjuntos, 2: logaritmos. 10. ed. São Paulo: Atual, 2013. 218 p.

IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar funções**. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 410 p

Bibliografia complementar:

FINNEY, Ross L.; GIORDANO, Frank R.; WEIR, Maurice D. **Cálculo [de] George B. Thomas:** volume 1. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2002. xvi, 660 p. ISBN 8588639068 (broch.)

FINNEY, Ross L.; WEIR, Maurice D.; GIORDANO, Frank R. **Cálculo [de] George B. Thomas:** volume 2. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003. xvi, 572 p. ISBN 8588639114 (broch.)

HIMONAS, Alex; HOWARD, Alan. **Cálculo:** conceitos e aplicações. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos, 2005. 524 p. ISBN 8521614160.

LEITHOLD, Louis. **O cálculo com geometria analítica**. São Paulo: Harbra, 1994. 2 v. (várias paginações) ISBN 8529400941 (broch.) vol. 1.

TAVARES, Adilson de Lima. Uma aplicação dos métodos quantitativos em ciências contábeis: um estudo de caso da Empresa NE. **Revista da FARN**, Natal, v.3, n.1/2, p. 69 – 87 , jul 2003 / jun 2004. Disponível em <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/92>. Acesso em 10 ago. 2017.

Disciplina: GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**Carga Horária: 60****Período: 3º**

Ementa: Sistemas de informação e as organizações. Visão de sistemas de informação no ambiente organizacional. Requisitos de sistemas de informação avançados. Inteligência nos negócios. Gestão de sistemas de informação. Auditoria de sistemas.

Bibliografia básica:

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. Sistemas de Informação Gerenciais. 9. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011 dispon[ível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2619>

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e auditoria em sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

Bibliografia Complementar:

BORGES, Julia Garaldi; DE CARVALHO, Marly Monteiro. Sistemas de Indicadores de Desempenho em Projetos. **Revista de Gestão e Projetos - GeP**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 174-207, oct. 2011. ISSN 2236-0972. Disponível em: <<http://www.revistagep.org/ojs/index.php/gep/article/view/39>>. Acesso em: 12 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5585/10.5585>.

CARVALHO, João Vidal; ABREU, Antônio; ROCHA, Alvaro. Information systems and technologies (IST)/Sistemas e tecnologias de informação (STI). **RISTI (Revista Iberica de Sistemas e Tecnologias de Informacao)**. .20 (Dec. 2016): pix. DOI: [http://dx.doi-org.ez120.periodicos.capes.gov.br/10.17013/risti.20.ix-xi](http://dx.doi.org.ez120.periodicos.capes.gov.br/10.17013/risti.20.ix-xi). Disponível em: < <http://go-galegroup.ez120.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA476842746&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=16469895&p=AONE&sw=w&authCount=1&u=ifes&selfRedirect=true>>. Acessado em: 12/8/2017.

COSTA, António Pedro; REIS, Luís Paulo; SOUZA, Francislê Neri de. Investigação Qualitativa para Sistemas e Tecnologias de Informação. **RISTI (Revista Iberica de Sistemas e Tecnologias de Informação)**. .E2 (Sept. 2014): pix. DOI: <http://dx.doi-org.ez120.periodicos.capes.gov.br/10.17013/risti.e2.ix-xii>. Disponível em: < <http://go-galegroup.ez120.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?id=GALE%7CA421626566&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=fulltext&issn=16469895&p=AONE&sw=w&authCount=1&u=ifes&selfRedirect=true>>. Acessado em 12/8/2017.

CRUZ-CUNHA, Maria Manuela; VARAJÃO, José Eduardo. Seleção de Sistemas CRM Utilizando AHP. **Teoria e Prática em Administração**, v. 1, n. 1, 2011, pp. 1-17. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/11845> >. Acessado em: 12/08/2017.

VARAJÃO, João; PINTO, Jorge; COLOMO PALACIOS, Ricardo; AMARAL, Luis. Modelo para a avaliação do desempenho potencial de gestores de sistemas de informação. **Interciencia** [en linea] 2012, 37 (Outubro) : [Fecha de consulta: 12 de agosto de 2017] Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33925472010>> ISSN 0378-1844 . Acessado em: 12/8/2017

Disciplina: GESTÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Funções da administração da produção; Modelo de Transformação; Sistemas de produção; Planejamento do produto, Processos e Capacidades; Layout de Instalações; Programação e Controle da Produção (lead time); Indústria 4.0; Produção Enxuta/Just-in-time/kanban (Qualidade).

Bibliografia básica:

CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N.; CAON, Mauro. **Planejamento, programação e controle da produção: MRP II / ERP : conceitos, uso e implantação: base para SAP, Oracle Applications e outros softwares integrados de gestão.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SLACK, Nigel. BRANDON-JONES, Alistair. JOHNSTON, Robert. **Administração da produção.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TUBINO, Dalvio Ferrari. Manufatura enxuta como estratégia de produção: a chave para a produtividade industrial. São Paulo: Atlas, 2015 CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento e controle da produção.** 2. ed. rev. atual. Barueri: Manole, 2008.

Bibliografia Complementar:

LORENZATTO, Júlia Trindade; RIBEIRO, José Luis Duarte. Projeto de layout alinhado às práticas de produção enxuta em uma empresa siderúrgica de grande porte. **XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.** Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007_TR570429_9507.pdf. Acesso em 27 jul 2017.

LUZZI, André Antônio. Uma abordagem para projetos de layout industrial em sistemas de produção enxuta um estudo de caso. 2004. Dissertação de Mestrado. **Mestrado Profissionalizante em Engenharia.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4721/000459179.pdf?sequence=1>. Acesso em 27 jul 2017.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Produção e Operações.** São Paulo: Pioneira, 1998. 1º capítulo.

PALETTA, Marco Antonio et al. Otimizando o layout do armazém através da movimentação eficiente de materiais. Material Institucional da Faculdade de Tecnologia Prof. Luiz Rosa e Centro Universitário Padre Anchieta. Disponível em http://www.intelog.net/artigosnoticias/arquivos/artigo_layout.pdf. Acesso em 27 jul 2017.

TORTORELLA, Guilherme L.; FOGLIATTO, Flávio S. Planejamento sistemático de layout com apoio de análise de decisão multicritério. **Production**, v. 18, n. 3, p. 609-624, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prod/v18n3/a15v18n3.pdf>. Acesso em 27 jul 2017.

Disciplina: LEGISLAÇÃO APLICADA À ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Relações Jurídicas; Noções gerais de Direito Empresarial. Conceito de Empresário. Empresário Individual e Sociedade Empresária. Elementos e obrigações empresariais. Aspectos práticos do registro empresarial; Noções de Direito do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Regulamentação das relações trabalhistas. Extinção do contrato de trabalho. Globalização e integração econômica: reorganização/flexibilização do mercado de trabalho. Direitos Humanos. Aspectos previdenciários da relação de trabalho

Bibliografia básica:

BRASIL. Vademecum. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. CLT comentada. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Método, 2019.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Método, 2017

Bibliografia Complementar:

ALELUIA, Thais Mendonça. Direito do Trabalho. 7 ed. Juspodvm, 2022.

ALQUALO, Fernando Pereira. **Direito empresarial**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

GAGGINI, Fernando Schwarz. **Manual dos contratos empresariais: teoria e prática**. 2. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

KNIHS, Karla. **As relações de trabalho**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SARHAN JÚNIOR, Suhel. **Curso de direito empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, Gilcenor Saraiva da. **O meio ambiente do trabalho como direito fundamental do trabalhador: eficácia e meios de exigibilidade no direito brasileiro**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

Disciplina: MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Valor do dinheiro no tempo. Juros simples e compostos. Desconto simples e

composto. Taxas de juros: proporcional e equivalente, nominal e efetiva, aparente e real, over. Sistemas de amortização. Séries ou rendas uniformes de pagamento.

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CASTELO BRANCO. Anísio Costa. **Matemática financeira aplicada: método algébrico**, HP12C, Microsoft Excel®. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática Financeira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia Complementar:

ANTONIK, Luis Roberto; ASSUNÇÃO, Márcio da Silva. Tabela Price e Anatocismo. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 4, n. 1, Janeiro / Abril – 2006 ISSN – ISSN 1679. Universidade Metodista de Piracicaba Mestrado Profissional em Administração. Disponível em:

<<http://www.regen.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/236/408>>. Acessado em: 03/08/2017.

BORSA, Alexandre Bevilaqua; BERLESE, Dauter Dutra; ZANELLA, José. Tipos de taxas de juros e algumas de suas utilizações no mercado financeiro. **Disc. Scientia**. Série Ciências Naturais e Tecnológicas, S. Maria, v. 4, n. 1, p. 63-75, 2003. Disponível em:

<<http://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumNT/article/viewFile/1166/1103>>. Acessado em: 03/08/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GOMES, Cleomar. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. *Oreiro, José Luís, Luiz Fernando de Paula e Rogério Sobreira, orgs., Política Monetária, Bancos Centrais e Metas de Inflação, Rio de Janeiro: Editora FGV: 21-51.* Disponível em: <

http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.04.Metas_Inflacao-Cleomar-livro.Mar.22.pdf>. Acessado em 03/08/2017.

CARNEIRO, Francisco G.; DIVINO, José Ângelo; ROCHA, Carlos Henrique Rocha. Reconsiderando o efeito Fisher: uma análise de cointegração entre taxa de juros e inflação. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte_13 (1)_81-0_janeiro-junho de 2003. Disponível em:

<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/407/411>>. Acesso em: 03/08/2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. Deos, Simone Silva de. Brito, José Valney de. Meta inflacionária, juros e preços no varejo brasileiro. **Revista de economia política**, São Paulo, ed. 34, ISSN 0101-3157, ZDB-ID 7340771. - Vol. 1.2001, 4, p. 93-111. Disponível em:

<<https://www.econbiz.de/Record/meta-inflacion%C3%A1ria-juros-e-pre%C3%A7os-no-varejo-brasileiro-costa-fernando-nogueira/10001650892>>. Acessado: 03/08/2017.

DE FARO, Clovis. Uma nota sobre amortização de dívidas: juros compostos e anatocismo. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 283-295, Sept. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402013000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em:

03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402013000300002>.

MENDONCA, Helder Ferreira de. Metas para inflação e taxa de juros no Brasil: uma análise do efeito dos preços livres e administrados. *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 431-451, Sept. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 03 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572007000300007>.

PIRES, Marco Antônio Amaral; NEGRA, Elizabeth Marinho Serra. Juros Tabela Price – Discussão no Âmbito da Perícia Contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [S.l.], n. 155, p. 36-53, out. 2011. ISSN 2526-8414. Disponível em: <<http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/638>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

REZENDE, Teotônio Costa. **Os Sistemas de Amortização nas Operações de Crédito Imobiliário: A Falácia da Capitalização de Juros e da Inversão do Momento de Deduzir a Quota de Amortização**. 2003. 151 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Estratégia em Negócios. UFRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17329454-Ufrj-instituto-de-ciencias-humanas-e-sociais-mestrado-profissional-em-gestao-e-estrategia-em-negocios-dissertacao.html>>. Acessado em: 03/08/2017.

SANDRINI, Jackson Ciro. Sistemas de amortização de empréstimos e a capitalização de juros: análise dos impactos financeiros e patrimoniais. **Dissertação (mestrado)** - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Defesa: Curitiba, 2007. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/13709/Microsoft%20Word%20-%20SISTEMAS%20DE%20AMORTIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20EMPR%C3%89STIMOS%20-%20A%20CAPITALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20JUROS%20-%20AN%C3%81LISE%20DOS%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em: 03/08/2017.

SERRANO, Franklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 63-72, Mar. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000100004>.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Taxa de juros: nominal, efetiva ou real ?. **Rev. Adm. Empresas**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 77-82, março de 1981. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901981000100008&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901981000100008>.

Disciplina: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Carga Horária: 60

Período: 3º

Ementa: Fundamentos do Comportamento Organizacional. Fundamentos do comportamento

individual e em grupo. Variáveis que interferem no comportamento humano. Diversidade nas organizações. Cultura e Clima Organizacionais. Motivação. Teorias da liderança. Poder e autoridade. Mudança organizacional. Gerenciamento de conflitos.

Bibliografia básica:

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Comportamento organizacional:** conceitos e práticas. São Paulo: Saraiva, 2006.

MCSHANE, Steven L.; GLINOW, Mary A V. **Comportamento organizacional.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2014. *E-book*. ISBN 9788580554045. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554045/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional:** teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011

Bibliografia Complementar:

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; FANTINEL, Letícia Dias. A noção de cultura nos estudos contemporâneos de Aprendizagem Organizacional no Brasil: desvendando a rede com o uso da inscrição literária. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 21-39, mar. 2017. ISSN 1679-3951. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/57005/63796>>.

Acesso em: 09 Ago. 2017.

BRAQUEHAIS, Antonio de Paula, et al. O papel da cultura organizacional na gestão do conhecimento revisão de literatura de 2009 a 2015. Vol. 7, Número Especial (2017): **Gestão do Conhecimento, Eficiência e Inovação**. Braquehais. 4-17. ISSN: 2236-417X. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/32944/17293>. Acesso em 08/08/2017.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DAL MAGRO, C., SILVA, T., KLANN, R.. Comportamento Estratégico Organizacional e a Prática de Gerenciamento de Resultados nas Empresas Brasileiras **Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)**, North America, 16, mar. 2017. Available at:

<<http://revistaiberoamericana.org/ojs/index.php/ibero/article/view/2389>>. Date accessed: 09 Aug. 2017.

FRANCO, Kettyplyn Sanches et al. A relação entre atributos, atitudes e bem-estar na mudança organizacional. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 32, n. spe, e32ne219, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000500218&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 ago. 2017. Epub 27-Mar-2017.

ROCHA, Camila Martinell. et al. Líder e ética: influências da liderança no desempenho do colaborador. **Revista Científica on-line Tecnologia, Gestão e Humanismo**. v. 8, n. 1, 2017. ISSN: 2238-5819. Disponível em <http://www.fatecguaratingueta.edu.br/revista/index.php/RCO-TGH/article/view/175/186>. Acesso em 09/08/2017

Disciplina: CONTABILIDADE E CUSTOS
Carga Horária: 60
Período: 3º
Ementa: Introdução à contabilidade de custos; Classificações e nomenclaturas de custos; Sistemas de acumulação de custos; Custeio por absorção; Departamentalização; Materiais diretos; Mão-de-obra direta; Critérios de rateio dos custos indiretos (CIP); Custeio baseado em atividades (ABC); Custos para decisão (custeio variável); Fixação do preço de venda e decisão sobre compra ou produção.
Bibliografia básica: CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. Contabilidade de Custos. Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775026. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775026/. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca) MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo. 11 ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
Bibliografia Complementar: ACHAO FILHO, Nélío; QUELHAS, Osvaldo Luíz Gonçalves. Critérios para aplicação de ABC (ActivityBasedCosting) na indústria naval. Prod., São Paulo , v. 13, n. 1, p. 91-102, 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132003000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132003000100008. BEUREN, Ilse Maria; ROEDEL, Ari. O uso do custeio baseado em atividades: ABC (ActivityBasedCosting) nas maiores empresas de Santa Catarina. Rev. contab. finanç., São Paulo , v. 13, n. 30, p. 7-18, dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772002000300001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772002000300001. BEZERRA, Washington Lucena; CAROLI, Adhemar A. de. Análise de custo, volume e lucro: uma perspectiva de controle gerencial nas micro e pequenas empresas. Revista Redeca, v.2, n. 1. Jan-Jun. 2015 p. 45-64. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/27899. Acessado em: 19/06/2017. BORGES, Thiago Bernardo; MARIO, Poueri do Carmo; CARNEIRO, Ricardo. A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: uma análise sob a ótica institucional. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 47, n. 2, p. 469-491, abr. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

76122013000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000200009>.

DURAN, Orlando; TELLES, Jorge; LANZA, Liziane. CÁLCULO DO CUSTO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO AMBIENTAL: APLICAÇÃO DO CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES NUMA MONTADORA DE ÔNIBUS. **Ingeniare. Rev. chil. ing.**, Arica , v. 15, n. 2, p. 185-192, ago. 2007 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-33052007000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-33052007000200009>.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Contabilidade de custos**: livro de exercícios. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MECCA, Marlei Salete; FRANZOI, Tatiane de Fatima Matte; ECKERT, Alex; BIASIO, Roberto. Utilização do custo padrão como ferramenta de auxílio aos gestores na tomada de decisão. **Anais... XXII Congresso Brasileiro de Custos** – Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 11 a 13 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4031>>. Acessado em: 19/06/2017.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**: análise e gestão. 2. ed. rev. e ampl São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ROCHA, Wellington. Custo de mão-de-obra e encargos sociais. **Caderno de Estudos nº 06**, São Paulo, FIECAFI – Outubro/1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n6/n6a03.pdf>>. Acessado em: 19/06/2017.

SANTOS, Leandro do Nascimento. Santos, Tania Ferreira dos. Uma contribuição prática da relação custo, volume e lucro numa indústria têxtil de pequeno porte. **Anais... XIX Congresso Brasileiro de Custos** – Bento Gonçalves, RS, Brasil, 12 a 14 de novembro de 2012. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/286/286>>. Acessado em: 19/06/2017.

SANTOS, Roberto Vatan dos. Planejamento do preço de venda. **Cad. estud.**, São Paulo , n. 15, p. 01-18, June 1997 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511997000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 12 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-92511997000100005>.

SILVA, Edson Arlindo. ABREU, Carlos Alberto. Sistemas de Custeio em Instituições Hospitalares: estudo comparativo entre os hospitais da cidade de Muriaé-MG. **Contabilidade Vista & Revista** [online] 2006, 17 (Outubro-Diciembre) : [Fecha de consulta: 12 de julio de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014773003>> ISSN 0103-734X .

SOUZA, Paulo César; SCATENA, João Henrique. Apuração do custo da diária de internação hospitalar: um estudo de caso. **Revista RAHIS**. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/2052-8247-1-PB.pdf>>. Acessado em: 19/06/2017.

SILVA, Nelson Albuquerque de Souza e et al . Importância clínica dos custos diretos hospitalares em pacientes com hipertensão arterial em tratamento num hospital universitário, Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 20, n. 4, p. 293-302, ago. 1986 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

89101986000400005&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101986000400005>.

SILVA, Edson Arlindo. ABREU, Carlos Alberto. Sistemas de Custeio em Instituições Hospitalares: estudo comparativo entre os hospitais da cidade de Muriaé-MG. **Contabilidade Vista & Revista** [online] 2006, 17 (Outubro-Diciembre) : [Fecha de consulta: 12 de julio de 2017] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=197014773003>> ISSN 0103-734X.

PLONSKI, Guilherme Ary; ALMEIDA, Henrique Silveira de; CURY, Ricardo Bernardini George. **A gestão de projetos industriais baseada em análise de custos**. Prod., São Paulo , v. 1, n. 2, p. 73-86, dez. 1991 . Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65131991000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos
em 12 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65131991000200002>.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda:** (ênfase em aplicações e casos nacionais) / \$c Rodney Wernke. São Paulo: Saraiva, 2005.

Disciplina: FINANÇAS I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Introdução às finanças. Gestão do capital de giro. Gestão do ativo circulante. Gestão do passivo circulante. Análise das demonstrações financeiras. Planejamento e controle orçamentário.

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”.

HIGGINS, Robert C. **Análise para administração financeira**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788580553208. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580553208/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira:** texto e exercícios. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”

ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph; JORDAN, Bradford D.; et al. **Fundamentos de administração financeira**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9788582605783. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582605783/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar:

CAMPOS, A.; JUCÁ, M. N.; NAKAMURA, W. Como os Gestores Brasileiros Tomam suas Decisões

de Custo de Capital?. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 13, n. 4, p. 309-330, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/44627/como-os-gestores-brasileiros-tomam-suas-decisoes-de-custo-de-capital-/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

COSTA, W. B.; MACEDO, M. A. S.; YOKOYAMA, K. Y.; ALMEIDA, J. E. F. Análise dos Estágios de Ciclo de Vida de Companhias Abertas no Brasil: Um Estudo com Base em Variáveis Contábil-Financeiras. **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 3, p. 304-320, 2017. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45105/analise-dos-estagios-de-ciclo-de-vida-de-companhias-abertas-no-brasil--um-estudo-com-base-em-variaveis-contabil-financeiras-/i/pt-br>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.

FREZATTI, F.; RELVAS, T. R. S.; JUNQUEIRA, E.; NASCIMENTO, A. R.; OYADOMARI, J. C. Críticas ao orçamento: problemas com o artefato ou a não utilização de uma abordagem abrangente de análise? **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 3, n. 2, p. 190-216, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/14496/criticas-ao-orcamento--problemas-com-o-artefato-ou-a-nao-utilizacao-de-uma-abordagem-abrangente-de-analise-/i/pt-br>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

FUSCO, J. P. A. Necessidade do capital de giro e nível de vendas. **Revista de Administração de Empresas**, v. 36, n. 2, p. 53-66, 1996. Disponível em:<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/12504/necessidade-do-capital-de-giro-e-nivel-de-vendas/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

FUTEMA, Mariano Seikitsi; BASSO, Leonardo Fernando Cruz; KAYO, Eduardo Kazuo. Estrutura de capital, dividendos e juros sobre o capital próprio: testes no Brasil. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 44-62, abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 14 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772009000100004>.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R.; BARRETO, K. N. B. Políticas e instrumentos gerenciais utilizados na gestão do capital de giro das pequenas e médias empresas: um estudo exploratório. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 1, p. 113-127, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34173/politicas-e-instrumentos-gerenciais-utilizados-na-gestao-do-capital-de-giro-das-pequenas-e-medias-empresas--um-estudo-exploratorio-/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

MACHADO, M. A. V.; BARRETO, K. N. B. Decisões financeiras de curto prazo das pequenas e médias empresas industriais: um estudo exploratório. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 5, n. 2, p. 7-24, 2010. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34156/decisoes-financeiras-de-curto-prazo-das-pequenas-e-medias-empresas-industriais--um-estudo-exploratorio/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

MAGRO, C. B. D.; LAVARDA, C. E. F. Evidências sobre a caracterização e utilidade do orçamento empresarial nas indústrias de Santa Catarina. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 1, p. 39-62, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35055/evidencias-sobre-a-caracterizacao-e-utilidade-do-orcamento-empresarial-nas-industrias-de-santa-catarina-/i/pt-br>>. Acessado em:

14 de julho de 2017.

RIBEIRO, D. B.; ESTENDER, A. C. O Fluxo de Caixa na Organização Borgatto Comércio E Empreendimentos Ltda. **Revista Administração em Diálogo**, v. 19, n. 2, p. 42-61, 2017. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/45625/o-fluxo-de-caixa-na-organizacao-borgatto-comercio-e-empreendimentos-ltda/i/pt-br>>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

RIBEIRO, Maitê Garcia Cruz; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15 (2012) p. 60-79. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/viewFile/52657/56541>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.

SILVA, L. F.; LUCENA, W. G. L.; PAULO, E. Uma Análise do Desempenho Econômico e Financeiro das IPOs no Brasil. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45042/uma-analise-do-desempenho-economico-e-financeiro-das-ipos-no-brasil/i/pt-br>. Acessado em: 14 de julho de 2017.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: A Sociologia e a Antropologia como ciências: método e objeto. Cultura, identidade, alteridade, etnocentrismo e relativismo cultural. Educação Étnico-Racial. As teses clássicas e contemporâneas da Sociologia. As interfaces da Sociologia e Antropologia com a Administração.

Bibliografia básica:

BARROSO, Priscila F.; BONETE, Wilian J.; QUEIROZ, Ronaldo Q M. **Antropologia e cultura**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595021853. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021853/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee G. **Sociologia**. Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502175563. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502175563/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp & Porto Alegre, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAVEDON, N. R. (Org.) ; CARRIERI, A. de P. (Org.) ; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da (Org.) . **Cultura nas organizações**: uma abordagem contemporânea. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. São Paulo, Atlas, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Quintaneiro, Tania. Barbosa, Maria Ligia de oliveira. Oliveira, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. Ed. Ver. Amp. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Disciplina: GESTÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Recursos Materiais e Patrimoniais. Aquisição de Recursos Materiais e Patrimoniais. Administração de Materiais e Estoques

Bibliografia básica:

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Petrônio. ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GURGEL, Floriano do Amaral. FRANCISCHINI, Paulino G.; Administração de materiais e do patrimônio. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Bibliografia Complementar:

CHING, Hong Yuh. Gestão de estoques na cadeia de logística integrada – supply chain. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006

DO NASCIMENTO NETO, Renata Valeska; DE OLIVEIRA, José Ricardo Abreu; GHINATO, Paulo. Supply Chain Management: aplicação e ferramentas. 2002. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR11_0851.pdf. Acesso em 14 jun 2017

FENILI, Renato Ribeiro. Gestão de Materiais. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em <http://www.enap.gov.br/documents/52930/707328/Enap+Did%C3%A1ticos+->

[+Gest%C3%A3o+de+Materiais.pdf/76d26d48-37af-4b40-baf1-072a8c31236a](#). Acesso em 14 jun 2017

GAVIOLI, Giovana; SIQUEIRA, Maria CM; SILVA, Paulo HR. Aplicação do programa 5s em um sistema de gestão de estoques de uma indústria de eletrodoméstico e seus impactos na racionalização de recursos. Unidade Berrini da FGV: SIMPOI, 2009. Disponível em http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2009/artigos/E2009_T00383_PCN76566.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

OLIVEIRA, Marcela Maria Eloy Paixão; SILVA, Rafaella Machado Rosa da. Gestão de estoque. 2014. ICE – Instituto Cuiabano de Educação. Disponível em <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/895c3ab2654ab5a9c11b63e22780aaf3.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

PIRES, Leonardo Doro. Investigação e proposta de melhorias na gestão de estoques: um estudo de caso na Farmafórmula Ltda - Natal/RN. CONNEXIO-ISSN 2236-8760, v. 2, n. 1, p. 29-44, 2012. Disponível em <https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/208/192>. Acesso em 14 jun 2017.

SOUSA, Paulo Teixeira de. Logística interna: o princípio da logística organizacional está na administração dos recursos materiais e patrimoniais (ARMP). Revista Científica FacMais, Goiás, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/10/10.LOG%C3%8DSTICA-INTERNA-Paulo-Teixeira-de-Sousa2.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: EXTENSÃO EM GESTÃO, LEGISLAÇÃO E TECNOLOGIAS I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Conceito, aplicação, legislação, características de Extensão Universitária em Responsabilidade Social. Estudo de um case de sucesso de extensão universitária em responsabilidade social na área de Administração. Laboratórios e Núcleos do Ifes agentes da extensão em responsabilidade social: Núcleo de Arte e Cultura (NAC), NEABI, NIPATI, NEPGENS, NAPNE, entre outros. Elaboração do projeto de extensão em Responsabilidade Social.

Bibliografia básica:

SERTEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2024. (minha biblioteca)

MELLO, Cleyson de Moraes; PETRILLO, Regina Pentagna; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de. **Curricularização da extensão universitária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2024. (minha biblioteca)

OLIVEIRA, Irlane Maia de; CHASSOT, Attico. **Saberes que sabem à extensão universitária**. 1. ed. Jundiaí: Paco e Littera, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, M. P.; DE FRAGA, S. M. INTERAÇÕES ACADÊMICAS: ESTUDO DE CASO DA RELAÇÃO UNIVERSIDADE/SOCIEDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Expressa Extensão*, v. 27, n. 2, p. 60-79, 28 abr. 2022. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/22300>

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. *Perspectiva online: Humanas & Sociais Aplicadas*, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 2, p. 23-31, 2011. Disponível em: http://ojs3.perspectivasonline.com.br/index.php/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/229.

CRUZ, Breno de Paula Andrade. et al. Extensão Universitária e Responsabilidade Social: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior. XXXIV Enanpad. Rio de Janeiro. 25 a 29 de setembro de 2020. Disponível em https://ebape.fgv.br/sites/default/files/extensao_universitaria.pdf

FERREIRA, Tereza Evâny de Lima Renôr. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: MÉTODOS DE ENSINO UTILIZADOS NO PROJETO ADMINISTRAÇÃO PARA TODOS. *Revista de Extensão e Sociedade*. PROEX/UFRN. Volume 8. nº 2. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/11182>

LIMA, Mariete Ximenes Araújo. FERREIRA NETO, Macário Neri. POMPEU, Randal Martins. Projeto de extensão no ensino superior como prática de responsabilidade social. *REGAE: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/4718/471864018010/html/>

Disciplina: ESTATÍSTICA

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Introdução. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central. Medidas separatrizes. Medidas de dispersão. Probabilidade. Valor esperado e variância. Distribuições discretas (Binomial e Poisson). Distribuições contínuas (Normal). Teste de hipóteses. Correlação e regressão linear simples.

Bibliografia básica:

BRUNI, Adriano Leal; **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SHARPE, Norean R.; VEAUX, Richard D D.; VELLEMAN, Paul F. **Estatística aplicada**.

Grupo A, 2011. E-book. ISBN 9788577808656. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577808656/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

SWEENEY, J. D.; WILLIAMS, A. T; ANDERSON, R. D. **Estatística Aplicada à administração e economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Lélis Pedro de et al . **Governança corporativa**: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas Brasileiras. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online), São Paulo , v. 10, n. 4, p. 4-31, Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000400002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712009000400002>.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. Administração On Line, Prática - Pesquisa – Ensino, ISSN 1517-7912, Volume 1 - Número 1 (janeiro/fevereiro/março - 2000). Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acessado em: 01/08/2017.

MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. GOUVêa, Maria Aparecida. **Estatística Aplicada à Administração**: um estudo de atitudes versus desempenho do aluno Statistics Applied to Business Administration: a study about attitudes versus student's performance. Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação, ISSN: 1681-5653. Disponível em: <http://rieoei.org/rie_contenedor.php?numero=4424&titulo=Estat%C3%ADstica%20Aplicada%20%C3%A0%20Administra%C3%A7%C3%A3o:%20um%20estudo%20de%20atitudes%20versus%20desempenho%20do%20aluno>. Acessado em: 01/08/2017.

MILAGRE, Robson Amaral. **Estatística**: uma Proposta De Ensino para os Cursos de Administração de Empresas. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/81812/186310.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 01/08/2017.

MOORI, Roberto Giro; ZILBER, Moisés Ari. **Um estudo da cadeia de valores com a utilização da análise fatorial**. Rev. adm. contemp., Curitiba , v. 7, n. 3, p. 127-147, Sept. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552003000300007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000300007>.

NORMANDO, David; TJADERHANE, Leo; QUINTAO, Cátia Cardoso Abdo. **A escolha do teste estatístico** - um tutorial em forma de apresentação em PowerPoint. Dental Press J. Orthod., Maringá , v. 15, n. 1, p. 101-106, Feb. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-94512010000100012>.

OLIVEIRA, T. M. V. **Amostragem não probabilística**: adequação de situações para uso e

limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. FECAP. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 27 julho de 2017.

SOUSA, Fabrício Alves de et al. **RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UMA ANÁLISE SOBRE A CORRELAÇÃO ENTRE A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) E O LUCRO DAS EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS QUE COMPÕEM ESSE ÍNDICE.** REVISTA REUNIR, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 52-68, dez. 2015. ISSN 2237-3667. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/15>>. Acesso em: 01 ago. 2017. doi:<https://doi.org/10.18696/reunir.v1i1.15>.

TEIXEIRA BARTH, E; (2003). **A Análise de Dados na Pesquisa Científica.** Importância e desafios em estudos organizacionais. Desenvolvimento em Questão, 1() 177-201. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210209>>. Acessado em: 01/08/2017.

Disciplina: MARKETING I

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Conceitos centrais do Marketing. Ambientes de Marketing. Segmentação de mercados e seleção de mercados-alvo. Sistemas de Informação de Marketing e Pesquisa de Marketing. Comportamento do consumidor. Marketing de relacionamento. Plano de Marketing.

Bibliografia básica:

CHURCHILL, Gilbert A. Jr.; PETER, J. Paul. **Marketing:** criando valor para os clientes. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane; CHERNEV, Alexander. **Administração de marketing.** 16. ed. Porto Alegre, RS: Grupo A, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

TYBOUT, Alice M. **Marketing.** Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502213623. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502213623/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

COBRA, Marcos. Marketing básico: uma abordagem brasileira. São Paulo: Atlas, 2011.

MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

MATTAR, F. N. Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2014.

MCDONALD, M.; WILSON, H. Planos de Marketing. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OLIVERIA, S. L. I.; ROCHA, M. D. A. Gestão estratégica de marcas. São Paulo: Saraiva, 2017
Disciplina: GESTÃO DE PROCESSOS (OSM)
Carga Horária: 60
Período: 5º
Ementa: A função de OSM nas empresas; Estruturação nas organizações; Diagnóstico Organizacional; Gestão da Mudança; Métodos e Processos
Bibliografia básica ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 5 ed. ver. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. CURY, Antonio. Organização e métodos: uma visão holística. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos . São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Estrutura organizacional: uma abordagem para resultados e competitividade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014
Bibliografia Complementar ALBUQUERQUE, J. P. de. Flexibilidade e modelagem de processos de negócio: uma relação multidimensional. RAE - Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 3, maio-junho, p.313-329, 2012. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000300004. Acesso em 11/07/2017. BISPO, Danielle de Araújo. Queiroz, Marcelo Victor Alves Bila. FERNANDES, Leandro Trigueiro. “GABRIELA, LEITE E PEDRA”: resistência à inovação como limitadora da capacidade de inovar em estruturas organizacionais rígidas. XIX SemeAd – Seminários em Administração. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/438.pdf. Acesso em 11/07/2017. CALDAS, M. P. O Triste Destino da Área de O&M - I. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 39, n. 2, abr-jun, p.6-17, 1999. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000200002. Acesso em 11/07/2017. CALDAS, M. P. O Triste Destino da Área de O&M - II. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 39, n. 3, jul-set, p.6-16, 1999. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000300002. Acesso em 11/07/2017. FERREIRA, Daniel Barcelos. ITUASSU, Cristiana. WASNER, Fernanda. Algumas Percepções da Estrutura Organizacional da Polícia Civil de Minas Gerais à Luz da Teoria de Henry Mintzberg. XIX SemeAd – Seminários em Administração. Novembro de 2016. ISSN 2177-3866. Disponível em http://login.semead.com.br/19semead/anais/arquivos/660.pdf. Acesso em 11/07/2017. FRANCISCO CERETTA, G; LUIS SALVADO, A; ROBERTO REIS, D. Práticas de gestão inseridas no padrão de modelo de negócio aberto: o caso de uma empresa da indústria da alimentação. Capital Científico. 13, 4, 127-140, Oct. 2015. ISSN: 16791991. Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3750/2791>. Acesso em 11/07/2017.

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que Processo?. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 40, n. 4, out-dez, p.8-19, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000400002>. Acesso em 11/07/2017.

GONÇALVES, J. E. L. As Empresas São Grandes Coleções de Processos. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 40, n. 1, jan-mar, p.6-19, 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902000000100002> Acesso em 11/07/2017.

Disciplina: FINANÇAS II

Carga Horária: 60

Período: 5º

Ementa: Mercado financeiro e de capitais. Risco e retorno. Estrutura de capital. Fontes de financiamento. Custo de capital. Orçamento de capital. Métodos de análise de investimentos.

Bibliografia básica:

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de administração financeira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”.

GITMAN, Lawrence J.; ZUTTER, Chad J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira: texto e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. Disponível na biblioteca virtual “Minha biblioteca”.

Bibliografia Complementar

IZIDORO, Cleyton (org.). Mercado de capitais. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

GITMAN, Lawrence Jeffrey; MADURA, Jeff. Administração financeira: uma abordagem gerencial. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2003. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

MARONI NETO, Ricardo. Análise de investimentos econômicos e financeiros. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

PERIS, Renata Wandroski. Finanças corporativas. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

CRUZ, June Alisson Westarb et al. Finanças corporativas: análise de demonstrativos contábeis e de investimentos. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2014. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina: EXTENSÃO EM GESTÃO, LEGISLAÇÃO E TECNOLOGIAS II
Carga Horária: 60
Período: 5º
Ementa: DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Conceito. Legislação. Parâmetros. Mulheres em Empresas. Mercado de Trabalho e disparidade étnico-racial. Iniciativas de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PCD). Políticas de Contratação. Programas de Diversidade empresarial e cultura organizacional.
Bibliografia bBásica BRASIL. Vademecum. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019. BRASIL. Lei 14.146 de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 11 mar. 2024. MELO, Milena Barbosa de. Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 11 mar. 2024.
Bibliografia Complementar CARMO, Marwin Machay Indio do Brasil do; GILLA, Clarissa Garcia; QUITERIO, Patricia Lorena. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 24, n. 1, abr. 2020. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/59972/40658>. Acesso em: 11 mar. 2024. FLEURY, Maria Teresa L. Gerenciando a diversidade cultural: Experiências de empresas brasileiras. RAE-Revista de Administração de Empresas, 40(3), 18-25. 2000. doi: 10.1590/S0034-75902000000300003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000300003. Acesso em: 11 mar. 2024. FRAGA, A. M.; COLOMBY, R. K.; GEMELLI, C. E.; PRESTES, V. A. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 1, p. 1–19, 2022. DOI: 10.1590/1679-395120200155. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/85305. Acesso em: 11 mar. 2024. NÓBREGA, Bruno Andrade; SANTOS, Jair Nascimento; JESUS, Gláucia Alves de. Um estudo da Relação entre Diversidade, Criatividade e Competitividade em Organizações Brasileiras. Revista de Ciências da Administração, [S. l.], p. 194–209, 2014. DOI: 10.5007/2175-8077.2014v16n39p194. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n39p194. Acesso em: 11 mar. 2024.

SARAIVA, Luiz Alex S; IRIGARAY, Hélio Arthur dos R. Políticas de diversidade nas organizações: Uma questão de discurso? **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 49(3), 337-348. 2009. Doi: 10.1590/S0034-75902009000300008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000300008>. Acesso em: 11 mar. 2024.

Disciplina: LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Conceito de meio ambiente. Princípios Fundamentais do Direito do Ambiente. A Constituição Federal e o Meio Ambiente. A Política Nacional de Meio Ambiente. O Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente. Responsabilidade Civil e Criminal decorrentes de Dano Ambiental. Crimes Ambientais. Environmental, Social & Governance – ESG e atividades negociais. Consumo sustentável. Educação Ambiental.

Bibliografia básica:

BARSANO, Paulo R.; BARBOSA, Rildo P.; IBRAHIM, Francini Imene D. **Legislação ambiental**. Editora Saraiva, 2016. E-book. ISBN 9788536528311. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536528311/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

MAZZAROTTO, Ângelo de Sá. **Direito e legislação ambiental**. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

RODRIGUES, Marcelo Abelha; LENZA, Pedro. **Direito ambiental esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia complementar:

GARCIA, Wander Carvalho Dompieri; BORDALO, Rodrigo. Manual completo de direito ambiental: ideal para provas e concursos. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe et al. Socioambientalismo, consumo e biopolítica. 2. ed. Porto Alegre: Educs, 2019. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

RECH, Adir Ubaldo et al. (org.). Direito ambiental e desenvolvimento sustentável: artigos do IV Encontro nacional de pesquisadores. 1. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe. Responsabilidade civil: teoria geral. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso

em: 10 out. 2023.

VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Cidades inteligentes e a função socioambiental. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

Disciplina: TEORIA DOS JOGOS

Carga Horária: 30

Período 6º

Ementa: O interesse por jogos. Natureza e limites da teoria dos jogos. Modelando um jogo. Analisando um jogo simultâneo de informação completa. Algumas aplicações importantes do conceito do equilíbrio de Nash. Analisando jogos sequenciais. Jogos simultâneos de informação incompleta e o desenho de leilões.

Bibliografia Básica:

ALVES, Paulo Vicente. **Jogos e simulações de empresas**. São Paulo: Alta Books, 2015.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos**. Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788595156388. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595156388/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

MARINHO, Raul. **Prática na Teoria - Aplicações da Teoria Dos Jogos e da Evolução Aos Negócios - 2ª Ed.** 2011. Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502126114. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502126114/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

ABBADE, Eduardo. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas – Ano 5, nº 3, Jul-Set/2010, p. 131-147. Disponível em <http://http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/download/378/319>. Acesso em 19 jun 2017.

ENEGUIN, Fernando B. BUGARIN, Maurício S..A informalidade no mercado de trabalho e o impacto das instituições: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos. Econ. Apl. [online]. 2008, vol.12, n.3, pp.341-363. ISSN 1413-8050. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000300001. Acesso em 19 jun 2017.

HEIN, Nelson; OLIVEIRA, Rafaela Cristina de; LUNARDELLI, Paulo Afonso. Sobre o uso da teoria dos jogos na tomada de decisões estratégicas. XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003. Disponível em http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0605_1538.pdf

VEIGA, Cristiano Henrique Antonelli da et al. Atividade didática em comércio exterior: uma abordagem entre custo e sustentabilidade. Administração: Ensino e Pesquisa, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 179-207, mar. 2015. ISSN 2358-0917. doi:<http://dx.doi.org/10.13058/raep.2015.v16n1.212>.

Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/212>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VITORINO FILHO, Valdir Antonio; SACOMANO NETO, Mário; ELIAS, Jorge José. Teoria dos Jogos: uma abordagem exploratória. Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 2, p. 112-129, 2009. Disponível em <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/view/24>

Disciplina: ÉTICA

Carga Horária: 30

Período: 6º

Ementa: Ética e formação da consciência Moral. Virtude e Vício. Felicidade e efemeridade. Poder e submissão. Dever e desejo. Tecnologia e responsabilidade. Código de Ética do Administrador.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Resolução Normativa 537, de 22 de março de 2018**. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Administração previsto na Lei nº 4769/1965. Disponível em: <https://cfa.org.br/codigo-de-etica-dos-profissionais-de-administracao-voce-segue> Acesso em: 12 mar. 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

Bibliografia Complementar

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Edipro, 2018.

DIAS, Maria Cristina Longo Cardoso. **O direito e a ética em Bentham e Kant: uma comparação**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 38, n. 1, p. 147-166, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732015000100147&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732015000100009>.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

MORAES, Mário Cesar Barreto et al. **Ética na gestão: o discurso organizacional e a percepção dos gestores**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p. 119-129, jul. 2012. ISSN 2175-8077. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2012v14n33p119/22545>>. Acesso em: 03 ago. 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n33p119>.

SILVEIRA, Daniela. **O que é a filosofia: uma abordagem da questão a partir de Elogio da**

Filosofia de M. Merleau-Ponty. Filosofia. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S.l.], feb. 2014. ISSN 2183-6892. Available at: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/filosofia/article/view/548>>. Date accessed: 03 aug. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.21747/548>.

Disciplina: MARKETING II

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Gestão de Produtos e Serviços. Gestão de marcas. Gestão de preços. Gestão de canais de Marketing. Gestão da comunicação integrada de Marketing. Marketing Digital. Inovações, tendências e questões éticas no Marketing.

Bibliografia básica

COBRA, Marcos. **Marketing de Serviços**. Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597026146. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026146/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

CHURCHILL, Gilbert A. Jr.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASAS, Alexandre Luzzi L. **Marketing Digital**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559771103. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771103/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar

DAHLSTROM, R. Gerenciamento de marketing verde. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DIAS, R. Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GULLO, J.; PINHEIRO, D. Comunicação integrada de marketing. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KOTLER, P.; ROBERTO, E. L. Marketing social: estratégias para alterar o comportamento público. Tradução José Ricardo Azevedo, Elizabeth Maria Braga. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

LOVELOCK, C.; WIRTZ, J.; HEMZO, M. A. Marketing de serviços, pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2011

Disciplina: COMÉRCIO ELETRÔNICO

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Modelos de Comércio Eletrônico; Comércio Eletrônico e o Ambiente Empresarial; Aspectos de Comércio Eletrônico; Linguagens e Ambientes apropriados; Estrutura de Análise de Comércio Eletrônico; Situação Atual e Tendências

Bibliografia básica:

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio eletrônico:** modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 2010.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Comércio Eletrônico** - conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil, 1ª edição.. Editora Saraiva, 2015. E-book. ISBN 9788502622494. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622494/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

TURBAN, Efraim; KING, David. **Comércio eletrônico** - estratégia e gestão. São Paulo: Pearson Brasil, 2004.

Bibliografia complementar:

CAPELLI, Andressa Lacerda. STURM, Alexandre. SOARES, Fabiano Dias. ROSA, Fábio Steffen Gonçalves da. PAIVA, Luciano Pintos. CORDEIRO, Valéria França. Comércio Eletrônico: um estudo de caso das lojas Renner. **Revista de Iniciação Científica – RIC**, Cairu/BA. Jun. 2015, Vol 02, nº 02, p. 67-74, ISSN 2258-1166 Disponível em: http://www.cairu.br/riccairu/pdf/artigos/2/05_COMERCIO_ELETRONICO.pdf. Acessado em 29/07/2017.

DINIZ, Letícia Lelis. SOUZA, Livia Garcia Alves de. CONCEIÇÃO, Luan Rodrigues da. FAUSTINI, Marcelo Rangel. O Comércio Eletrônico como ferramenta estratégica de vendas para empresa. **Anais...III Encontro Científico E Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, 17 – 21 de outubro de 2011**. Disponível em <>. Acessado em: Acessado em 29/07/2017.

FELIPINI, Dailton. Material distribuído gratuitamente. **Modelo ABCCommerce de Plano de Negócios**. Blue Editora e Livraria Ltda., São Paulo, ISBN: 978-85-66833-97-6. Distribuído gratuitamente por LeBooks Editora. São Paulo, versão outubro de 2013. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/GuiadeComercioEletronico.pdf>. Acessado em 29/7/2017.

FELIPINI, Dailton. **Empreendedorismo na internet:** como agarrar esta nova oportunidade de negócios? Blue Editora e Livraria Ltda, São Paulo, ISBN: 978-85-66833-67-6. Distribuído gratuitamente por LeBooks. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Empreendedorismo_na_Internet.html?id=kRG3CwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acessado em 29/07/2017.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – ProCon/SP. **Guia Comércio Eletrônico**. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/GuiadeComercioEletronico.pdf>. Acessado em: 29/7/2017.

MELLO, Adriano de. E-Business e E-Commerce. **Revista Científica do Unisalesiano** – Lins – SP, ano 2, n.3, jan/jun de 2011. Disponível

em:<<http://www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no3/artigo5.pdf>>. Acessado em 29/07/2017.

NUERNBERG, Júlio César. O futuro do comércio eletrônico. **Revista Olhar Científico** – Faculdades Associadas de Ariquemes – V. 01, n.2, Ago./Dez. 2010. Disponível em:<<http://www.olharcientifico.kinghost.net/index.php/olhar/article/view/54/38>>. Acessado em 29/07/2017.

Disciplina: EXTENSÃO EM GESTÃO, LEGISLAÇÃO E TECNOLOGIAS III

Carga Horária: 60

Período: 6º

Ementa: Sustentabilidade: a sustentabilidade como prática proporcionará aos alunos uma compreensão abrangente e aplicada dos princípios éticos ambientais, promovendo a adoção de tecnologias sustentáveis e práticas eco-sustentáveis tanto na produção quanto no consumo. Com atividades que relacionem a sociedade e natureza, qualidade de vida, biodiversidade, mudanças climáticas, direitos humanos e diversidade cultural, buscando soluções inovadoras e conscientes para os problemas ambientais contemporâneos em níveis local e global.

Bibliografia básica:

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. Editora Atlas, 2018.

PEREIRA, André Luiz et al. Logística reversa e sustentabilidade. **São Paulo: Cengage Learning**, v. 208, 2012.

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. In: **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2005. p. 878-878.

Bibliografia complementar:

BRAGANÇA, Luciana Souza et al. Natureza política e sustentabilidade: limites e horizontes.

LOPES, Marcela Silviano Brandão (org.) Natureza Política: Rupturas, Aproximações e Figurações Possíveis. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021., 2021.

CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues et al. SUSTENTABILIDADE & QUALIDADE DE VIDA: práticas sustentáveis de saúde em comunidades ribeirinhas no Amazonas. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 265-285, 2020.

GUENTHER, Mariana et al. Implementação de composteiras e hortas orgânicas em escolas: sustentabilidade e alimentação saudável. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 7, p. 391-409, 2020.

LIMA, Cristian Serafim Martins et al. Projeto "De Lixo a Bicho": extensão voltada à Educação, Inovação e à Sustentabilidade. 2019.

SILVEIRA, José Henrique Porto. Sustentabilidade e responsabilidade social. **Belo Horizonte: Poisson**, v. 3, 2017.

Disciplina: LOGÍSTICA
Carga Horária: 60
Período: 7º
Ementa: Fundamentos de logística empresarial (contendo evolução da logística); Logística integrada e gerenciamento da cadeia de suprimentos (supply chain management); Localização de empresas; Gestão de Transportes e Distribuição (modais, custos); A logística globalizada e o E-Commerce (incluindo CRM e ERP); Logística Reversa.
Bibliografia básica: BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial. Tradutor de Elias PEREIRA. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2006. LEITE, Paulo R. Logística reversa. Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547215064. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215064/. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca) TAYLOR, D. A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br
Bibliografia complementar: GORNI NETO, Fernando. Gestão de suprimentos e logística. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. MENDES, Giselly Santos; BARBOSA, Alessandro Quilles. Roteirização de transportes. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br MENDES, Paulo Rogério. Supply chain: uma visão técnica e estratégica. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br RIBEIRO, Luís Otavio de Marins. Ferramentas qualitativas e quantitativas aplicadas à tomada de decisão em logística. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. RIBEIRO, Laís. Planejamento e controle de estoque em e-commerce. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. ROBLES, Léo Tadeu. Logística reversa: um caminho para o desenvolvimento sustentável. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2019. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br

Disciplina: ESTRATÉGIA EMPRESARIAL
Carga Horária: 60
Período: 7º

Ementa: Evolução do pensamento estratégico. Administração estratégica. Planejamento estratégico. Estratégias competitivas e genéricas e vantagem competitiva. Tipos de Estratégias empresariais. Modelos de análise estratégica. Modelos de negócio e inovação.

Bibliografia básica:

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**. Grupo A, 2010. E-book. ISBN 9788577807437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577807437/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia Empresarial & Vantagem**

Competitiva: Como Estabelecer, Implementar e Avaliar, 9ª edição. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522492480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492480/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

THURMAN, Paul W.; FERENCE, Thomas P. **Estratégia - Série Fundamentos**. Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502180062. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502180062/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Administração Estratégica e Vantagem Competitiva. São Paulo: Pearson, 2011.

IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, R. E.; HITT, M. A. Administração Estratégica: competitividade e globalização. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

JOHNSON, G.; SCHOLLES, K.; WHITTINGTON, R. Fundamentos de estratégia. São Paulo: Bookman, 2009.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safari de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, 2010.

PORTER, M. Estrategia Competitiva: técnicas para a análise de indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Disciplina: DIREITO TRIBUTÁRIO

Carga Horária: 60

Período: 7º

Ementa: Direito tributário. Tributo. Espécies tributárias. Princípios e capacidade tributária. Sistema tributário nacional, competência tributária e a Constituição Federal de 1988. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Fato gerador. Lançamento tributário. Crédito tributário. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Infrações e penalidades.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Vademecum**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 28. ed. São Paulo: Atlas Editora, 2018.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Jevuks Matheus; SIQUEIRA, Rozane Bezerra. Demanda por gastos públicos locais: evidências dos efeitos de ilusão fiscal no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 189-219, mar. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000100189&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CAVALCANTE, Pedro. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 307-330, abr. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000200307&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

GOMES, Antônio Paulo Machado. Características da governança corporativa como estímulo à gestão fiscal. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 149-168, ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772016000200149&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PESSOA, Leonel Cesarino; COSTA, Giovane; MACCARI, Emerson Antônio. As micro e pequenas empresas, o Simples Nacional e o problema dos créditos de ICMS. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 345-363, ago. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322016000200345&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SOUZA, Kênia Barreiro; CARDOSO, Débora Freire; DOMINGUES, Edson Paulo. Medidas recentes de desoneração tributária no Brasil: uma análise de equilíbrio geral

computável. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 99-125, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402016000100099&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2017..

Disciplina: TÓPICOS AVANÇADOS EM GESTÃO I
Carga Horária: 30
Período: 7º
Ementa: As novas teorias, obras e fatos relevantes para o estudo e a prática da Administração
Bibliografia básica: Serão indicados materiais para pesquisa e estudos mais atualizados, baseados em estudos e obras mais recentes. Tais referências serão elencados nos planos de ensino no semestre anterior à oferta.
Bibliografia Complementar Serão indicados materiais para pesquisa e estudos mais atualizados, baseados em estudos e obras mais recentes. Tais referências serão elencados nos planos de ensino no semestre anterior à oferta.

Disciplina: EXTENSÃO EM GESTÃO, LEGISLAÇÃO E TECNOLOGIAS IV
Carga Horária: 60
Período: 7º
Ementa: Consultoria Empresarial: conceitos, aplicação. Papel do Consultor na área de Administração. Extensão Universitária em Consultoria Empresarial. Laboratórios, Núcleos e espaços do Ifes. Agentes de extensão em Consultoria Empresarial: NIPAT, Empresa Júnior, LEDS, Núcleo Incubador de Colatina, PROFNIT, entre outros. Elaboração de projeto de extensão em Consultoria Empresarial.
Bibliografia Básica: SOUZA, Ovanildo Gonçalves de (org.). Consultoria empresarial. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 10 mar. 2024. (minha biblioteca) MENDONÇA, Helenides; FERREIRA, Maria Cristina; NEIVA, Elaine Rabelo (org.). Análise e diagnóstico organizacional: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2016. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 10 mar. 2024. (minha biblioteca) CUNHA, Jeferson Luis Lima. Consultoria organizacional. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 10 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

CURY, Antonio. **Organização e métodos**: uma visão holística. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NEVES, LUIZ FERNANDO COSTA. **PROPOSTA DE MELHORIA NO MÉTODO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL DO PROJETO EXTENSÃO PRODUTIVA E INOVAÇÃO APLICADA AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. 2020. Disponível em

https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_9b18f912e48159e6fe190f754b9aba0e

Silva, Camila Batista da. **Percepção dos profissionais consultores e dos estudantes sobre a atuação na prestação de serviço em consultoria na cidade de Bento Gonçalves**. Repositório da UCS. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/11338/5830>

SANTOS, Juliana Moreira dos. et al. PRÁTICAS DE CONSULTORIA COMO METODOLOGIA DE ENSINO DA GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS: A EXPERIÊNCIA UNIFESSPA. X EGEPE. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. São Paulo. 04 a 06 de julho de 2018. Disponível em

<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1320>

WEISS, Alan. **A bíblia da consultoria**: métodos e técnicas para montar e expandir um negócio de consultoria. 1. ed. São Paulo, SP: Autêntica Business, 2017. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2024. (minha biblioteca)

Disciplina: GESTÃO DE VENDAS E SERVIÇOS

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Tipos de organização de vendas. Sistemas de vendas. Planejamento e o controle de vendas. Gerenciamento de vendas. Remuneração de força de vendas. Classificação de Serviços. Estratégia em Serviços. Processos de Serviços. Qualidade em serviços. Atendimento ao cliente. Avaliação e recuperação de serviços.

Bibliografia Básica:

CASAS, Alexandre Luzzi L. **Administração de vendas**, 8ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2005. E-book. ISBN 9788522483129. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483129/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

CORREIA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços** : lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788522479214. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479214/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

COBRA, Marcos. **Administração de Vendas**. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia complementar:

HILLMANN, Ricardo. Administração de vendas, varejo e serviços. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>

IZIDORO, Cleyton (org.). Administração de vendas. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

REIS, Dálcio Roberto dos. Qualidade e excelência em serviços. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SELEME, Robson. Gestão de operações de serviços: planejando o sucesso no atendimento ao cliente. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

SILVA, Caio Camargo da. Gestão de pessoas e equipes de vendas. 1. ed. São Paulo: Contentus, 2020. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

Disciplina: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS**Carga Horária: 60****Período: 8º**

Ementa: O projeto no processo de planejamento da firma; A estrutura e as etapas de um projeto; A análise de mercado; Localização; Determinação da escala do projeto; Financiamentos para o projeto; Os quadros financeiros do projeto; Critérios quantitativos de análise econômica de projetos; Avaliação de projetos públicos

Bibliografia básica:

CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P.; SILVEIRA, Jarbas A N. **Fundamentos de Gestão de Projetos**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788597005622. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597005622/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

HELDMAN, Kim. **Gerência de projetos**: Guia para o Exame Oficial do PMI. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração de projetos**: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

BARROS, T. S. Análise de Viabilidade Econômica dos Estádios da Copa do Mundo FIFA 2014. **Revista Gestão Organizacional**, v. 9, n. 1, p. 43-65, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42414/analise-de-viabilidade-economica-dos-estadios-da-copa-do-mundo-fifa-2014->>. Acessado em: 08/08/2017.

LOPES REGO, Marcos. IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Gerenciamento de projetos: existe produção científica brasileira? **Anais...XXXV Encontro do ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, 4 a 7 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR2508.pdf>>. Acessado em: 08/08/2017.

MOREIRA PINTO, Marcos. OLINQUEVITCH, JOSÉ LEÔNIDAS. THEODORO, Aldecir Jose. Morozini, João Francisco. GUTH, Sérgio Cavagnoli. FASSINA, Paulo Henrique. Análise de Viabilidade Econômica De Projetos De Investimento: Métodos utilizados em Empresas Fabricantes De Balas Do Estado Do Rio Grande do Sul. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Custos** – Belo Horizonte - MG, Brasil, 30 de outubro a 01 de novembro de 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/2162908/Downloads/1812-1812-1-PB.pdf>. Acessado em: 08/08/2017.

NARDELLI, Paula Moreira; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Análise de um projeto agroindustrial utilizando a Teoria de Opções Reais: a opção de adiamento. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 49, n. 4, p. 941-966, dez. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032011000400006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032011000400006>.

RIBEIRO, C. A. B.; PECH, G. Fatores contribuintes decisivos para maturidade em gerenciamento de projetos segundo um núcleo de especialistas: uma perspectiva pela análise de conteúdo. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 16, n. 3, p. 138-167, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/43534/fatores-contribuintes-decisivos-para-maturidade-em-gerenciamento-de-projetos-segundo-um-nucleo-de-especialistas--uma-perspectiva-pela-analise-de-conteudo/i/pt-br>>. Acessado em: 08/08/2017.

SONTAG, A. G.; CRUZ, I. K. H.; CRUZ, F. P. B.; BERTOLINI, G. R. F. Análise de viabilidade econômica para sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos no município de Marechal Cândido Rondon – PR. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2015. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/39489/analise-de-viabilidade-economica-para-sistemas-de-tratamento-de-residuos-solidos-urbanos-no-municipio-de-marechal-candido-rondon---pr>>. Acessado em: 08/08/2017.

VILELA, J.; SILVA, M. A. V. R.; QUINTAIROS, P. Análise integrada de viabilidade econômica de projetos aplicada à substituição de uma máquina. **Gestão e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10280/analise-integrada-de-viabilidade-economica-de-projetos-aplicada-a-substituicao-de-uma-maquina>>. Acessado em: 08/08/2017.

Disciplina: GESTÃO AMBIENTAL

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Política e Gestão Ambiental. Instrumentos de Gestão. Gestão ambiental no município. Gestão ambiental na empresa. Sistemas de gestão ambiental na empresa. Série ISO. Auditoria ambiental. Noções de Perícia Ambiental

Bibliografia básica:

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental** – Instrumentos, Esferas de Ação e Educação Ambiental. São Paulo: Atlas, 2018.

PHILLIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMERO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2014.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **ISO 14001** sistemas de gestão ambiental: implantação objetiva e econômica. São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Clarissa Lima; NUNES, Ana Bárbara de Araújo. Proposta de indicadores para avaliação de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental e de Segurança e Saúde no Trabalho de Empresas do ramo de engenharia consultiva. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 21, n. 4, p. 810-820, Dec. 2014 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2014000400011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. Epub Nov 07, 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X649>.

AMARAL, Alexandre Cintra do et al . Criando valor para o acionista através da certificação ISO 14000: Um estudo múltiplo de casos. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa , v. 10, n. 1-2, p. 37-47, jan. 2011 . Disponível em
<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642011000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2017.

BANKUTI, Sandra Mara Schiavi and BANKUTI, Ferenc Istvan. Gestão ambiental e estratégia empresarial: um estudo em uma empresa de cosméticos no Brasil. **Gest. Prod.** [online]. 2014, vol.21, n.1, pp.171-184. ISSN 0104-530X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-530X2014000100012>.

CAETANO, Miraya Dutra Degli Esposti; DEPIZZOL, Daniela Bertolini; REIS, Adriana de Oliveira Pereira dos. Análise do gerenciamento de resíduos sólidos e proposição de melhorias: estudo de caso em uma marcenaria de Cariacica, ES. **Gest. Prod.**, São Carlos , v. 24, n. 2, p. 382-394, June 2017 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000200382&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. Epub Feb 23, 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-530x1413-16>.

DUARTE, Carla Grigoletto; FERREIRA, Victoria Helena; SANCHEZ, Luis Enrique. Analisando audiências públicas no licenciamento ambiental: quem são e o que dizem os participantes sobre projetos de usinas de cana-de-açúcar. **Saude soc.**, São Paulo , v. 25, n. 4, p. 1075-1094, Dec. 2016 . Available from
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000401075&lng=en&nrm=iso>. access

on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016151668>.

GUILHERME, Jerónimo Taundi et al . Gestão e diagnóstico ambiental: Um estudo de caso em um porto de Santa Catarina, Brasil. **RGCI**, Lisboa , v. 13, n. 3, p. 353-363, set. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-88722013000300008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci414>.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Evidências da relação entre a evolução da gestão ambiental e a adoção de práticas de green supply chain management no setor eletroeletrônico brasileiro. **Rev. Adm. (São Paulo)**, São Paulo , v. 49, n. 3, p. 606-616, Sept. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072014000300013&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1171>.

MARTINS, Paulo Sérgio; ESCRIVAO FILHO, Edmundo; NAGANO, Marcelo Seido. Gestão ambiental e estratégia empresarial em pequenas e médias empresas: um estudo comparativo de casos. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 2, p. 225-234, June 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522015000200225&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-41522015020000115365>.

MORAES, Luís Carlos. LICENCIAMENTO AMBIENTAL: DO PROGRAMÁTICO AO PRAGMÁTICO. **Soc. nat.**, Uberlândia , v. 28, n. 2, p. 215-226, Aug. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132016000200215&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320160203>.

SANCHEZ, Luis Enrique. Por que não avança a avaliação ambiental estratégica no Brasil?. **Estud. av.**, São Paulo , v. 31, n. 89, p. 167-183, Apr. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100167&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890015>.

SALGADO, Camila Cristina Rodrigues; COLOMBO, Ciliana Regina. Sistema de gestão ambiental no Verdegreen Hotel – João Pessoa/PB: um estudo de caso sob a perspectiva da resource-based view. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo , v. 16, n. 5, p. 195-225, Oct. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712015000500195&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n5p195-225>.

VILELA, J.; SILVA, M. A. V. R.; QUINTAIROS, P. Análise integrada de viabilidade econômica de projetos aplicada à substituição de uma máquina. **Gestão e Sociedade**, v. 1, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10280/analise-integrada-de-viabilidade-economica-de-projetos-aplicada-a-substituicao-de-uma-maquina>>. Acessado em: 08/08/2017

Carga Horária: 30
Período: 8º
Ementa: As novas organizações, ferramentas e soluções para o estudo e a prática da Administração.
Bibliografia básica: Serão indicados materiais para pesquisa e estudos mais atualizados, baseados em estudos e obras mais recentes. Tais referências serão elencados nos planos de ensino no semestre anterior à oferta.
Bibliografia complementar: Serão indicados materiais para pesquisa e estudos mais atualizados, baseados em estudos e obras mais recentes. Tais referências serão elencados nos planos de ensino no semestre anterior à oferta.

Disciplina: GESTÃO DO CONHECIMENTO
Carga Horária: 30
Período: 8º
Ementa: Introdução à Gestão do Conhecimento. Desenvolvimento da Gestão do Conhecimento Organizacional. Modelos e uso da informação.
Bibliografia básica: ALVARENGA NETO, Rivaldavia Correa Drummond de. Gestão do Conhecimento em Organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008. FLEURY, Maria Tereza L.; JR., Moacir de Miranda O. Gestão estratégica do conhecimento - Integrando aprendizagem, conhecimento e competências. Grupo GEN, 2011. E-book. ISBN 9788522468300. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522468300/. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca) NONAKA, Ikujiro. TAKEUCHI, Hirotaka. Gestão do conhecimento. São Paulo: Bookman Companhia Editora, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRITO, R. P. de.; BRITO, L. A. L. Vantagem Competitiva, Criação de valor e seus efeitos sobre o Desempenho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, v. 52, n. 1, jan-fev, p.70-84, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000100006>

CHERMAN, Andrea. ROCHA-PINTO, Sandra Regina. Valoração do conhecimento: significação e identidade na ação organizacional. **Revista de Administração de Empresa – RAE**. V. 53. n 2. Mar/abr 2013. 142-155. ISSN 0034-7590. Disponível em http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_0034_7590201300200003_0.pdf

CAMPOS, Vicente Falconi. **O valor dos recursos humanos na era do conhecimento**. 7. ed. Nova Lima: INDG, 2004.

COSTA, Alyne Ferreira. OLIVEIRA, Denis Renato de. Adaptação da ferramenta balanced scorecard à gestão pública municipal: o caso da prefeitura de Lavras-MG. Gestores de Tecnologia da Informação na Região Metropolitana de Fortaleza – CE. **XVIII SemeAd – Seminários de Administração**. Novembro de 2015. ISSN 2177-3866. Disponível em <http://sistema.semead.com.br/18semead/resultado/trabalhosPDF/1223.pdf>.

FARIAS, Rafael Araújo Sousa. PETRI, Sérgio Murilo. Desenvolvimento do Balanced Scorecard em

Disciplina: EXTENSÃO EM GESTÃO, LEGISLAÇÃO E TECNOLOGIAS V

Carga Horária: 60

Período: 8º

Ementa: Inovação: conceito e aplicações para a busca de novos modelos de negócios. Bases do empreendedorismo para a inovação e novos negócios. A extensão universitária voltada para a inovação e a criação de novos modelos de negócios. Laboratórios, Núcleos e espaços do Ifes agentes de extensão em Inovação e Novos Negócios: NIPAT, Empresa Júnior, LEDS, Núcleo Incubador de Colatina, entre outros. Elaboração de projeto de extensão em Inovação e Novos Negócios como apoio ao empreendedorismo.

Bibliografia básica:

MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. **Para compreender os ecossistemas de inovação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

ORTIZ, Felipe Chibás. **Criatividade, inovação e empreendedorismo: startups e empresas digitais na economia criativa**. 1. ed. São Paulo - SP: Phorte, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

RIBEIRO, Andréia. **Educação e inovação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

DRUCKER, P. F. Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage, 2016.

PREDEBON, J. **Criatividade: abrindo o lado inovador da mente**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

REIS, Danisson Luiz dos Santos. ALMEIDA, Eliana Silva de. **UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DOS NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO: UM ESTUDO DE CASO UFAL. XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**. "A Engenharia de Produção e suas contribuições para o desenvolvimento do Brasil". Maceió, Alagoas, Brasil, 16 a 19 de outubro de 2018. Disponível em https://abepro.org.br/biblioteca/TN_WPG_267_529_35026.pdf

TIGRE, P. B. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

VALENTIM, Isabella Christina Dantas. **Comportamento empreendedor**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 11 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Disciplina: SISTEMAS DE APOIO À DECISÃO - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Processo Decisório. Abordagens decisórias. Definição de um sistema de apoio a decisão. Características do processo de tomada de decisão. Características de um sistema de apoio a decisão. Modelo conceitual de um sistema de apoio a decisão. Teorias, metodologias, técnicas e ferramentas aplicáveis à análise de decisões

Bibliografia básica:

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de Informação Gerenciais**. 9. Ed. São Paulo: Editora Pearson, 2011 disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/2619>

PACHECO, Marco Aurelio Cavalcanti; VELLASCO, Marley Maria B. Rebutzi. **Sistemas inteligentes de apoio a decisão: análise econômica de projetos de desenvolvimento de campos de petróleo sob incerteza**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Interciência, 2007.

YU, Abraham Sin Oih (Coord.). **Tomada de decisão nas organizações: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

FALBO, R. A. ; MACHADO, B. N. ; CARVALHO, V. A. . Uma Infra-estrutura para Apoiar a Elaboração Colaborativa de Artefatos de Software. In: **V Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos**, Vila Velha, ES, Brasil, 2008. Disponível em: <
<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?arnumber=4700794>>. Acessado em: 01/08/2017.

FONSECA, Maria Helena; GURA, Andréia; BITTENCOURT, Juliana Vitória Messias. Tomada de Decisão nas Organizações: a utilização do sistema de apoio à decisão – SAD. Anais...**VI Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. Ponta Grossa, PR, Brasil, 30 de novembro a 02 de dezembro de 2016. Disponível em: <
<file:///C:/Users/2162908/Downloads/01474253336.pdf>>. Acessado em: 01/08/2017.

QUINTELLA, Rogério Hermida; SOARES JÚNIOR, Jair Sampaio. Sistemas de Apoio a decisão e Descobertas de Conhecimento em Bases de Dados: Uma Aplicação Potencial em Políticas Públicas. **Revista O&S**, set/dez de 2003. Brasil. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v10n28/06.pdf>>. Acessado em: 01/08/2017

PEROTTONI, Rodrigo; Oliveira, Mirian; LUCIANO, Edimara M.; FREITAS, Henrique. Sistemas de Informações: Um Estudo Comparativo das Características Tradicionais as Atuais. **REAd**, Edição 21, Vol. 7 No. 3, Mai - Jun de 2001. Disponível em: <
http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2001/2001_102_ReAd.pdf>. Acessado em: 01/08/2017

PORTO, Maria Alice Guedes; BANDEIRA, Anselmo Alves. O Processo Decisório nas Organizações. **XIII SIMPEP** - Bauru, SP, Brasil, 6 a 8 de Novembro de 2006. Disponível em: <
http://www.FERREIRA.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/980.pdf>. Acessado em:

01/08/2017

Disciplina: DIREITO PÚBLICO - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Administração Pública. Princípios Administrativos. Poderes da Administração. Atos administrativos. Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Agentes Públicos. Crimes contra a Administração Pública.

Bibliografia básica:

ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Resumo de **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo: Método, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 mar. 2024.

MAZZA, Alexandre. ALMEIDA, André Luiz Paes de (Org.). **Vade Mecum** –administrativo e constitucional. 16 ed. São Paulo: Rideel, 2017. **Legislativa**. v. 36. n. 141, p. 99-109, 1999. Disponível

em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/453/r141-08.pdf?sequence=4>

Disciplina: LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Histórico da educação de surdos. Legislação. Língua Brasileira de Sinais. A língua de sinais e outras formas de comunicação visual.

Bibliografia básica:

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. **Libras**. Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595027305. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595027305/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. ed. São Paulo: Pearson, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

PLINSKI, Rejane R K.; MORAIS, Carlos E L.; ALENCASTRO, Mariana I. **Libras**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595024595. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024595/>. Acesso em: 12 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 24 abril 2002. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso: 08 ago 2017.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002: Brasília: DF. 2005. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso: 08 ago 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 08 ago 2017.

FUNDAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ALTAS HABILIDADES NO RIO GRANDE DO SUL - FADERS. **Mini dicionário de Libras**. Porto Alegre, 2010. Disponível em http://www.faders.rs.gov.br/uploads/Dicionario_Libras_CAS_FADERS1.pdf. Acesso em 10 ago. 2017.

SANTOS, EF. Tecendo leituras nas pesquisas sobre Libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior. In: ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: **Editus**, 2015, pp. 67-91. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book

Disciplina: SISTEMAS COLABORATIVOS - OPTATIVA I
Carga Horária: 60
Período: 4º
Ementa: Classificação de sistemas colaborativos. Tecnologias de desenvolvimento de sistemas colaborativos. Ambientes de grupos (Groupware). Modelagem da colaboração. Percepção (awareness) no trabalho em grupo. Comunicação mediada por computador. Sistemas de gerenciamento de fluxos de trabalho (workflow). Sistemas de compartilhamento e peer-to-peer. Integração hardware-software na construção de sistemas colaborativos. Sistemas colaborativos aplicados ao desenvolvimento de software
Bibliografia básica PIMENTEL, M. & FUKS, H. Sistemas Colaborativos. São Paulo: Elsevier, 2012. MATTOS, João R. Loureiro de. GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2012. O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. Administração de sistemas de informação. Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788580551112. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551112/. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)
Bibliográfica complementar: ANTUNES, Pedro. HERSKOVIC, Valéria; OCHOA, Sérgio F.; PINO, José A. Structuring Dimensions for Collaborative Systems Evaluation. ACM Computing Surveys (CSUR) Surveys Homepage archive, volume 44 Issue 2, February 2012., article No. 8, ACM New York, NY, USA. Disponível em: < http://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/125595/Antunes_Pedro.pdf?sequence=1 > . Acessado em: 15/8/2017. GRUDIN, Jonathan; POLTROCK, Steven. (2012). Taxonomy and theory in computer supported cooperative work. In S. W. J. Kozlowski (Ed.), The oxford handbook of organizational psychology (pp. 1323-1348). New York: Oxford University Press. Disponível em: < https://pdfs.semanticscholar.org/4d1d/5906f04855ed245d0d15760a8b7b7a78184b.pdf > . Acessado em: 15/8/2017. MEDINA, Rafael Duque; NIETO-REYES, Alicia. Measuring the usability of groupware applications with a model-driven method for the user interaction analysis. Proceeding Interacción '15 Proceedings of the XVI International Conference on Human Computer Interaction Vilanova i la Geltrú, Spain — September 07 - 09, 2015. DOI: http://dx.doi.org/10.1145/2829875.2829913, Disponível em: < http://delivery.acm.org/10.1145/2830000/2829913/a44-

Medina.pdf?ip=200.137.77.130&id=2829913&acc=ACTIVE%20SERVICE&key=344E943C9DC262BB%2EA285C5EF005F0C75%2E4D4702B0C3E38B35%2E4D4702B0C3E38B35&CFID=972722550&CFTOKEN=68513876&_acm_=1502817507_d107df103a4be77b8fb3e8457efbc533 >. Acessado em: 15/8/2017.

NEIVA, Frâncila; CAMPOS, Heleno; DAVID, José Maria; BRAGA, Regina; ARAÚJO, Marco Antônio Araújo; CAMPOS, Fernanda Campos; MACIEL, Rita Suzana Pitangueira Maciel. Interoperability Requirement to Enhance Collaboration in Software Product Lines: A Systematic Mapping. **13º SBSC - Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos**, Porto Alegre - RS, 2016. Disponível em: < <https://ufjf-br.academia.edu/HelenoCampos>>. Acessado em: 15/8/2017.

SILVA, Daniel. SARTORI, Deivid; BERKENBROCK, Carla. HIRATA, Celso. Aplicando o Design Science Research no Desenvolvimento de um Sistema Colaborativo Assistivo. **Revista de Informática Aplicada**, volume 12, número 1, 2016. Disponível em: < <http://ria.net.br/index.php/ria/article/view/163/172> >. Acessado em: 15/8/2017.

Disciplina: GESTÃO DE FINANÇAS PESSOAIS - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Relação com dinheiro, Orçamento Pessoal e Familiar, Impostos, Crédito e Endividamento, Consumo Planejado e Consciente, Poupança e Investimento, Prevenção e Proteção, Serviços Financeiros, Dimensões Sociais.

Bibliografia básica:

DESSEN, Marcia. **Finanças Pessoais:** o que fazer com o meu dinheiro, 1ª edição. Editora Trevisan, 2014. E-book. ISBN 9788599519714. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519714/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

SCHVARTZMAN, Luiz F. **O jogo da vida:** como vencer nas finanças pessoais. Editora Alta Books, 2023. E-book. ISBN 9788550818733. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550818733/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

SOUSA, Fabio; DANA, Samy. **Como passar de devedor para investidor** - Um guia de finanças pessoais (e-Pub). Cengage Learning Editores SA de CV, 2012. E-book. ISBN 9788522113804. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113804/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

DESSEN, Marcia. Finanças pessoais: o que fazer com meu dinheiro. São Paulo: Trevisan Editora, 2015.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L. Pai rico pai pobre. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NETO, A. M; FALCETTA, F. Paim. RASSIER, L. H. MARCHIONATTI, W. Educação financeira. Porto Alegre: Edipucrs, 2014

PATEL, Raj. O valor de nada: porque tudo custa mais caro do que pensamos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

Disciplina: ANÁLISE FINANCEIRA DE EMPRESAS - OPTATIVA I
Carga Horária: 60
Período: 4º
Ementa: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Análise horizontal, Análise vertical, Indicadores de desempenho econômico-financeiro: liquidez, lucratividade, rentabilidade, endividamento.
Bibliografia básica: MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial: a contabilidade como instrumento de análise, gerência e decisão.....17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. ASSAF NETO, A., & Lima, F. G. Curso de administração financeira. LOCAL: EDITORA, 2014 ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
Bibliografia complementar: ASSAF NETO, Alexandre. A dinâmica das decisões financeiras. Caderno de Estudos - FIPECAFI, V. 9, n. 16, jul./dez., 1997. ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006. MATARAZZO, Dante Carmine. Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. ROSS, Stephen. WESTERFIELD, Randolph W. JAFFE, Jeffrey F. Administração Financeira: Corporate Finance. Trad. Antonio Zoratto Sanvicente. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina: CONCEITOS GERAIS SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Introdução à propriedade intelectual. Direitos Autorais. Marcas. Indicações Geográficas. Desenho Industrial. Patentes. Tratados Internacionais. Concorrência desleal. Proteção de novas variedades de plantas. Informação Tecnológica. Contratos de Tecnologia. Propriedade Intelectual para o desenvolvimento. Introdutórios à transferência de tecnologia.

Bibliografia Básica

BETTINI, Lúcia Helena Polleti (org.). **Gestão da propriedade intelectual**. São Paulo: Pearson, 2016. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Biblioteca Virtual Pearson)

DUARTE, Melissa F.; BRAGA, Prestes C. **Propriedade intelectual**. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023239. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023239/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

RODRIGUES, David F.; KAC, Larissa Andréa C.; ARRUDA, Vinicius Cervantes G. **Propriedade intelectual e revolução tecnológica**. Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. ISBN 9786556274973. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274973/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Diana Beatriz de. PINHEIRO, Heleno Diógenes. A Transferência Tecnológica: o caminho da inovação para as Universidades. Teresina: EDUFPI, 2020.

BARBOSA, A.L. Figueira. Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica. Editora UFRJ, 1999.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei de propriedade industrial). Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm. Acesso em 11 jun. 2023.

FREY, I. A. TONHOLO, J. QUINTELLA, C. M. Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia (TT). 1. ed. Salvador, BA, Brasil: Editora do Instituto Federal da Bahia, 2019. v. 1.

QUINTELLA, C. M. TEODORO, A. F. O. FREY, I. A. GHESTI, G. F. Valoração de Ativos de Propriedade Intelectual. In: Irineu Afonso Frey; Josealdo Tonholo; Cristina M. Quintella. (Org.). Conceitos e Aplicações de Transferência de Tecnologia (TT). 1ed.Salvador, BA, Brasil: Editora do Instituto Federal da Bahia, 2019, v. 1, p. 139-178.

Disciplina: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EDUCAÇÃO PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE E

PLURALIDADE CULTURAL NO MUNDO DO TRABALHO - OPTATIVA I

Carga Horária: 60

Período: 4º

Ementa: Da Declaração de Durban à Lei 10639/03. A Dívida Social do Brasil para com o Negro após o 13 de maio. O Papel dos Africanos e Indígenas na Construção Socioeconômica e Cultural do Brasil. Comportamento Social, Discriminação e Preconceito Racial.

Bibliografia básica:

Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. ISBN 978-85-60731-10-7. 394 p. - (Coleção Educação para Todos; vol. 5). Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americanas.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Educacao.pdf>. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica / organização, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. 270 p.: il. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoes_afirmativas.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Diversidade na educação: reflexões e experiências / Coordenação: Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. 170 p. Programa Diversidade na Universidade. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Bibliografia complementar

Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003. Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. – Brasília: Ministério da Educação. 59 p. 2008. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/contribuicoes_implement_lei10639.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. ISBN - 85-296-0038-X 278p. (Coleção Educação para Todos). Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Educação como exercício de diversidade. – Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. 476 p. – (Coleção educação para todos; 6). Disponível em:

http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_exercicio_diversidade.pdf.

Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Escola de políticas e ações afirmativas 2021. (livro eletrônico) / organização Cleber Santos Vieira, Iraneide Soares da Silva, Maria Albenize Farias Malcher. 2. ed. – Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2022. Vários autores. ISBN e78-65-88e71-48-2. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1mrTEZ83v5vwGv0mpmf23Q1m_M8JXLyXz/view?usp=sharing. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Educação para as relações étnico-raciais: experiências e reflexões / organizado por Aldieris Braz Amorim Caprini e Fernanda Zanetti Becalli. – Vitória, ES: Edifes, 2018. 76 p.: il. Vários autores. ISBN: 978-85-8263-359-5 (e-book). Disponível em:

https://edifes.ifes.edu.br/images/stories/ebook_educacao_para_as_relacoes_etnico-raciais.pdf. Data de acesso: 22 Jun. 2023.

Disciplina: INGLÊS PARA NEGÓCIOS - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Modal verbs; Imperatives; Phrasal verbs; Conditions; Word forms; Passives; Simple vs continuous tenses; Comparatives and superlatives; Present Perfect vs Simple Past. Preparing for the job market; Sales issues; Marketing products and plans; Finance and economics; Advertising and management; Global concerns in business

Bibliografia básica:

BARUM, Guilherme C. **Inglês essencial para negócios:** uma ferramenta prática para aprimorar o inglês profissional. Editora Saraiva, 2011. E-book. ISBN 9788502125964. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502125964/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

LIMA, Denilso de. **Combinando palavras em inglês**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

LIMA, Denilso de. **Gramática de Uso da Língua Inglesa:** A gramática do inglês na ponta da língua. [Digite o Local da Editora]: Editora Alta Books, 2018. E-book. ISBN 9786555200744. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555200744/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia Complementar

DIAS, Reinildes. **Reading Critically in English**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MARTINEZ, Ron. **Como escrever tudo em inglês**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

RAMPASO, Marianne. Elaboração de material didático voltado aos alunos de inglês para os negócios com base na linguística de corpus. 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - **Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19522>> Acesso em 14 jun 2017

SANTOS, Denise. **O ensino de Língua Inglesa: foco em estratégias**. FNDE. Disal. 2012. 344p.

VIAN JR., Orlando. Inglês instrumental, inglês para negócios e inglês instrumental para negócios. **DELTA** [online]. 1999, vol.15, n.spe, pp.437-457. ISSN 0102-4450. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501999000300017>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501999000300017&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 14 jun 2017.

VIAN JR., Orlando. Ensino de inglês para negócios: diferentes abordagens para diferentes necessidades. **The ESpecialist**. ISSN 2318-7115, [S.l.], v. 35, n. 2, dez. 2014. ISSN 2318-7115. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/21459>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc.** [online]. 2012, vol.21, n.3, pp.643-666. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017

Disciplina: DESENVOLVIMENTO E MUDANÇAS NO ESTADO BRASILEIRO - OPTATIVA II

Carga Horária: 30h

Período: 7º

Ementa: Da República Velha até o fim do Regime Militar; Da Nova República até os dias atuais.

Bibliografia básica:

BAUER, Caroline S.; FREITAS, Eduardo P.; CORDEIRO, Jair S.; et al. **História do Brasil República**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556901817. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901817/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

CALABREZ, Felipe. **Introdução à economia política: o percurso histórico de uma ciência social**. São Paulo: Editora Intersaberes, 2020 disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178120>

SOARES, Fernando Antônio R. **Série Provas & Concursos - Economia Brasileira - Da Primeira República ao Governo Lula**. Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 978-85-309-6469-6. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-6469-6/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Bibliografia Complementar

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da “era vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas.

Revista de Ciências Sociais, v.36 n. 1/2 2005 p. 33-51. Disponível em:

http://www.rcs.ufc.br/edicoes/v36n12/rcs_v36n12a3.pdf Acesso em 14 jun 2017.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista(SP)/ Ed. Universidade de São Francisco, 2001.

202p. Ebook gratuito em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6702>. Acesso em 14 jun 2017.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CEPÊDA Vera Alves; MEDEIROS. Tiago Batista. “O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil”. **Temas de Administração Pública**, Departamento de Administração Pública, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, v. 9, n. 1 (2014), ISSN 1982-4637. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/temasadm/article/view/6961>. Acesso em 14 jun 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da; COSTA, Elza Marinho Lustosa da. Nova história da administração pública brasileira: pressupostos teóricos e fontes alternativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 50(2):215-236, mar./abr. 2016. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/60843>. Acesso em 14 jun 2017.

COSTA, Frederico Lustosa da. “Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 42(5):829-74, set/out 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1 996. 1 92p. Ebook gratuito em:

http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1224.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/ Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 212p. Ebook gratuito em: cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/108.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 27 de julho a 01 de agosto de 2003. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=17747>. Acesso em 14 jun 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 16f. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1592.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6833/1593.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 jun 2017.

O PROJETO de Vargas revisito 50 anos depois. **Jornal da Unicamp**, Universidade Estadual de

Campinas, 11 a 17 de outubro de 2004. Disponível em:
www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju269pag07.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **História** [online]. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, 2009, vol.28, n.2, pp.775-796. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742009000200027>. Acesso em 14 jun 2017.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345p. Ebook gratuito em:
http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em 14 jun 2017.

PINHEIRO JUNIOR, Fernando Antônio França Sette. **A evolução das políticas sociais no Brasil: o período de 1930 a 2010**. Disponível em:
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2014/site/arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf&gws_rd=cr&ei=0B5BWdrslszNmWg--q_ADg. Acesso em 14 jun 2017.

Disciplina: ESTADO, GOVERNO E MERCADO - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Perspectiva teórica para a análise das relações entre Estado, Governo e Mercado; As relações entre Estado, Governo e Mercado durante o século XX

Bibliografia Básica

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17 ed. ver. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

[MAZZUCATO, Mariana](#). **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público VS. Setor privado**. São Paulo: [Portfolio-Penguin](#), 2015.

Bibliografia Complementar

GANEM, Angela. A defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. v. 10, n. 1 (2000). Disponível em;
<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2142>. Acesso em 19 jun 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Revista Pegada Eletrônica**, 01 July 2013, Vol.14(1). Disponível em
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2138>. Acesso em 20 jun 2017.

RACY, Joaquim Carlos; MOURA JUNIOR, Álvaro Alves de; FALSARELLA, Bruno and GONCALVES, Laura. Uma contribuição ao desenvolvimento da Economia Política Internacional do Brasil. **Nova econ.** [online]. 2015, vol.25, n.1 pp.35-58. ISSN 0103-6351. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512015000100035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017.

SOUZA, Bianca Gonçalves de. Ciência da Informação e o mundo neoliberal. **Scire**, 2016, Vol.22 (1), p.25-34. ISSN 1135-3716. Disponível em: <http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4305>. Acesso em 20 jun 2017.

VARGAS, Neide César. Finanças públicas e evolução recente da noção de disciplina fiscal. **Econ. soc.** [online]. 2012, vol.21, n.3, pp.643-666. ISSN 0104-0618. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 jun 2017

Disciplina: GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Processo histórico do desenvolvimento das políticas de saúde no Brasil; Gestão do SUS; Gestão da vigilância em saúde; Planejamento em saúde; Economia da saúde; Monitoramento, controle, avaliação e auditoria em saúde

Bibliografia básica:

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988

GIOVANELLA, Ligia, et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. São Paulo: CEBES, 2012.

NARVAI, Paulo C. **SUS: uma reforma revolucionária**. Para defender a vida. (Coleção ensaios). Grupo Autêntica, 2022. E-book. ISBN 9786559281442. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559281442/>. Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)

Bibliografia complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p. ISBN 978-85-8071-024-3. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-Atencao-Primaria-e-as-Redes-de-Atencao-a-Saude.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 133 p. ISBN 978-85-8071-027-4. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/A-GESTAO-DO-SUS.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Alternativas de Gerência de Unidades Públicas de Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 157 p. ISBN 978-85-8071-029-8. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/Alternativas-de-Gerencia-de-Unidades-Publicas-de-Saude.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. CONASS Debate – Governança Regional das Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2016. 118 p. – (CONASS Debate, 6). ISBN 978-85-8071-039-7. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/conass-debate-n-6.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

MOREIRA SILVEIRA FILHO, Roberto, MAIA DOS SANTOS, Adriano, AMORIM CARVALHO, Jamille, Fidelis de Almeida, Patty, Ações da Comissão Intergestores Regional para gestão compartilhada de serviços especializados no Sistema Único de Saúde. **Physis -Revista de Saúde Coletiva** [en linea] 2016, 26 (Julio-Septiembre) : [Fecha de consulta: 10 de agosto de 2017] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400848354008>> ISSN 0103-7331

PINEAULT, Raynald. Compreendendo o sistema de saúde para uma melhor gestão. **Conjunto das referências bibliográficas.** 2016. 1 ed. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE – CONASS. ISBN 978-85-8071-037-3. Disponível em <http://www.conass.org.br/biblioteca/pdf/LEIASS-2.pdf>. Acesso em 10 ago. 2017.

Disciplina: GESTÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E AJUSTES - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Contratos Administrativos. Termos e Aditivos. Consórcio Público. Licitação. Serviço Público.

Bibliografia básica:

ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Resumo de **Direito administrativo descomplicado**. São Paulo: Método, 2018.

BRASIL. Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021. Dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo.

BRASIL. Lei 8.987, de 13 de Fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. São Paulo.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Luciani Coimbra de; SANTOS, Artur Zanelatto. Da Lei nº 8.666/1993 à Lei 14.133/2021: **O desenvolvimento nacional sustentável sob a ótica da modernização do Estado, da complexificação do Contrato Administrativo e das Políticas Públicas**. Revista de Direito Brasileira. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358->

[1352/2021.v29i11.7530](https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0073/2022.v8i2.9184) Acesso em 09/10/2023.

CRUZ, André Barbosa da; PAZINATO, Liane Francisca Hüning. **A busca pelo desenvolvimento sustentável na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** - Lei nº 14.133/2021.

Revista de Direito Administrativo: Gestão Pública. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0073/2022.v8i2.9184> Acesso em 09/10/2023.

GUIMARÃES, F. M. V. (2023). **Dos pressupostos de validade para a prorrogação por interesse público das concessões de serviço público**. *Revista De Direito Administrativo*, 282(2), 101–132. <https://doi.org/10.12660/rda.v282.2023.89345> Acesso em 09/10/2023.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática**. São Paulo: Método.

SILVEIRA, E. S.; CINTRA, R. F.; VIEIRA, S. F. A.; LOPES, A. C. V. Análise do processo de compras do setor público: o caso da Prefeitura Municipal de Dourados/MS. **Revista de Administração IMED**, v. 2, n. 3, p. 158-171, 2012. Disponível em: <

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31768/analise-do-processo-de-compras-do-setor-publico--o-caso-da-prefeitura-municipal-de-dourados-ms>>. Acessado em 08/08/2017.

Disciplina: DIREITO E TECNOLOGIAS - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Privacidade e a sociedade da informação. Proteção de Dados Pessoais. Cidades Inteligentes. Blockchain e contratos inteligentes. Direitos da Personalidade. Inteligência artificial. Jurimetria. Startups

Bibliografia básica:

BARBOSA, Carla *et al.* Comentários à lei geral de proteção de dados: sob a perspectiva do direito médico e da saúde. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

BARBOSA, Mafalda Miranda. Inteligência artificial, e-persons e direito: desafios e perspectivas. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, v. 3, n. 6, p. 1475-1503, 2017.

ROSENVALD, Nelson; BRAGA NETTO, Felipe. **Responsabilidade civil: teoria geral**. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2024. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVEIRA, Ana Cristina de Melo *et al.* **Proteção de dados pessoais na sociedade da informação: entre dados e danos**. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, Mafalda Miranda et al. Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023

DIAS, Ana Francisca Pinto et al. Os Direitos Humanos e a ética na era da inteligência artificial. 1. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHAAL, Flavia Mansur Murad et al. Manual de direito na era digital: constitucional e ambiental. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

Sociedade informacional & propriedade intelectual / S678 organização de Marcos Wachowicz, Marcelle Cortiano – Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2021.

SOUZA, Allan Rocha de et al. Direito digital: direito privado e internet. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2021. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023

ZAMPIER, Bruno. **Bens digitais**: cybercultura; redes sociais; e-mails; músicas; livros; milhas aéreas; moedas virtuais. 2. ed. Indaiatuba: Foco, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

Disciplina: ANÁLISE DE DADOS DE NEGÓCIOS - OPTATIVA II

Carga Horária: 30

Período: 7º

Ementa: Aplicação dos principais conceitos de estatística descritiva: Tendência Central, dispersão, posição, verificação de outliers e associação.

Bibliografia básica:

LEVINE David M., STEPHAN, David, KREHBIEL, T.C. e BERENSON, Mark L. Estatística: Teoria e aplicações. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 5ª. Edição 2008.

GUJARATI, Damodar; YAMAGAMI, Cristina; VIRGILITTO, Salvatore B. Econometria. Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788553131952. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553131952/ . Acesso em: 13 mar. 2024. (Minha Biblioteca)
--

MORETTIN E BUSSAB, Estatística Básica. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
--

Bibliografia complementar:

BUSSAB, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CASELLA, G & BERGER, R.L. Inferência Estatística, 2ª. Edição. São Paulo: CENGAGE Learning. 2011.

GUJARATI, D. M. Econometria básica. 4 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A.; ANDERSON, David R.. Estatística Aplicada à Administração e Economia. Tradução da 6a edição norte-americana 3a edição brasileira.

6.3.6. Estágio Curricular Supervisionado

Com base na Lei Federal n.11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução do Conselho Superior n. 58/2018, de 17 de dezembro de 2018, na Portaria Ifes n. 468, de 06 de março de 2017, o Colegiado do Curso de Administração, juntamente com o NDE, em parceria com a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (CrieC), apresentou o Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso em Administração para a Direção Geral. Esta submeteu o referido Regimento ao Conselho de Gestão, que aprovou o mesmo, conforme Portaria n. 256, de 30 de agosto de 2017.

O Estágio é considerado um ato educativo escolar curricular supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de alunos, devidamente matriculados no Curso de Bacharelado em Administração, tendo-se em vista que:

- o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando; e
- o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e da contextualização curricular, promovendo:
 - o relacionamento dos conteúdos e contextos para dar significado ao aprendizado;
 - a integração à vivência e à prática profissional ao longo do curso;
 - a aprendizagem social, profissional e cultural para o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
 - a participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio;
 - o conhecimento dos ambientes profissionais;
 - as condições necessárias à formação do aluno no âmbito profissional;
 - a familiarização com a área de interesse de atuação do futuro profissional;
 - a contextualização dos conhecimentos gerados no ambiente de trabalho para a reformulação dos cursos; e
- a inclusão do aluno com necessidades específicas no mercado de trabalho.

O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser Obrigatório ou Não Obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do PPC.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é aquele definido como tal no Projeto do Curso, tendo, para curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina, carga horária total de 300 (trezentas) horas, executando atividades relacionadas com referido curso. É também requisito para aprovação e obtenção de Diploma.

Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório não criam vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os requisitos do Art. 3º da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Ainda de acordo com esse mesmo artigo, o Estagiário:

- poderá receber ajuda financeira a título de bolsa-auxílio, sendo compulsória a sua concessão, bem como a de auxílio-transporte, no caso de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório;
- poderá acordar com a Unidade Concedente outra forma de contraprestação, desde que acompanhado pelo setor responsável pelo estágio do Ifes-Campus Colatina;
- deverá estar segurado contra acidentes pessoais, nos valores de mercado, sendo o seguro recolhido pela Unidade Concedente; e
- no caso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, havendo impossibilidade de contratação do seguro por parte da Unidade Concedente, a responsabilidade deverá ser assumida pelo Ifes.

Os estagiários com Necessidades Específicas terão direito a serviços de apoio de profissionais da educação especial, conforme Resolução Consup/Ifes nº 58, de 17 de dezembro de 2018, bem como outras especificidades regulamentadas na Lei de Estágio.

6.3.6.1 Do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado em empresas públicas e/ou privadas, após a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Ifes-Campus Colatina e a Empresa concedente, de acordo com as definições contidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração.

Para cumprir o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina. Além disso, Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório o discente deverá:

- ter sido aprovado em todos os componentes curriculares dos quatro primeiros períodos do Curso; ou
- ter concluído e sido aprovado em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos componentes curriculares do curso.

A duração mínima do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será de 300 (trezentas) horas e não poderá ultrapassar 2 anos, sendo que somente serão permitidos estágios de até 30 horas semanais, cuja jornada não apresente conflito com o horário do curso.

Alunos em condições especiais, citados nos artigos 36 a 41, do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração, poderão convalidar suas atividades de Estágio Curricular Supervisionado, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no Regimento supracitado. O pedido de convalidação e a concessão de equivalência serão examinados e validados pela Coordenação do Curso, ouvido o Colegiado do Curso, e pela Cricc.

6.3.6.2 Do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório poderá ser realizado em empresas públicas e/ou privadas, após a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Ifes-Campus Colatina e a Empresa Concedente, de acordo com as definições contidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração. Cabe ressaltar que esse estágio:

- é opcional e realizado em áreas que possibilitem o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- pode ser feito a partir do 1º período do curso;
- deve ter carga horária máxima de 30 horas semanais, que não conflite com o horário do curso, mas em período de férias escolares, a jornada de trabalho poderá ser estabelecida em comum acordo entre o Estagiário e a concedente do estágio, sempre com a interveniência do Ifes-Campus Colatina;
- quando feito em áreas afins do curso, pode ter suas horas convalidadas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais para o Estagiário, desde que sejam obedecidos os critérios descritos no Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina.

O estágio supervisionado tem duração mínima de um semestre e duração máxima de dois anos, , na mesma unidade concedente.

No que tange à realização do Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado no curso; e elaborar os Relatórios de Estágio e cumprir os prazos de entrega desses relatórios.

6.3.6.3 Das partes

6.3.6.3.1 Do Ifes

O Ifes, na qualidade de interveniente, por meio do setor responsável pelo estágio do Campus Colatina, celebrará Termo de Compromisso de Estágio com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando menor de 18 (dezoito) anos, e com a Unidade Concedente, Termo de Convênio para Concessão de Estágio, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso de Bacharelado em Administração, à etapa e modalidade da formação escolar do discente e ao horário e calendário escolar.

O estágio será interrompido quando o aluno:

- executar atividades não compatíveis com o Plano de Estágio;
- não comparecer ao estágio por período determinado no Termo de Compromisso, sem justa causa;
- trancar matrícula, desistir ou mudar de curso;
- não cumprir o convencionado no Termo de Compromisso;
- usar documentação fraudulenta;
- solicitar certificado de conclusão de curso; e

- exercer atividades no estágio não compatíveis com as suas limitações, caso seja um aluno com necessidades específicas.

O Ifes poderá celebrar Termo de Convênio para Concessão de Estágio com entes públicos e privados, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, sendo que a celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio entre o Ifes e a Unidade Concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso; e a Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio dar-se-á em conformidade com o acordado em documento próprio.

6.3.6.3.2 Da Unidade Concedente

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados no curso de Bacharelado em Administração.

No entanto, cabe ressaltar que:

- as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como os profissionais liberais, serão denominadas, para fins do estágio, Unidades Concedentes;
- as Unidades Concedentes deverão considerar o disposto no Art. 9º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para que possam oferecer estágios aos alunos do Ifes;
- as Unidades Concedentes deverão considerar também o disposto no § 5º, do Art. 17, da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que assegura às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

A falta de atendimento por parte das Unidades Concedentes a qualquer dispositivo normativo pertinente ao estágio torna nulo o respectivo Termo de Compromisso ajustado e o período, ficando o Ifes isento de responsabilidade de qualquer natureza, seja trabalhista, previdenciária, civil ou tributária. Além dos itens elencados acima, a Unidade Concedente deverá ter funcionário, de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do Estagiário, para ser o Supervisor dele.

Esse supervisor poderá orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários, simultaneamente, e terá como atribuições:

- fornecer aos estagiários as informações necessárias para o desenvolvimento do estágio;
- facilitar o acesso do estagiário às dependências da Unidade Concedente, necessárias para o desenvolvimento do estágio;
- orientar e acompanhar, efetivamente, a execução das atividades do estagiário;
- visar os relatórios do estagiário;
- prestar informações sobre o desempenho do estudante;
- informar ao Professor Orientador de estágio ou à CrieC qualquer irregularidade verificada em relação ao Estagiário;

- preencher o Relatório Final de Estágio da Unidade Concedente, mencionando a aprovação ou não no estágio; e
- participar de reuniões na Instituição, quando convidado.

6.3.6.3.3 Do Estagiário

Em se tratando do estágio, compete ao Estagiário:

- desenvolver atitude proativa na procura por estágio, bem como ética e honestidade no cumprimento das atividades do estágio;
- zelar pelo nome do curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina;
- participar das reuniões de acompanhamento com o Professor Orientador;
- elaborar os relatórios de estágio e apresentá-los no prazo ao seu Professor Orientador; e
- cumprir os prazos e as orientações dadas pelo Professor Orientador e pela Criec.

Em relação aos estágios, devem ser observadas, ainda, algumas questões:

- a jornada diária de atividades desenvolvidas pelo aluno estagiário não poderá ultrapassar 6 (seis) horas, perfazendo uma carga horária semanal máxima de 30 (trinta) horas, que será definida de comum acordo entre o Ifes, a Unidade Concedente e o aluno estagiário;
- o horário do estágio deverá constar no Termo de Compromisso e compatibilizar-se com o horário escolar;
- as atividades extraclasse do Ifes que conflitarem com o horário do estágio deverão ser acordadas entre o Ifes, a Unidade Concedente e o Estagiário, com o objetivo de não prejudicar o aluno;
- o documento comprobatório referente às atividades extraclasse deverá ser emitido pela Coordenadoria de Gestão Pedagógica ou pelo Coordenador do Curso;
- no caso de estágio obrigatório, para o aluno que concluiu toda a etapa escolar ou nos períodos em que não estejam programadas aulas presenciais, a jornada semanal poderá ser de até 40 (quarenta) horas;
- o estágio obrigatório, em regime de escala, só poderá acontecer após o término da etapa escolar, desde que o aluno seja maior de idade. Entende-se como término da etapa escolar a conclusão de todos os Componentes Curriculares, exceto Trabalhos de Conclusão de Curso e estágio.

O estágio Obrigatório e Não Obrigatório em área correlata serão diferenciados, pois poderão ser realizados após a conclusão da etapa escolar, desde que esse tempo não ultrapasse o período de Integralização do curso ou que o aluno não tenha solicitado o documento de Conclusão do Curso.

O estágio Obrigatório e Não Obrigatório em área correlata poderão ser realizados pelo tempo máximo de 24 (vinte e quatro) meses na mesma Unidade Concedente, exceto para os alunos com necessidades específicas que poderá ter o tempo do estágio não obrigatório ampliado em até 50%.

O aluno que iniciar o Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório em área correlata, após o término da etapa escolar, deverá manter vínculo e frequência, por meio dos encontros com o Professor Orientador.

Os períodos de estágio, tanto obrigatório quanto Não Obrigatório, podem ser fracionados em Unidades Concedentes diferentes.

O aluno, a qualquer tempo, para poder realizar Estágio Obrigatório e/ou Não Obrigatório em área correlata deverá solicitar, à Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), a pré-matrícula no Componente Curricular “Estágio”.

Os estágios Obrigatório e Não Obrigatório poderão ocorrer simultaneamente, desde que não haja prejuízo das atividades escolares/acadêmicas.

6.3.6.3.4 Do Setor Responsável pelo Estágio

No Ifes-Campus Colatina, o setor responsável pela tramitação dos processos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório é a Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (Criec), vinculada à Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

A viabilização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e o Não Obrigatório, todavia, poderá ser realizada pela Criec, pelo Estagiário ou por agente de integração, público ou privado.

À Criec compete:

- avaliar o local de estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando, juntamente com um profissional da área;
- realizar reuniões com os Coordenadores de Curso para atualização das orientações gerais sobre estágio;
- auxiliar os Coordenadores de Curso na orientação dos alunos sobre o funcionamento do estágio;
- Orientar, previamente, os alunos sobre o funcionamento do estágio;
- identificar, captar e cadastrar para o Ifes as oportunidades de estágios junto às Unidades Concedentes;
- divulgar oportunidades de estágio e cadastrar os alunos;
- encaminhar às Unidades Concedentes os educandos candidatos ao estágio;
- providenciar os formulários, necessários para as condições do estágio, integrantes do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração, bem como os demais documentos necessários para a efetivação, acompanhamento e finalização do estágio;
- enviar para as Coordenadorias de Curso os Planos de Estágio e a documentação necessária para a validação do estágio;
- assessorar o educando Estagiário durante a realização e finalização do estágio;
- celebrar Termos de Convênio e Termos de Compromisso para fins de estágio;
- providenciar os formulários de Relatório Final de Estágio do aluno e da empresa, separadamente, bem como orientar os alunos quanto ao seu preenchimento e devolução;
- assegurar a legalidade dos procedimentos formais de estágio;
- atestar, por meio de declaração, a carga horária de estágio excedente ao definido no PPC, caso o aluno solicite;
- cadastrar no Sistema Acadêmico a carga horária do estágio prevista no PPC; e
- orientar e acompanhar os alunos com necessidades específicas, contribuindo para a sua inserção e o seu desenvolvimento no campo de estágio.

6.3.6.3.5 Do Professor Orientador

Ao Professor Orientador de estágio compete:

- zelar pelo desenvolvimento acadêmico e divulgar as orientações deste regulamento, assim como qualquer documento pertinente e sob sua guarda;
- acompanhar o desenvolvimento do Plano de Estágio, assistindo os educandos durante o período de realização;
- assegurar a compatibilidade das atividades desenvolvidas no estágio com as previstas no PPC, quando Estágio Obrigatório ou Não Obrigatório em área correlata;
- participar de reuniões de acompanhamento de estágio junto à Criec;
- fixar e divulgar datas e horários de orientação para os alunos estagiários, compatíveis com o Calendário Escolar;
- avaliar os relatórios de estágios quanto às habilidades e às competências necessárias ao desempenho profissional, identificando anormalidades e propondo adequações, devidamente substantiadas, quando necessário;
- prestar orientações referentes ao estágio, se assim for solicitado, às Unidades Concedentes ofertantes de vagas de estágio;
- divulgar, sempre que possível, o perfil do curso junto à Unidade Concedente; e
- orientar e acompanhar os alunos com necessidades específicas, contribuindo para a sua inserção e o seu desenvolvimento no campo de estágio.

6.3.6.3.6 Do Coordenador do Curso

O Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração exercerá, também, a Coordenação do Estágio, sendo suas competências:

- indicar um Professor Orientador da área a ser desenvolvida no estágio, encaminhando à Criec o Plano de Estágio, no prazo máximo de 5 dias corridos da solicitação.
- convocar o Colegiado do Curso, em caso de recurso das decisões do Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado, pertinentes aos requisitos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório do Curso de Bacharelado em Administração;
- convocar, quando necessário, reuniões com o Professor Orientador do Estágio Curricular Supervisionado e acadêmicos estagiários, buscando cumprir o Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração e as disposições legais pertinentes à matéria;
- visitar as salas de aula para esclarecimentos aos alunos;
- divulgar e prestar informações sobre Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório;
- atender, individualmente, ao Estagiário que necessitar de auxílio e informações;
- organizar e acompanhar o processo de orientação dos estagiários;
- auxiliar os estagiários na identificação de oportunidades de projetos de estágio;
- servir como interlocutor entre professores, alunos estagiários e empresas concedentes de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ou Não Obrigatório;

- conceder, juntamente com o Colegiado do Curso, a equivalência das atividades de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório aos alunos que requeiram e tenham direito; e
- orientar na elaboração do Relatório Final de Estágio.

6.3.6.3.7 Da formalização do estágio

A formalização do estágio ocorre mediante celebração do Termo de Convênio para a Concessão de Estágio e do Termo de Compromisso. Ambos os documentos são obrigatórios para realização do estágio e deverão ser oficializados, impreterivelmente, antes do início do estágio, pois não será validado qualquer período de estágio anterior ao da celebração de tais termos.

O Termo de Convênio para Concessão de Estágio é um instrumento jurídico, obrigatório, em que estará explicitado, além das responsabilidades do Ifes e da Unidade Concedente, o tempo de duração do convênio. Este terá duração de cinco anos, contados a partir da data de sua assinatura, e poderá ser denunciado, de acordo com o previsto no documento, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com a conscientização de ambas as partes.

O Termo de Compromisso de Estágio é um instrumento jurídico, em que estarão acordadas todas as condições de realização do estágio entre o educando e a Unidade Concedente, com interveniência obrigatória do Ifes. Há nesse termo uma parte integrante: o Plano de Estágio. Tal Plano deverá conter, obrigatoriamente, as atividades previstas a serem desenvolvidas em concordância com as competências e habilidades elencadas no PPC.

Em caso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, o aluno deverá preencher o Plano de Estágio Obrigatório. Em caso de Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório, o aluno deverá preencher o Plano de Estágio Não Obrigatório. Em caso de aproveitamento profissional, o aluno deverá preencher o Plano de Atividades. As alterações na documentação de estágio deverão ser feitas por meio do Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio.

O desligamento do Estagiário ocorrerá automaticamente ao término da vigência do Termo de Compromisso. O Estagiário poderá ser desligado da Unidade Concedente antes do encerramento do período previsto, por interesse de qualquer uma das partes, devendo, neste caso, o solicitante comunicar às outras partes, por meio da Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio.

Visitas Técnicas, palestras, feiras, convenções e outros eventos de curta duração não serão computados como horas de estágio.

6.3.6.3.8 Do acompanhamento e da avaliação

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo Professor Orientador do Ifes e por Supervisor da Unidade Concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de Aprovação Final.

A Unidade Concedente deverá observar o disposto no inciso III, do art. 9º, da Lei n. 11.788/2008, para proceder à supervisão do Estagiário.

O acompanhamento do estágio é de responsabilidade do Ifes e se efetivará por meio de relatórios do Estagiário e da Unidade Concedente (Relatório Periódico de Estágio), validados

pelo Professor Orientador, atendendo às finalidades descritas no Art. 1º do regulamento de estágio do curso de Bacharelado em Administração.

Será realizada, no mínimo, uma reunião de orientação entre o Professor Orientador e seu orientando no estágio, por semestre.

Na avaliação do estágio serão consideradas:

- a compatibilidade das atividades desenvolvidas com as previstas no Plano de Estágio previamente aprovado;
- a compatibilidade das atividades desenvolvidas, não previstas no Plano de Estágio, com o PPC;
- a qualidade e a eficácia das atividades realizadas;
- a capacidade inovadora ou criativa demonstrada pelo Estagiário; e
- a capacidade do Estagiário para se adaptar socialmente ao ambiente de trabalho.

Sendo as atividades desenvolvidas não compatíveis com o Plano de Estágio, estas deverão ser ajustadas imediatamente ao plano de estágio. As atividades relatadas não compatíveis com o Plano de Estágio não serão consideradas válidas para o estágio e na reincidência da incompatibilidade, o estágio será cancelado pelo Ifes.

O estágio será considerado válido e a etapa cumprida quando as atividades realizadas e os procedimentos de acompanhamento forem aprovados pelo Supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador, em documentação final de Conclusão do Estágio, e quando for registrada a conclusão no Sistema Acadêmico do Ifes.

Ao final do estágio, o Relatório Final deve ser preenchido pela Unidade Concedente, estando devidamente assinado e carimbado pelo Supervisor da Unidade Concedente; e pelo Estagiário, estando devidamente assinado por ele. O Relatório Final, preenchido pelo Estagiário, deve apresentar os anexos que comprovam treinamentos, cursos, seminários, leituras, dentre outros.

O aluno será aprovado no Estágio Supervisionado desde que tenha:

- entregue os documentos de início do estágio, citados nos artigos 20 e 23 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração;
- submetido ao processo de orientação, conforme definido no Capítulo IV do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração;
- entregue corretamente os documentos de Conclusão de Estágio, definidos no artigo 32 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Bacharelado em Administração; e
- cumprido a carga horária total do estágio.

Tendo sido o aluno aprovado no estágio, a CrieC encaminhará à CRA a documentação, para fins de arquivamento na pasta do aluno.

6.3.6.3.9 Do aproveitamento profissional, das atividades de extensão, da monitoria, da iniciação científica e dos estágios em nível superior

O educando empregado na iniciativa privada ou pública poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que atue na área do respectivo curso,

sejam suas atividades aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio.

Quando a situação do educando empregado não for contemplada pelo *caput* do Artigo 35 do Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do curso em Administração, as atividades poderão ser realizadas na organização empregadora, desde que esta possua área correlata a de seu curso e permita ao educando empregado realizar suas atividades, aprovadas pelo Professor Orientador, e atenda aos procedimentos de acompanhamento e finalização do estágio.

A habilitação do educando, caracterizando-o como empregado, será constituída pelo registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira Funcional ou documento equivalente. A comprovação será realizada por cópia autenticada da CTPS em cartório ou por servidor do Ifes e/ou pela apresentação da declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

Terá direito à equivalência o aluno que estiver enquadrado em uma ou mais das seguintes condições:

- for proprietário (a) da empresa ou da organização;
- por motivo profissional não poder sair do atual emprego para a realização do estágio em outra empresa ou organização;
- apresentar uma atividade profissional inerente ao desempenho das tarefas especificadas do técnico de administração;
- desenvolver atividade gerencial ou atividade técnica específica de Técnico em Administração, no período mínimo de 01 (um) ano, comprovado em CTPS, demonstrando evolução profissional; e
- tiver aplicado à sua prática profissional, no período mínimo de 01 (um) ano, os conhecimentos técnicos e científicos absorvidos no curso de Bacharelado em Administração.

O educando proprietário de empresa poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o estágio, desde que atue na área do respectivo curso, sejam suas atividades aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Para tanto:

- a habilitação do educando, caracterizando-o como proprietário, será constituída pelo contrato social da empresa, devidamente registrado na junta comercial correspondente;
- deverá apresentar cópia autenticada do contrato social em Cartório ou por servidor do Ifes; e
- apresentar declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

O educando trabalhador autônomo ou prestador de serviços poderá aproveitar suas atividades profissionais para cumprir o estágio, desde que atue na área do respectivo curso, sejam suas atividades aprovadas pelo Professor Orientador e atenda os procedimentos formais do Ifes. Para esse fim:

- a habilitação do profissional, caracterizando-o como autônomo, será constituída pelo Registro de Pagamento a Autônomo (RPA);
- deverá apresentar cópia autenticada do RPA em Cartório ou por servidor do Ifes; e
- apresentar a declaração da empresa, em papel timbrado, assinada e carimbada pelo responsável legal, conforme modelo apresentado no Regulamento de Estágio.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de extensão no Ifes poderá aproveitar essas atividades, para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Para tanto, deverá apresentar:

- o Plano de Atividades, preenchido pelo Professor Orientador das Atividades de Extensão;
- o Relatório Final (aproveitamento das atividades de extensão), preenchido pelo educando; e
- o Relatório Final (aproveitamento das atividades de extensão), preenchido pela Unidade Concedente.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de monitoria no Ifes poderá aproveitar essas atividades para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Sendo que, para isso, deverá apresentar:

- o Plano de Atividades de Monitoria, preenchido pelo Professor Orientador da Área de Estudo da Monitoria;
- o Relatório Final preenchido pelo Monitor; e
- o Relatório Final preenchido pelo Professor Orientador do Monitor.

O educando que esteja desenvolvendo atividades de iniciação científica no Ifes poderá aproveitar essas atividades, para cumprir o Estágio Obrigatório, desde que sejam na área do respectivo curso, aprovadas pelo Professor Orientador e atendidos os procedimentos de finalização do estágio. Devendo, para tal fim, apresentar:

- o certificado de participação emitido pela Agência de Fomento ou pelo Ifes; e
- o Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica ou Tecnológica para constar como carga horária de Estágio.

6.3.6.3.10 Das disposições gerais do estágio

O não cumprimento das normas estabelecidas no Regimento Interno do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Bacharelado em Administração pelos educandos estagiários ou pela Unidade Concedente resultará na não validação do estágio ou no seu cancelamento.

Quando o Ifes for a Unidade Concedente, a competência para gerir o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será da CrieC e, a competência para gerir o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório será da área de Gestão de Pessoas do Ifes/Campus Colatina.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Bacharelado em Administração em conjunto com a CrieC.

A inscrição no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório obedecerá ao Calendário de Matrícula do Ifes.

Para os estágios realizados, por meio dos acordos nacionais e internacionais de mobilidade estudantil, o Colegiado do Curso deverá efetuar sua convalidação para efeitos de validade legal.

Qualquer recurso impetrado por estudante matriculado em Estágios Supervisionados deverá ser encaminhado ao Professor Orientador. Caso o recurso não seja resolvido pelo Professor Orientador, deverá ser protocolado na CrieC, via Coordenação de Curso.

6.3.7. Atividades Acadêmico-científico-culturais

Entende-se como Atividades Acadêmico-científico-culturais as atividades não integrantes nas práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares, oficinas ou seminários obrigatórios do Curso Superior, desde que afins à área de formação geral e profissional do curso. As Atividades Acadêmico-científico-culturais devem ser desenvolvidas dentro do prazo de Conclusão do Curso, conforme definido no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Caberá ao aluno realizar Atividades Acadêmico-científico-culturais que privilegiem a construção de saberes que fomentem comportamentos sociais, humanos, éticos, culturais e profissionais.

O Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina definirá as atividades complementares padronizadas aos cursos de graduação presenciais, podendo os colegiados dos cursos proporem Atividades Acadêmico-científico-culturais adicionais, devidamente aprovadas pelo núcleo docente estruturante (NDE).

Importante ressaltar que não poderão ser consideradas Atividades Acadêmico-científico-culturais: o estágio curricular obrigatório; as atividades acadêmicas produzidas como conteúdos integrantes de disciplinas e/ou componentes regulares das ementas dos cursos; e as atividades funcionais exercidas pelo aluno na empresa em que possui vínculo empregatício, ou seja, proprietário.

6.3.7.1 Dos objetivos

As Atividades Acadêmico-científico-culturais têm por objetivo complementar a formação acadêmica da graduação em atividades não abrangidas pelo currículo do curso e/ou possibilitar a participação dos acadêmicos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, buscando o enriquecimento do processo ensino aprendizagem, priorizando:

- a complementação da formação social e profissional;
- as atividades de disseminação e/ou aquisição de conhecimentos e prestação de serviços;
- as atividades de intercâmbio acadêmico e de iniciação científica e tecnológica; e
- as atividades desenvolvidas no âmbito de programas de difusão cultural.

Essas atividades visam diversificar a formação do estudante com atividades e situações inerentes à profissão, bem como a vivência de situações reais que contribuam para seu crescimento pessoal e profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para sua formação técnica e humanística.

6.3.7.2 Das disposições gerais das Atividades Acadêmico-científico-culturais

O aluno do Curso de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina, deverá, ao longo do curso, somar um total de 300 (trezentas) horas em participação e/ou organização de eventos, tais como, congressos, palestras, seminários, simpósios, feira de negócios, dentre outros para a Colação de Grau, para a obtenção de Histórico Escolar de Conclusão de Curso e Diploma, na forma da legislação vigente, sendo de responsabilidade do aluno e não havendo dispensa das mesmas.

As Atividades Acadêmico-científico-culturais aceitas para integralização curricular estarão previstas em um Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina e aquelas aprovadas pelo NDE dos Cursos de Graduação presenciais, do Ifes-Campus Colatina. Tais atividades receberão registro de carga horária de acordo com o Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação do Ifes-Campus Colatina. O aproveitamento de carga horária referente às Atividades Acadêmico-científico-culturais será aferido mediante comprovação de participação e aprovação do Colegiado de Curso.

Os alunos vindos de transferência de outro curso de graduação terão as Atividades Acadêmico-científico-culturais lá realizadas validadas somente mediante a entrega de documentação constante no Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina.

As Atividades Acadêmico-científico-culturais serão computadas somente se desenvolvidas no decorrer do curso, entre o primeiro e o último período, sem prejuízo da frequência e do aproveitamento das atividades regulares do curso, desde que o aluno esteja regularmente matriculado no mesmo.

6.3.7.3 Da tramitação e registro

Após abertura do período estabelecido pelo Calendário Escolar, o discente deverá protocolar na Secretaria de Registro Acadêmico o pedido de aproveitamento das Atividades Acadêmico-científico-culturais, por meio de requerimento próprio constante no Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, com todos os comprovantes das atividades realizadas, em original ou cópia autenticada. Tendo-se em vista que:

- o documento que comprova a realização da Atividades Acadêmico-científico-culturais deverá ser expedido em papel timbrado da Instituição ou órgão promotor, com carimbo e assinatura do responsável e com a respectiva carga horária do evento; e
- serão aceitas cópias da documentação que comprovam a realização da Atividades Acadêmico-científico-culturais, desde que as mesmas estejam devidamente autenticadas em cartório, em certificado digital ou por servidor autorizado.

Recebido e protocolado pela/na Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), o pedido será enviado ao Colegiado do Curso para análise e validação. Após a homologação pelo Colegiado do Curso, o Coordenador do Curso realizará o registro das Atividades Acadêmico-científico-culturais no Histórico Escolar do aluno, por meio do Sistema Acadêmico (SA).

O Coordenador do Curso enviará para a CRA, após registro no SA, toda a documentação, para arquivamento na pasta do aluno. Fica facultado à Coordenadoria do Curso manter uma cópia da documentação do aluno.

6.3.7.4 Das competências

6.3.7.4.1 *Compete ao Colegiado do Curso:*

- propor ao NDE novos Componentes Curriculares de enriquecimento da Matriz, que poderão ser considerados como Atividades Acadêmico-científico-culturais, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso e com o Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina;
- homologar as Atividades Acadêmico-científico-culturais realizadas que forem devidamente comprovadas pelo aluno;
- resolver os casos omissos no Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina e interpretar seus dispositivos; e
- tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento das disposições regulamentares.

6.3.7.4.2 Compete ao Coordenador do Curso:

- fazer a divulgação referente ao cumprimento da carga horária relativa às Atividades Acadêmico-científico-culturais e realizar orientação geral dos alunos do curso quanto a tais atividades;
- articular e incentivar a participação dos alunos em Atividades Acadêmico-científico-culturais, realizadas em instituições do país e do exterior;
- orientar o aluno na escolha das atividades a realizar;
- conferir se a documentação entregue está correta: requerimento para solicitação de validação das horas de Atividades Acadêmico-científico-culturais originais e/ou cópias autenticadas (em cartório, em certificado digital ou por servidor autorizado) exigida para a validação da atividade;
- encaminhar a documentação ao Colegiado para fins de homologação das Atividades Acadêmico-científico-culturais;
- controlar e registrar as Atividades Acadêmico-científico-culturais desenvolvidas pelo aluno, bem como manter sempre atualizados os registros das atividades realizadas;
- enviar para a CRA, após homologação do Colegiado do Curso, a documentação do aluno para arquivamento; e
- orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Acadêmico-científico-culturais.

6.3.7.4.3 Compete ao discente:

- informar-se acerca das Atividades Acadêmico-científico-culturais oferecidas pela Instituição e por outras também;
- inscrever-se nos programas e participar efetivamente deles;
- providenciar a documentação que comprove a sua participação nas Atividades Acadêmico-científico-culturais;
- apresentar à Instituição, nos prazos estabelecidos no Calendário Escolar, formulário de requerimento de registro de Atividades Acadêmico-científico-culturais, anexo do Regulamento

de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina, com documentação comprobatória das atividades realizadas;

- acumular carga horária mínima, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento de Atividades Acadêmico-científico-culturais dos Cursos de Graduação Presenciais do Ifes-Campus Colatina; e
- guardar consigo a documentação original comprobatória das Atividades Acadêmico-científico-culturais e apresentá-la sempre que solicitado.

6.3.8. Tríade do conhecimento: integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão

A Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), em seu artigo 207 estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial”, devendo obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com vistas a essa associação, o processo de ensino-aprendizagem do curso de Bacharel em Administração do Ifes-Campus Colatina baseia-se em um conjunto de atividades interligadas, funcionando por meio de trocas de informações entre docentes e discentes, de acordo com os objetivos do curso (perfil do discente). Tal processo, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 7º da Resolução Consup/Ifes nº 135 de 2022 define a utilização de estratégias de ensino de aprendizagem ativa, pautada em práticas interdisciplinares, em consonância com o que apresenta Piaget (1988) sobre ser necessário que sejam adotadas metodologias que permitam ao aluno uma aprendizagem aplicada, fugindo de soluções predeterminadas.

Importante destacar que a tríade Ensino, Pesquisa e Extensão contribui para o desenvolvimento do conhecimento, pois segue uma lógica onde os pilares da educação de qualidade estão postos. Assim, a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, amplamente discutida e promovida no ambiente acadêmico, torna-se uma abordagem fundamental, valorizando a conexão entre os componentes curriculares (abordagem holística). Dessa forma, torna-se imprescindível explorar na prática, por meio da Extensão e com metodologias apropriadas, a sinergia entre essas três dimensões.

Para Freire (1988), o ensino deve ser um processo de diálogo e problematização, em que o professor e o aluno colaboram na construção do conhecimento. Essa abordagem coloca o aluno no centro do processo de aprendizado, incentivando a participação ativa e crítica. Isso é o que está proposto na Resolução Consup/Ifes nº 38, de 13 de agosto de 2021, que regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes, confirmado na Resolução Consup/Ifes nº 135/2022. Para implementar essa abordagem, metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) e a Sala de Aula Invertida, têm sido amplamente adotadas.

A ABP, por exemplo, envolve os alunos na resolução de problemas do mundo real, promovendo a pesquisa e a busca ativa pelo conhecimento. Para Karl Popper (2004), a pesquisa científica é caracterizada por sua natureza crítica e falsificável. Isso implica que a pesquisa é um processo contínuo de questionamento, teste de hipóteses e busca por evidências empíricas. A integração da pesquisa no ensino pode ser alcançada por intermédio da promoção de projetos de pesquisa e extensão para alunos, permitindo que eles explorem questões relevantes e apliquem métodos

científicos. Isso não só estimula o pensamento crítico, mas também contribui para a produção de conhecimento acadêmico.

A Extensão representa a dimensão prática da tríade do conhecimento, pois envolve a aplicação do conhecimento adquirido e gerado na academia para resolver problemas reais na sociedade. Para Paulo Freire, a extensão é um ato político e cultural que visa transformar a realidade, promovendo a justiça social. Assim, por meio de projetos de extensão, os alunos podem aplicar seus conhecimentos em comunidades, empresas com ou sem fins lucrativos, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e ganhando experiência prática. Isso não apenas fortalece a aprendizagem, mas também aumenta a relevância da pesquisa acadêmica.

A tríade de Ensino, Pesquisa e Extensão representa uma abordagem abrangente para o desenvolvimento do conhecimento. Ao adotar as metodologias propostas por autores como Paulo Freire e Karl Popper, as instituições de ensino podem promover a formação de alunos críticos, a produção de conhecimento relevante e o impacto positivo na sociedade. A integração dessas três dimensões não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também contribui para um mundo mais justo e informado.

Portanto, no curso de Bacharel em Administração do Ifes-Campus Colatina, como estratégia de associação entre as três dimensões da produção de conhecimento, o aluno será levado a diferentes experiências de práticas de extensão, nas disciplinas de Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias, associando aos conhecimentos produzidos no processo de ensino em diferentes disciplinas, cujos registros serão realizados em diversos formatos de textos, por meio da pesquisa. Nesse sentido, o discente, com a orientação de um professor, produzirá diferentes tipologias de textos acadêmicos definidos e descritos em regulamentação própria, elaborada pelo colegiado e NDE (em processo de construção).

Por se entender que, nos projetos de extensão inseridos nos programas do Ifes-Campus Colatina, torna-se necessária a intervenção de professores para que os alunos entendam o tema, de forma que possam em uma visita inicial à comunidade, à empresa pública ou privada, obterem informações (coleta de dados) relevantes em relação a possíveis problemas a serem resolvidos. A partir da identificação do problema, faz-se necessário pesquisar sobre a abordagem teórica e definir a metodologia a ser aplicada para encontrar uma solução, com base na qual será elaborado um instrumento de coleta de dados a ser aplicado. É esperado que do projeto de extensão finalizado, conforme definido por Paulo Freire e Karl Popper, as instituições de ensino promovam a formação de alunos críticos, a produção de conhecimento relevante e o impacto positivo na sociedade.

No curso de Bacharelado em Administração do Ifes-campus Colatina, optou-se por não ser obrigatória a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso, por se entender que a pesquisa é uma prática que deve permear todos os semestres do curso, para tanto, as disciplinas ofertadas terão diferentes oportunidades de envolvimento do aluno com a pesquisa e a produção de relatórios e outros textos científicos que relatem e/ou apresentem suas atividades de pesquisa. Para além das atividades de pesquisa ofertadas nas disciplinas, o Instituto e o Campus contam com outras oportunidades de envolvimento com a pesquisa como, por exemplo, editais de Programas de Iniciação Científica.

6.3.9. Iniciação Científica

As Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica são um instrumento que permitem introduzir os alunos de graduação, na pesquisa científica. Nessa perspectiva, projetos de pesquisa e de iniciação científica caracterizam-se como um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno. Em síntese, essas atividades podem ser definidas como instrumento de formação de recursos humanos qualificados. No curso de Bacharel em Administração do Ifes- Campus Colatina, os Projetos de Pesquisa seguirão as normas e procedimentos estabelecidos na Resolução do Conselho Superior do Ifes n. 140, de 14 de dezembro de 2022 e a Iniciação Científica seguirão as diretrizes e normas contidas na Resolução do Conselho Superior, também do Ifes, n. 150, de 06 de abril de 2023.

A iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um Projeto de Pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação discente. Para isso, utiliza-se do Programa Institucional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PICTI, que tem como objetivo incentivar o início e a manutenção das atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação (P, D&I) de estudantes, servidores e membros das comunidades residentes nas áreas geográficas de atuação do Ifes.

A Resolução Consup n. 140/2022 define um projeto de pesquisa como um conjunto de atividades que visem ao aprimoramento do conhecimento científico, artístico, cultural e tecnológico, com duração limitada e traz como objetivos dos projetos de pesquisa:

- fazer avançar os estados da arte e da técnica, nas ciências e nas tecnologias, em prol do desenvolvimento das potencialidades intelectuais individuais e coletivas;
- desenvolver ou aprimorar metodologias de pesquisa com abordagens inovadoras no âmbito das ciências e suas epistemologias;
- incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e fortalecer as existentes nas ciências e tecnologias;
- proporcionar o desenvolvimento de pesquisas com práticas interdisciplinares;
- possibilitar melhorias nas articulações dos campos científico e tecnológico com o ensino e a extensão;
- promover revisões críticas de questões teóricas e/ou práticas pertinentes a cada objeto de investigação;
- propiciar aos estudantes, aos servidores e colaboradores o desenvolvimento da maturidade científica por meio da participação em atividades de pesquisa, iniciação científica e tecnológica.

Para estruturar as ações relacionadas às atividades de pesquisa, a Resolução n. 150, de 06 de abril de 2023, apresenta os seguintes Programas:

I - Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Picti , composto pelos seguintes subprogramas:

- a) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic;
- b) Programa Institucional de Voluntariado de iniciação Científica – Pivic;

- c) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti;
 - d) Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Piviti;
 - e) Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – Pibic-Jr.;
 - f) Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica Júnior – Pivic-Jr.
- II - Programa Institucional de Apoio à Ciência – Prociência.
- III - Programa Institucional de Difusão Científica – Prodif.
- IV - Programa Institucional de Intercâmbio e Cooperação em Pesquisa e Pós-graduação – Prointer.
- V - Programa Institucional de Apoio à Pós-graduação – Propós.

6.3.10 Curricularização da Extensão

6.3.10.1 Princípios Teóricos e Fundamentos Legais

As atividades de extensão dos cursos superiores do Ifes são regulamentadas pela Resolução CNE/CES n. 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024; e a Resolução Consup/Ifes n. 38, de 31 de agosto de 2021. Nesse sentido, para o desenvolvimento do perfil desejado, o curso deve oferecer aos graduandos a possibilidade de apropriação de conhecimentos por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, permitindo ao acadêmico um domínio de competências que perpassam as seguintes dimensões:

- a) sociopolítica, por meio da abordagem crítico-reflexiva da realidade e do conhecimento;
- b) sociocultural, que apresenta situações de ensino-aprendizagem em que o aluno e as pessoas envolvidas possam compreender e expressar o real;
- c) técnico-científica caracterizada por intermédio do domínio dos fundamentos científicos do curso que possam auxiliar na sustentação do desenvolvimento econômico e social;
- d) técnico profissional que envolve conhecimentos técnicos e práticas específicas da profissão.

No curso Superior em Administração do Ifes-Campus Colatina, as atividades e/ou ações de Extensão são compreendidas como processo educativo, cultural, político, social, inclusivo, científico e tecnológico. As práticas de extensão neste curso visam promover, de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, a interação entre o Ifes-Campus Colatina e a sociedade, por meio de ações que envolvam diretamente as comunidades externas ao *campus* e que contribuam para a formação do estudante, em todos os aspectos. A extensão envolve práticas que podem ser definidas e executadas nas seguintes modalidades: Programa, Projeto, Curso/Oficina, Evento, Publicações e Prestação de Serviço.

O processo de inclusão dessas atividades de extensão no currículo do Curso Bacharel em Administração será realizado, por meio de componentes curriculares específicas, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Por componentes curriculares entende-se o conjunto de disciplinas ou atividades realizadas ao longo de um curso, de caráter teórico e/ou prático.

6.3.10.2 Objetivos da Extensão Curricularizada

Por intermédio das atividades de Extensão curricularizadas, o Curso objetiva:

- integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão ao longo da trajetória acadêmica dos bacharelados;
- construção de uma relação interativa entre docentes, técnicos administrativos, discentes e sociedade no desenvolvimento das atividades de extensão;
- atendimento à comunidade externa e o fortalecimento dessa relação de modo a construir soluções acadêmicas ou institucionais aos problemas do meio social, especialmente junto a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental;
- induzir o desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais atendidos pelo Ifes-Campus Colatina;
- preparar os discentes para atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e o seu perfil de formação humana e integral no âmbito do curso.

6.3.10.3 Funcionamento das Curricularização da Extensão no Curso

As atividades de Extensão implementadas compõem 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso, ou seja, 300 horas e estão inseridas nas seguintes modalidades: programa; projeto; cursos e oficinas; evento; publicações e prestação de serviço.

Para tanto, foram incluídos Componentes específicos de extensão na estrutura da matriz curricular deste curso e cuja carga horária está totalmente destinada ao cumprimento de atividades de Extensão pelos estudantes. Sendo eles:

Semestre Letivo	Componente Curricular	C. Horária
4º	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias I	60h
5º	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias II	60h
6º	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias III	60h
7º	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias IV	60h
8º	Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias V	60h
Carga Horária Total		300h

Marcada por um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre o instituto e outros setores da sociedade, A extensão do curso

de Bacharelado em Administração do Ifes-Campus Colatina poderá ser realizada nos seguintes programas:

Águas do Espírito Santo

LEDS - Laboratório de Educação em Desenvolvimento de Soluções

NIC - Núcleo Incubador de Colatina

NIPAT - Núcleo Integrado de Práticas Administrativas e Tecnológicas

LETER - Laboratório de Extensão em Tecnologias Educacionais e Robótica

EMAU ASAS - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Ação de suporte à Arquitetura Social

NEA Tabocas - Núcleo de Educação Ambiental

Neabi - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

Harpia Consultoria Jr.

O campus também possui projetos que têm sido realizados de forma contínua como:

Liga da Alegria

Workshop de Administração

Junho Verde

Festa Junina

Jornada de Integração

Titãs da Robótica.

Todos os programas/projetos acima relacionados poderão ter ações de extensão realizadas de forma contínua pelos alunos do curso de Administração.

7.1. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O processo de avaliação da implantação do PPC realiza-se, constantemente, por meio do NDE, juntamente com o Colegiado do Curso, a Coordenação do Curso e a Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP), com reuniões para análise dos instrumentos disponíveis, quais sejam:

- cumprimento de seus objetivos;
- perfil do egresso;
- habilidades e competências;
- estrutura curricular;
- flexibilização curricular;
- atividades Complementares;
- pertinência do curso no contexto regional; e
- corpo docente e discente.

Esse processo de avaliação do PPC conta com os alunos e a comunidade acadêmica, diretamente envolvida, no sentido de verificação da necessidade de possíveis reestruturações e adaptações.

A Comissão Própria de Avaliação também fornece informações importantes para o processo de avaliação do PPC, quando da aplicação da Avaliação Institucional.

A cada ano, o NDE, a Coordenação de Curso e a CGP verificam as informações para planejar as modificações e/ou adaptações necessárias no PPC.

7.1.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), conforme artigo 2º, da Resolução do CS 64/2019, é composto por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica em seu âmbito, mediante o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, sendo composto pelo(a) Coordenador(a) de Curso, como seu presidente nato, e por pelo menos 04 (quatro) docentes que ministrem disciplinas regulares no curso, considerando-se os seguintes critérios: pelo menos 60% (sessenta por cento) dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, sendo um deles, pelo menos, com título de Doutor(a); todos os membros devem atuar em regime de trabalho de tempo integral; garantir a representatividade dos núcleos profissionalizantes e/ ou específico do curso, sendo composto preferencialmente por professores que tenham experiência na área de atuação profissional do curso.

Esse grupo de docentes, juntamente com a Comissão instituída pela portaria do Diretor Geral do Ifes-Campus Colatina n. 59, de 13 de fevereiro de 2023, alterada pela Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 183, de 08 de maio de 2023, elaborou a reformulação do PPC apresentado neste documento, definindo seus limites e possibilidades em função da realidade local, dos

recursos disponíveis, das expectativas da comunidade e das legislações vigentes. Esta construção se fez com reflexão, estudo, trocas de experiência e correção de rumos. O trabalho conjunto torna-se importante para o PPC não seja fruto do pensamento de uma só pessoa, o Coordenador, e que os professores aliados do processo de pensar o curso, sejam meros executores de ementas, uma vez que só têm a visão de suas próprias disciplinas e não do curso como um todo. Sendo assim, o curso de Administração do Ifes-Campus Colatina é resultado de um processo de construção coletiva.

7.1.1.1 Composição do NDE

O Curso de Bacharelado em Administração possui um Núcleo Docente Estruturante responsável pela construção do Projeto Pedagógico, acompanhamento e planejamento, de acordo com Resolução do seu órgão, constituído pela Portaria-DG Ifes-Campus Colatina n. 299, de 12 de agosto de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Nome	Titulação	Regime de Trabalho	Representação
Izabel Maria Laeber	Mestre	DE	Presidente e Membro da Comissão de reformulação do PPC.
Thereza Christina Ferrari Paiva	Mestre	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico
Mauriceia Soares Pratissoli Guzzo	Mestre	DE	Membro da Comissão de reformulação do PPC do curso e representante do Núcleo profissionalizante/específico
Octavio Cavalari Junior	Doutor	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico
Thiago Chieppe Saquetto	Doutor	DE	Representante do Núcleo profissionalizante/específico

Fonte: Comissão de elaboração do PPC.

O NDE do curso de Bacharelado em Administração possui 100% (cem por cento) dos componentes com título de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e com regime de trabalho em dedicação exclusiva. O NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso de Bacharelado em Administração, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso.

A operacionalização do NDE ocorre na medida em que seus membros, no todo, em parte ou individualmente, participarem de atividades propostas pelo Colegiado ou Coordenação de Curso.

7.2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é um dos elementos que compõem o processo de ensino aprendizagem, e não deve ser vista como um fim a ser alcançado, mas como um instrumento dentro de um amplo processo para o alcance de determinados objetivos. Uma de suas finalidades é socializar, com competência técnica e senso crítico, o saber social historicamente construído. A avaliação não pode ser estática, ou seja, precisa ser progressiva e sistemática, envolvendo o universo

educacional como um todo. Entendendo a avaliação como parte integrante do processo de formação, são considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo quanto no desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores.

Como são múltiplas as áreas abrangidas pela Matriz Curricular do curso Bacharelado em Administração, múltiplas e diversificadas são, também, as formas de avaliação, sejam elas orais ou escritas, individuais ou coletivas. O professor tem autonomia para escolher as metodologias e os critérios de avaliação que melhor se apliquem à disciplina ou atividade que ele ministra. Entretanto, todos os aspectos envolvidos no processo são discutidos em reuniões periódicas e devem estar contidos no Plano de Ensino de cada disciplina.

O acompanhamento periódico das avaliações serve para garantir que sejam coerentes com os aspectos propostos nos programas de disciplinas, mas também como diagnose de possíveis falhas, o que possibilita que os setores competentes auxiliem o professor na busca de soluções e melhorias na qualidade de seu trabalho.

Uma avaliação bem elaborada e bem aplicada apresenta resultados que servem para retroalimentar o sistema educacional como um todo, o qual, por sua vez, não pode ser dissociado da vida real e deve ter sempre um caráter de contextualização e interdisciplinaridade.

As formas de avaliação, bem como sua periodicidade, variam de acordo com as especificidades e objetivos de cada Componente Curricular, mas devem seguir o previsto no ROD/2023 dos Cursos Superiores do Ifes, conforme descrito a seguir:

Art. 78. A avaliação será realizada de forma processual, com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo docentes e discentes.

Art. 79. Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo, afetivo e psicomotor, incluídos o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, visando diagnosticar estratégias, avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

§ 1º Os discentes público da Educação Especial devem ser avaliados sob formas e/ou condições adequadas às suas especificidades nas diferentes áreas do saber e/ou do fazer, de forma a contribuir para o seu crescimento e autonomia, tal como previsto em ato normativo institucional.

§ 2º Na avaliação dos discentes com necessidades específicas, o Ifes oferecerá adaptações de aplicação e de instrumentos de avaliação, bem como os apoios necessários por orientação do Napne e/ou solicitação do discente, conforme previsto nas normas institucionais e nacionais.

§ 3º O processo de avaliação da aprendizagem deverá ser orientado pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e pelo PPC, considerando cada modalidade de ensino.

[...]

Art. 82. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados com a utilização de, no mínimo, 3 (três) instrumentos documentados, tais como: exercícios, projetos, provas, trabalhos, atividades práticas, fichas de observação, relatórios, autoavaliação, dentre outros.

§ 1º Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente deverão, obrigatoriamente, ser explicitados no Plano de Ensino e apresentados aos discentes no início do período letivo, assim como os valores atribuídos a cada item dos respectivos instrumentos avaliativos, observadas as normas estabelecidas neste regulamento.

§ 2º O valor máximo atribuído a cada instrumento avaliativo não poderá exceder 40% (quarenta por cento) do total de pontos do semestre.

§ 3º Os instrumentos avaliativos com valor superior a 10% (dez por cento) da pontuação total semestral deverão ser divulgados com antecedência mínima de 3 (três) dias letivos.

§ 4º Os docentes deverão registrar, no sistema de informações acadêmicas, os resultados das atividades avaliativas e consolidar as notas (apropriá-las) num prazo de até 12 (doze) dias letivos a contar da data da aplicação.

§ 5º No final do processo, serão totalizadas as faltas e uma única nota para cada componente curricular.

[...]

Art. 86. Na verificação do aproveitamento em qualquer componente curricular dos cursos de graduação, serão considerados:

I - o resultado semestral obtido após, no mínimo, 3 (três) instrumentos de avaliação, conforme o Art. 82;

II - o resultado do exame final;

III - a frequência mínima exigida.

§ 1º Será aprovado no componente curricular, o discente que obtiver nota semestral maior ou igual a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada.

[...]

§ 3º O discente que obtiver nota inferior a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária ministrada poderá realizar o instrumento final de avaliação.

§ 4º Será considerado aprovado no componente curricular o discente que obtiver nota final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, resultante da média aritmética entre o resultado semestral das avaliações parciais e a nota do exame final, caso este tenha sido necessário.

§ 5º O discente que não obtiver a média estabelecida no § 4º deste artigo estará reprovado no componente curricular.

§ 6º Será considerado, para efeito de registro acadêmico, o melhor resultado obtido pelo discente entre o resultado semestral e a média calculada de acordo com o § 4º deste artigo.

A avaliação não deve se restringir a medir resultados, mas deve servir como instrumento de aprendizado. Para tanto, não deve ser apenas repetidora de conhecimentos previamente memorizados e acumulados.

Observando os preceitos pedagógicos, a avaliação deve ser diversificada, contextualizada e composta por questões que valorizem, além dos conteúdos específicos, o senso crítico, o raciocínio lógico e a capacidade de expressão e argumentação do aluno.

A resolução das provas em aula, após a correção das mesmas, é válida para dirimir dúvidas e verificar os pontos fortes e fracos da turma e do próprio docente. É um momento importante de autoavaliação.

Embora as avaliações se traduzam em valores numéricos, o recurso da avaliação qualitativa é bastante proveitoso e os alunos têm se mostrado receptivos a isso. Assiduidade, interesse, participação, realização de tarefas e cumprimento de prazos são valores que também merecem atenção e não devem ser desprezados no processo de avaliação do aprendizado.

Entretanto, diversos fatores podem contribuir para aumento dos índices de evasão escolar. Nesse contexto, faz-se necessário a adoção de estratégias significativas que contribuam para a construção do conhecimento visando à formação integral do aluno, que certamente contribuirão para a igualdade de condições para a sua permanência.

Desta forma, são adotadas ações de acompanhamento pedagógico, com diálogo estreito entre a Coordenação do Curso, os docentes e o setor pedagógico, de modo a identificar alunos com dificuldades de aprendizagem. Para estes casos, quando necessário, são reorganizadas atividades avaliativas, com instrumentos diversificados e aplicados no decorrer do semestre,

com critérios quantitativos e/ou qualitativos, contribuindo para a formação discente, sua permanência e consequente êxito no curso.

Além da oportunidade de nova avaliação nos componentes curriculares, também é utilizada a estratégia de monitoria e atendimento docente, ambas em horário extraclasse. Assim, estas iniciativas, possibilitam ao discente lidar com a própria aprendizagem.

7.3. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso inclui os processos internos e externos, pois a combinação dessas duas possibilidades permite identificar diferentes dimensões daquilo que é avaliado, diferentes pontos de vista, particularidades e limitações. Inclui-se, aqui, a avaliação do desempenho dos estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Sempre que o curso participar dessa etapa de avaliação, o NDE, a Coordenação e a CGP utilizarão as informações para verificar os pontos fortes e fracos do curso e, assim, propor mudanças, caso necessário.

Em outra dimensão de avaliação, o curso de Bacharelado em Administração também prevê a realização de avaliação do curso, sob a ótica do discente e da comunidade acadêmica, conforme avaliação realizada pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Tais ações servem para levantar e diagnosticar pontos que precisam ser modificados e melhorados na estrutura do curso, na prática pedagógica, no cumprimento do PPC e no do Projeto Institucional, bem como fornecer subsídios para a diretoria e coordenadorias tomarem decisões. Esse processo avaliativo é, sobretudo, uma forma de interlocução com a comunidade acadêmica, que participa e colabora para a criação de uma cultura avaliativa no curso.

Diversos instrumentos e métodos combinados são utilizados, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação do Ifes e conforme orientação da Avaliação Institucional. Os métodos adotados partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência dos dados em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

As dimensões avaliadas são:

- analisar e avaliar o Plano do Curso, sua execução e aplicabilidade e definir propostas de redirecionamento;

- analisar a produção acadêmica visando possíveis mudanças, atualizações e adequações;

- avaliar a relação do curso com a comunidade, por meio da Avaliação Institucional, buscando fazer com que a atividade acadêmica se comprometa com a melhoria das condições de vida da comunidade;

- avaliar os Recursos Humanos envolvidos no curso, buscando aprimorar o desenvolvimento profissional de forma permanente;

- avaliar o grau de independência e autonomia da gestão acadêmica, os mecanismos de gestão, buscando coerência entre os meios de gestão e o cumprimento dos objetivos e planejamento institucional;

atentar para a infraestrutura física e tecnológica, tendo em vista sua adequabilidade para atendimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para a satisfação dos usuários dos serviços prestados, com vistas à definição de propostas de redimensionamento;

adequar o Projeto do Curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional; e

avaliar as formas de atendimento ao Corpo Discente e integração deste à vida acadêmica, identificando os programas de ingresso, acompanhamento pedagógico, permanência do estudante, participação em programas de ensino, pesquisa e extensão, a representação nos órgãos estudantis, buscando propostas de adequação e melhoria desta prática no Ifes para a qualidade da vida estudantil e a integração do aluno à comunidade.

7.4. PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a CPA é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), consideradas as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui os Sinaes estabelece, ainda, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

A Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal do Espírito Santo terá a seguinte composição:

dois representantes do corpo docente;
dois representantes do corpo técnico-administrativo;
dois representantes da sociedade civil organizada; e
dois representantes do corpo discente.

Para colaborar na condução da Autoavaliação Institucional em cada Campus do Ifes, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), que desenvolvem as atividades, juntamente com a CPA. As CSAs têm a finalidade de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus.

Cada Campus do Ifes constituirá uma CSA, com, no mínimo, a seguinte composição:

um representante do corpo docente e respectivo suplente;
um representante do corpo técnico-administrativo e respectivo suplente;
um representante da sociedade civil organizada e respectivo suplente (opcional); e
um representante do corpo discente e respectivo suplente.

A composição atual da CSA do Campus Colatina, instituída pela Portaria n. 245, de 06 de julho de 2022, é composta pelos seguintes membros:

Representantes do Corpo Docente: Titular: REGINA CELIA VAGO – Presidente – e Suplente: ADRIANO LULIO;

Representantes do Corpo Técnico Administrativo: Titular: KAMILA SCALZER e Suplente: MARCIA BROCCO;

Representante do Corpo Discente: Titular: MAYRA RUIS PEREIRA, e Suplente: LISÂNIA SOARES MIRANDA.

Aos membros da CSA compete:

analisar e opinar sobre as questões dos instrumentos avaliativos, no mínimo uma vez ao ano;
organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu Campus;
organizar relatório parcial de Autoavaliação Institucional; e
manter arquivo das atividades realizadas.

A avaliação institucional, processo desenvolvido pela comunidade acadêmica do Ifes, ocorre com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Esta proposta de avaliação inicia-se com um breve histórico da Instituição, em seguida, define os objetivos principais da avaliação; explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação; apresenta os procedimentos metodológicos que são utilizados com a definição das etapas do processo; aponta as tarefas distribuindo-as entre os setores responsáveis que participam do trabalho; propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação na definição dos rumos da instituição e encerra-se com a apresentação de um cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a sua execução.

7.4.1 Objetivos da avaliação

A avaliação do PPC tem por objetivos:

- promover o desenvolvimento de uma cultura de avaliação no Ifes;
- implantar um processo contínuo de avaliação institucional;
- planejar e redirecionar as ações do Ifes a partir da avaliação institucional;
- garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- construir um planejamento institucional norteado pela gestão democrática e autonomia;
- consolidar o compromisso social do Ifes; e
- consolidar o compromisso científico-cultural do Ifes.

7.4.2 Mecanismos de integração da avaliação

Com o objetivo de avaliar as instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o Sinaes prevê, dentre outros, a articulação entre a avaliação do Ifes (interna e externa), a avaliação dos cursos e a avaliação do desempenho dos estudantes no Enade.

As políticas de acompanhamento e avaliação das atividades fins, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, além das atividades-meio, caracterizadas pelo planejamento e gestão do Ifes, abrangem toda a comunidade acadêmica, articulando diferentes perspectivas o que garante um melhor entendimento da realidade institucional.

A integração da avaliação com o projeto pedagógico dos cursos ocorre pela contextualização destes com as características da demanda e do ambiente externo, respeitando-se as limitações regionais para que possam ser superadas pelas ações estratégicas desenvolvidas a partir do processo avaliativo.

7.4.3 Diretrizes metodológicas e operacionais

O funcionamento da avaliação consiste no planejamento realizado pela CPA, que deve conter o instrumento de avaliação a ser utilizado, os segmentos consultados e o calendário de atividades, apresentado semestralmente; e a execução é realizada pelas CSAs em cada Campus.

A CSA do Campus Colatina executa a avaliação institucional utilizando o Sistema Acadêmico para discentes e docentes e o Sistema de Ponto Eletrônico para os Técnicos Administrativos. A divulgação do processo de avaliação se dá com avisos nos Quadros de Avisos da instituição, visita nas salas de aulas para divulgar o processo, dentre outras estratégias para que a comunidade acadêmica participe.

Terminado o período de avaliação, a CSA se reúne para preparar o relatório parcial do Campus. Os resultados são divulgados por meio de seminários, painéis de discussão, reuniões técnicas e sessões de trabalho, dentre outras.

A Direção se reúne para verificar os pontos fortes e fracos e preparar um plano de ação para divulgar junto à comunidade no dia da divulgação dos resultados.

Todas as informações geradas no Campus são enviadas para a CPA que publicará o Relatório Parcial Anual que fica disponível no *site* do Ifes (<http://lfes.edu.br>) para consultas.

ATENDIMENTO AO DISCENTE

O atendimento ao discente será feito diretamente pelas seguintes Coordenadorias e Núcleos:

Coordenadoria do Curso;

Coordenadoria Geral de Ensino (CGEN);

Coordenadoria Geral de Assistência à Comunidade (CGAC);

Coordenadoria de Pesquisa;

Coordenadoria de Pós-Graduação;

Coordenadoria de Extensão;

Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE);

Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM);

Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA);

Coordenadoria de Biblioteca;

Coordenadoria de Laboratórios;

Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (Criec);

Coordenadoria de Gestão Pedagógica (CGP);

Coordenadoria Ambulatorial;

Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne);

Núcleo de Arte e Cultura (NAC);

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi);

Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Nepgens)

Essas Coordenadorias e Núcleos estão à disposição do discente, de forma a atendê-lo em suas necessidades individuais e coletivas.

De acordo com o art. 3º, da LDBEN n. 9394/96, o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Com isso, faz-se necessário construir a assistência estudantil como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes.

A Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar, a Coordenadoria de Gestão Pedagógica, a Monitoria, dentre outros, apresentam ações de acompanhamento que são colocadas à disposição, para o devido atendimento ao discente do Ifes-Campus Colatina. O objetivo principal é dar condições aos discentes para se manterem na escola. Para tanto, tais ações atuam na prevenção e no enfrentamento de questões sociais, por meio de projetos como bolsa de estudos, bolsa de monitoria, auxílio transporte e isenção de taxas, cópias e apostilas.

A Coordenadoria de Gestão Pedagógica, representada pelo pedagogo que acompanha o Curso de Administração, junto com a Coordenadoria do Curso de Administração, desenvolve atividades de apoio e assessoria aos professores e alunos, que podem ser descritas como:

orientação ao docente e ao discente no que diz respeito a todos os elementos do processo de ensino e de aprendizagem, à vida acadêmica, seus avanços e dificuldades;

encaminhamento do discente que apresenta problemas psicopedagógicos, que afetam sua aprendizagem, para a psicóloga do Campus, a fim de juntas realizarem um trabalho em prol da eficiência e da eficácia do ensino-aprendizagem;

análise dos processos acadêmicos dos alunos de acordo com a organização didática do ensino de graduação do Ifes, bem como orientação e encaminhamento em relação aos casos omissos; promoção de mudanças qualitativas tanto no desenvolvimento profissional do docente quanto no desenvolvimento educacional do discente, objetivando a melhoria na capacidade de ação de ambos;

mediação do processo ensino-aprendizagem, para o estabelecimento da garantia e da consistência das ações pedagógicas e administrativas, fundamentais na efetivação de suas propostas; e

planejamento e execução de ações acerca de questões didáticas e pedagógicas, em articulação com os demais profissionais, objetivando a efetivação de todo o processo de ensino e de aprendizagem.

O professor tem horários de planejamento e de atendimento aos discentes, definidos junto à Coordenadoria do Curso, de maneira a permitir uma orientação presente e o entendimento de pontos não compreendidos nas aulas.

O Ifes-Campus Colatina preocupa-se em fomentar a inclusão dos discentes com necessidades educacionais especiais. Além disso, como estratégia pedagógica, são disponibilizados laboratórios, em horários diversos, com monitores selecionados pelos professores, de disciplinas que apresentem demandas e que necessitem de auxílio para utilização de laboratórios.

8.1 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

Dentre os itens contidos no Decreto n. 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o Ifes-Campus Colatina possui como elemento de circulação vertical rampas para acesso ao segundo pavimento, assim como espaço interno, portas de salas de aula, laboratórios e banheiros, de acordo com as Normas Técnicas de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O Campus Colatina ainda conta com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), criado por meio da Portaria nº 113 de 31 de maio de 2011, que é um órgão de natureza consultiva e executiva, de composição multidisciplinar. Tem por finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, permanência e saída com êxito em seus cursos.

GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso será exercida pelo Coordenador do Curso, em conjunto com o NDE e o Colegiado do Curso, que se reportam à Diretoria de Ensino, pelo mandato de dois anos (Coordenador) ou 3 anos (Colegiado e NDE), podendo ser reconduzido por mais o mesmo número de anos.

O Coordenador do Curso deve ser efetivo do corpo docente do Ifes-Campus Colatina, pertencer ao corpo docente do curso, trabalhar em regime de 40 horas semanais ou Dedicação Exclusiva, e possuir, ao menos, a titulação de Mestre.

A Coordenadora do curso de Bacharelado em Administração é a professora Mestra Izabel Maria Laeber. Graduada em administração de Empresas (1987) e Ciências Contábeis (1989) pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina. Graduada em Matemática pela UNIUBE (2011), especialista em Matemática e Estatística pela UFLA (2000) mestra em Administração pela FUCAPE (2015). Possui experiência em educação desde 1998. Atuou como Professora e Coordenadora no Curso de Pós-graduação em Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Administração Pública. Professora efetiva no Ifes desde agosto de 2008, atuando como Professora do Ensino Técnico ministrando disciplinas como Fundamentos de Marketing e Planejamento Estratégico; Professora no curso de Bacharelado em Administração ministrando as disciplinas de Empreendedorismo, Marketing e Gestão Estratégica. Coordena o curso de Bacharelado em Administração do Ifes/Campus Colatina, conforme Portaria n.546, de 06 de março de 2020.

As competências da Coordenadoria do Curso estão descritas no artigo 51 do Regimento Interno dos Campi do Ifes (IFES, 2016).

O Coordenador do Curso deve:

Integrar e presidir o NDE e o Colegiado do curso;

Atuar na relação com os docentes e com os discentes;

Representar o curso em fóruns específicos quando se fizer necessário;

Estabelecer, a cada ano, o plano de ação para a condução e o monitoramento de atividades que contribuam com a melhoria contínua do curso e

Zelar para o cumprimento do previsto no regulamento da organização didática dos cursos de graduação do Ifes (ROD).

O NDE tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. Integra a estrutura de gestão acadêmica do curso sendo corresponsável pela elaboração, implementação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Além disso, deve definir o perfil acadêmico do curso e a formação e o perfil profissional do egresso; a fundamentação teórico-metodológica do currículo; a integralização de disciplinas e atividades; as habilidades; as competências a serem atingidas e os procedimentos de avaliação.

A Resolução Nº 01/2010 da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), normatiza o NDE, que assim dispõe em seu art. 1º:

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (MEC, 2010).

As atribuições do NDE são definidas na citada resolução:

I – contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III – indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV – zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A resolução CONAES Nº 01/2010 estabelece também que as Instituições de Educação Superior, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes:

I. ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente o curso;

II. ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;

III. ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

IV. assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

O NDE, que no Ifes é instituído pela Resolução do Conselho Superior Nº 64 de 2019 (IFES, 2019), também contará com o apoio do Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso é órgão consultivo, normativo, de planejamento acadêmico e executivo, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão em conformidade com as diretrizes da instituição. As atribuições do Colegiado estão descritas na Resolução do Conselho Superior do Ifes No 63/2019. Dentre as atribuições, destacam-se abaixo aquelas inerentes à gestão do curso (IFES, 2019):

II. Funcionar como órgão consultivo e de assessoria do(a) Coordenador(a) do

Curso, em especial em questões de ordem administrativa;

III. Funcionar como instância de recurso para as decisões do(a) Coordenador(a) do Curso sobre as questões acadêmicas suscitadas tanto pelo corpo discente quanto pelo docente, cabendo recurso da decisão à Diretoria de Ensino ou ao setor equivalente do campus;

IV. Funcionar como órgão deliberativo nas questões didático-pedagógicas do curso propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE);

VI. Propor à Direção de Ensino do campus a oferta de turmas, o aumento ou a redução do número de vagas, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

- VII. Definir as listas da oferta de componentes curriculares para cada período letivo e homologá-las após aprovação pelas Coordenadorias dos Cursos, em conformidade com os prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico;
- VIII. Propor o horário dos componentes curriculares e das turmas do seu curso, ouvidas as coordenadorias envolvidas, observando a compatibilidade entre eles, exceto para cursos na modalidade a distância;
- XVI. Desenvolver, junto à Direção de Ensino, ações de acompanhamento da frequência e do desempenho acadêmico dos estudantes, de forma periódica e sistematizada, em articulação com a Equipe Pedagógica e Assistência Estudantil, observando a Política de Assistência Estudantil do Ifes;
- XVII. Definir, junto às Coordenadorias Acadêmicas, a necessidade de realização de programas e de períodos especiais de estudos de interesse do curso;
- XVIII. Orientar a elaboração e revisão dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso, bem como dos mapas de atividades dos cursos a distância, propondo alterações, quando necessárias;
- XIX. Sugerir às coordenadorias ou professores das diversas áreas do curso, a realização e a integração de programas de pesquisa e extensão de interesse do curso;
- XX. Propor às coordenadorias alterações na alocação de docentes que não atendam às necessidades dos cursos;
- XXI. Criar comissões temporárias para o estudo de assuntos específicos ou para coordenar atividades de sua competência;
- XXIII. Analisar e emitir parecer em colaboração com o NDE sobre os indicadores de desempenho do curso estabelecidos nacionalmente;
- XXIV. Instruir e apoiar até a publicação do ato regulatório pertinente, em colaboração com a Diretoria de Ensino de Graduação e com a Procuradoria Educacional Institucional, os processos de avaliação do curso;
- XXV. Atualizar a situação do curso na Procuradoria Educacional Institucional;
- XXVI. Elaborar e divulgar à comunidade acadêmica, o fluxo e os prazos a serem utilizados para o encaminhamento das decisões realizadas pelo colegiado;
- XXVII. Manter em arquivo todas as informações de interesse do Curso de Graduação, inclusive atas de suas reuniões, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais;
- XXVIII. Analisar e dar encaminhamento, sempre que solicitado, a outras questões pertinentes ao curso.
- XXIX. Auxiliar na proposição de formas de articulação para a integração curricular interdisciplinar.

CORPO DOCENTE

Abrahão Alexandre Alden Elesbon	CPF: 072.635.307-83
Titulação: Graduação em Engenharia Civil Mestre em Engenharia Ambiental Doutor em Engenharia Agrícola	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância):	
Disciplinas: Gestão Ambiental	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0691840402264190	

Alextian Bartholomeu Liberato	CPF: 054.516.347-18
Titulação: Graduação em Processamento de Dados Especialização em Gerência de Redes com Ênfase em Cabeamento Estruturado Licenciatura em Computação Mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional Doutorado em Ciência da Computação	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 04 anos	
Disciplinas: Fundamentos de Sistemas de Informação Conceito Geral sobre Propriedade Intelectual	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/5443992982789294	

Allana Matos de Andrade	CPF: 997.653.575-91
Titulação: Graduação em Administração Especialização em MBA Gestão Empresarial Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores Mestrado em Administração de Empresas Doutorado em andamento em Educação em Ciências e Matemática	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 2 anos	
Disciplinas: Matemática Financeira Finanças I Finanças II Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias Gestão de Finanças Pessoais Análise Financeira de Empresas Análise de Dados de Negócio	

Alextian Bartholomeu Liberato	CPF: 054.516.347-18
Titulação: Graduação em Processamento de Dados Especialização em Gerência de Redes com Ênfase em Cabeamento Estruturado Licenciatura em Computação Mestrado em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional Doutorado em Ciência da Computação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/2303047555012353	

Cíntia Araújo Espanhol	CPF: 112.844.267-18
Titulação: Graduação: Administração Especialista em Auditoria e Finanças Especialista em Prática Pedagógica para Professores Mestra em Administração Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 8 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 1 ano	
Disciplinas: Estatística Finanças I Finanças II Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias Gestão de Finanças Pessoais Análise Financeira de Empresas Análise de Dados de Negócio	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7665531920823023	

Cláudia Guio Bragato	CPF: 947.595.297-72
Titulação: Graduação em Ciências Econômicas Especialização em Administração Especialização em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar Complementação Pedagógica-Licenciatura Plena Mestrado em Economia	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 25 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 6 anos	
Disciplinas: Economia Estado, Governo e Mercado Teoria dos Jogos Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/0752796147890432	

Danielle Braun Calavotte Cozer	CPF: 055.185.067-16
Titulação: Graduação em Direito Graduação em Filosofia Especialização em Direito Civil Especialização em Direito de Família e Sucessões Mestre em Políticas Públicas e Processo	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 19 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 3 anos	
Disciplinas: Introdução à Legislação Ética Direito Público Direito Tributário Gestão em Contratos, Licitação, Convênios e Ajustes Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7074625825469227	

Francesco Suanno Neto	CPF: 123.356.987-29
Titulação: Graduação em História Mestrado em História das Relações Políticas	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 02 anos	
Disciplinas: Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	
Curriculum Lattes http://lattes.cnpq.br	

Igor Carlos Pulini	CPF: 085.614.457-69
Titulação: Graduação em Ciência da Computação Especialização em Tecnologia de desenvolvimento Java Licenciatura em Computação Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional Doutor em Engenharia de Produção	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 11 anos	
Disciplinas: Gestão de Sistemas de Informação Sistemas de Apoio à Decisão	
Curriculum Lattes: http://lattes.cnpq.br/7478661826324730	

Izabel Maria Laeber	CPF: 009.706.147-64
Titulação: Graduação em Administração Graduação em Ciências Contábeis Licenciatura Plena em Matemática Especialista em Matemática e Estatística Mestrado em Administração Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 17 anos	
Disciplinas: Marketing I Marketing II Estratégia Empresarial Empreendedorismo Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/5513973845889489	

Joanita Araújo Espanhol	CPF: 097.862.037-20
Titulação: Graduação: Direito Especialista em Processo e Direito do Trabalho Especialista em Direito Civil e Empresarial Especialista em Direito Digital e Compliance Mestrado em Segurança Pública	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 14 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 3 anos	
Disciplinas: Legislação aplicada à administração de empresas Legislação Ambiental Direito e Tecnologias Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Curriculum Lattes: https://lattes.cnpq.br/6372329084648233	

João Ricardo da Silva Meireles	CPF: 112.136.147-16
Titulação: Graduação em Letras Especialização em Metodologia da Língua Francesa Especialização em Linguística aplicada ao Ensino de Língua e Literatura Mestrado em Letras Doutorado em Letras	Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 02 anos	
Disciplinas: Português Instrumental Inglês para Negócios	
Curriculum Lattes	

Luiz Fernando Dalmonech	CPF: 742.859.807-97
Titulação: Graduação em Administração Especialista em Matemática e Estatística Mestrado em Contabilidade Doutorado em Contabilidade e Administração	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 30 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 1 ano	
Disciplinas: Contabilidade Básica Contabilidade de Custos Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4472541824991217	

Mauriceia Soares Pratissolli Guzzo	CPF: 027.675.867-61
Titulação: Graduada em Administração Mestre em Administração	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 8 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 14 ano	
Disciplinas: Teoria Geral da Administração Comportamento Organizacional Gestão de Vendas e Serviços Gestão em Saúde Pública Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2938766846247099	

Mauricio Soares do Vale	CPF: 081.117.207-42
Titulação: Graduado em Arquitetura e Urbanismos Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho, Engenharia de Petróleo e Gás Natural e Práticas Pedagógicas Mestre em Arquitetura Doutor em Cognição e Linguagem	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 19 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 4 anos	
Disciplinas: Relações Étnico-Raciais: educação para o respeito à diversidade e pluralidade no mundo do trabalho	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1016805490817392	

Octavio Cavalari Júnior	CPF: 075.010.437-60
Titulação: Graduação em Administração Especialista em Práticas para Ensino Superior Especialista em Docência de Educação Profissional e Tecnológica	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)

Mestrado em Ciências Contábeis Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática	
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 17 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 6 anos	
Disciplinas: Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias Tópicos Avançados em Gestão I Tópicos Avançados em Gestão II	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9341284152248115	

Renan Osório Rios	CPF: 118.854.957-06
Titulação: Graduação em Sistemas de Informação Especialização Lato Sensu em Práticas Pedagógicas para Professores Mestre em Modelagem Matemática e Computacional Doutor em Ciências da Educação	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 13 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 11 anos	
Disciplinas: Comércio Eletrônico Sistemas Colaborativos	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7478661826324730	

Thereza Christina Ferrari Paiva	CPF: 862.422.887-53
Titulação: Graduação em Administração Graduação em Ciências Contábeis Especialista em Planejamento Educacional Especialista em Administração e Gestão do Conhecimento. Especialista em Educação Financeira com Neurociência para Docentes Mestrado em Educação, Administração e Comunicação.	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 28 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 10 anos	
Disciplinas: Gestão de Pessoas Gestão de Processos Gestão do Conhecimento Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8420382955347543	

Thiago Chieppe Saquetto	CPF: 102.573.937-06
Titulação: Graduação em Engenharia de Produção Especialista em Práticas Pedagógicas para Professores Mestrado em Ciências Contábeis Doutorado em Administração	Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva (DE)

Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 10 anos
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 5 anos
Disciplinas: Elaboração e Análise de Projetos Gestão da Produção e Operações Extensão em Gestão, Legislação e Tecnologias Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais Logística
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4442796313166334

Wilson José Feroni	CPF: 074.715.427-99
Titulação: Graduação em Licenciatura em Matemática Mestrado em Matemática	Regime de trabalho: 40 horas semanais sem DE
Tempo de experiência de magistério superior ou experiência profissional: 15 anos	
Tempo de experiência em EAD (no caso de curso a distância): 0 anos	
Disciplinas: Matemática Básica	
Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6499107866740698	

INFRAESTRUTURA

O Campus Colatina está localizado no bairro Santa Margarida, município de Colatina/ES. Em termos de estrutura para os discentes o Campus possui a estrutura disposta nos quadros apresentados nos itens a seguir.

11.1. ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Salas de Aula	17	62,00			
Sala de Professores	1	98,05			
Coordenadoria de Curso Eixo Administração	1	18,00			

11.2. ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Biblioteca	1	348,00			
Laboratório de Informática	10	64,72			
Laboratório de Química	1	65,40			
Laboratório de Biologia	1	58,20			
Laboratório de Microbiologia	1	58,90			
Laboratório de Materiais	1	183,75			
Laboratório de Maquetes	1	47,70			
Laboratório de Instalações Hidrossanitárias	1	77,50			
Laboratório de Instalações Elétricas	1	77,00			
Laboratório de Projeto	2	86,00			
Sala de Pesquisa	1	42,50			

11.3. ÁREAS DE ESPORTES E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Área de atividades esportiva, contendo: três (3) quadras poliesportivas, um (1) campo de futebol society, uma (1) sala de ginástica, uma (1) sala de professores e um (1) depósito	1	3200,00			
Área de recreação, contendo: cantina, restaurante e cozinha de serviço	1	485,00			

11.4. ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Sala da Coordenadoria de Gestão Pedagógica	1	62,40			
Sala da Direção de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão	1	19,58			
Sala da Coordenadoria Ambulatorial	1	12,80			
Sala de Atendimento – Reforço e recuperação paralela	1	13,40			
Gabinete da Direção Geral	1	30,07			
Direção de Ensino	2	26,15			
Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA)	1	54,95			
Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)	1	20,70			
Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM)	2	37,32			

Coordenadoria de Relações Institucionais e Extensão Comunitária (CRIEC)	1	17,21			
Núcleo de Arte e Cultura (NAC)	1	21,58			
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi), Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NEPGENS), Núcleo de Relações Institucionais (NRI) e Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE)	1	13,4			
Sala de recursos	1	15,13			
NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas	1	13,75			

11.5. ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m²)	Quant.	Área (m²)	
Sala de Multimídia	1	67,00			
Sala de vídeo e multimídia	1	34,90			
Miniauditório	1	98,15			
Auditório	1	569,00			

11.6. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

O Campus Colatina possui ótima infraestrutura para suportar os diversos cursos técnicos que disponibiliza à sociedade. Equipado com:

Link dedicado de acesso à internet com firewall de borda para controle de acesso de entrada e saída;

Link banda larga para serviços essenciais em caso de falha do link principal;

Ampla estrutura de rede cabeada para todos os computadores que pertencem ao acervo do campus;
 Rede sem fio cobrindo toda extensão para atender a comunidade interna e visitantes;
 Estrutura de TI (tecnologia da informação) equipada com serviços de suporte à comunidade interna;
 11 (onze) laboratórios de informática de uso geral com a diversidade de "softwares" necessários aos cursos;
 Laboratórios de demanda específica dos cursos (Rede, montagem e manutenção de computadores, conforto, topografia, materiais de construção, física, química, microbiologia, robótica, Leds, Leter, Hub de inovação, outros);
 Biblioteca com equipamentos para acesso à internet;
 Salas de aula com projetores multimídia ligados à rede de computadores.

Além disso, todos os ambientes possuem recursos conectados à rede e, por consequência, à internet.

11.7. BIBLIOTECA

A Biblioteca do Ifes-Campus Colatina foi inaugurada em fevereiro de 1994 e possui uma área de 348m². É aberta a toda comunidade para a consulta local. Funciona em todos os dias úteis de 7h30min até as 20h, salvo em períodos de férias letivas, em que funciona em horário especial. Os serviços oferecidos à comunidade pela biblioteca são: atendimento ao usuário; circulação de materiais (empréstimo, devolução, reservas e renovações), serviço de referência (pesquisas de títulos no acervo online e demais bases eletrônicas disponibilizadas pelo Ifes) emissão de documentação, elaboração de fichas catalográficas e o acesso a recursos de informáticos.

O acervo, atualmente, conta com, aproximadamente, 11.358 títulos e 26.893 exemplares físicos no total. A sua cobertura temática, majoritariamente, abrange as áreas do conhecimento dos cursos ofertados pelo campus, de acordo a divisão das áreas do conhecimento CNPq/Capes: Ciências Exatas e da Terra (Matemática/Probabilidade e Estatística, Ciência da Computação, Física/Astronomia, Química e Geociências); Ciências Biológicas (Ciências Biológicas e Biodiversidade); Engenharias, Ciências da Saúde (Medicina, Saúde Coletiva e Educação Física); Ciências Agrárias; Ciências Sociais e Aplicadas (Direito, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Economia, Arquitetura e Urbanismo e Design, Planejamento Urbano Regional/Demografia Planejamento Urbano e Regional e Comunicação e Informação); Ciências Humanas (Filosofia, Sociologia, Antropologia/Arquelogogia, História, Geografia Psicologia Educação e Ciência Política/Relações Internacionais); Linguística, Línguas e Artes (Linguística, Literatura e Artes) e Multidisciplinas.

O quadro abaixo apresenta descritivamente os quantitativos do acervo conforme sua área:

Quadro de Títulos e Exemplares conforme a Área do CNPq /Capes		
Área CNPq/Capes	Total de Títulos	Total de Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	1378	4756
Ciências Biológicas	232	706

Engenharias	423	1758
Ciências da Saúde	256	896
Ciências Agrárias	58	131
Ciências Sociais Aplicadas	1637	4470
Ciências Humanas	2047	3819
Linguística, Letras e Artes	5129	9368
Multidisciplinar	7	916
TOTAIS	11.167	26.820

Hoje, esse acervo majoritariamente atende aos alunos videntes, podendo a biblioteca em caso de necessidade transcrever os itens do acervo, principalmente impressos, em formato braille para alunos deficientes visuais. Isto pode ser realizado por meio de parcerias da instituição ou mesmo por meio de solicitação ao Instituto Benjamin Constant e a aquisição de materiais junto a Fundação Dorina Nowill para Cegos.

Ao que diz respeito ao acesso dos alunos ao acervo físico, hoje, os matriculados nos cursos técnicos integrados e concomitantes poderão fazer empréstimo de, no máximo, 03 (três) títulos, podendo ser de literatura, biografias, parapsicologia e ocultismo, espiritismo e religião, relações interpessoais (autoajuda) e trabalhos de conclusão de curso pelo prazo de 14 (quatorze) dias; títulos de outras áreas e revistas de História em Quadrinhos, por 07 (sete) dias, renováveis por igual período, caso não haja reserva para outro usuário.

O acesso ao acervo virtual se dá por meio das bibliotecas virtuais assinadas pelo Ifes, que hoje são a Minha Biblioteca e a Biblioteca Universitária Virtual da Pearson e o Target Gedweb. A Minha Biblioteca é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil – Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva – que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso digital a um conteúdo técnico e científico de qualidade. Através da Minha Biblioteca, os usuários têm acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos das principais publicações de áreas como direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

A Biblioteca Virtual Universitária (BVU) é uma iniciativa pioneira de acervo de livros digital composto por milhares de títulos, que abordam mais de 40 áreas do conhecimento, tais como: administração, marketing, economia, direito, educação, filosofia, engenharia, computação, medicina, psicologia, entre outras. Por meio de uma plataforma intuitiva e ágil, os usuários da BVU acessam mais de 4000 títulos de mais de 20 editoras parceiras: Pearson, Manole, Contexto, Intersaberes, Papirus, Casa do Psicólogo, Ática, Scipione, Companhia das Letras, Educ, Rideel, Jaypee Brothers, Aleph, Lexikon, Callis, Summus, Interciência, Vozes, Autêntica, Freitas Bastos e Oficina de Textos.

As duas plataformas têm como seus reais usuários todos os professores e técnicos administrativos em educação do Ifes, os alunos de cursos da Educação a Distância (EaD), os alunos de pós-graduação presencial e os alunos de graduação presencial (só não sendo assistidos os alunos dos cursos técnicos presenciais). No caso da BUV, o seu acesso se dá diretamente a partir do link disponibilizado no AVA. Já no caso daqueles que já tenham login e senha cadastrados, pode ser acessada tanto no Moodle quanto em seu portal.

O Target GEDWeb, Sistema de Gestão de Normas e Documentos Regulatórios, foi desenvolvido para gerenciar grandes acervos de normas e informações técnicas. O Target GEDWeb é um sistema que disponibiliza acesso às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O GEDWeb rastreia e atualiza, diária e automaticamente (2 vezes ao dia), centenas de milhares de regulamentações técnicas. Para se ter acesso deve-se entrar em contato com a Biblioteca, por meio do e-mail: biblioteca.col@ifes.edu.br, informando seu nome completo, curso e número de matrícula para solicitar o cadastro.

Além das bibliotecas virtuais, o Ifes oferece o Repositório Institucional (RI/Ifes). O RI é um sistema pensado para armazenar, gerenciar, preservar e disseminar a produção técnico-científica dos servidores e estudantes da instituição, de forma livre e gratuita. Os trabalhos estão categorizados nas seguintes comunidades: Edifes; Eventos Ifes; Produção Científica; Teses e Dissertações; e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos. É possível encontrar arquivos por meio de busca no repositório, utilizando tema, título, autor ou tipo de documento. Os usuários podem fazer download, imprimir, compartilhar ou utilizar os materiais para fins educacionais e não comerciais. Para tanto, é necessário fazer a devida citação dos direitos autorais e observar o termo de uso de cada documento.

O acervo total que a biblioteca disponibiliza hoje aos seus usuários:

Quadro de Títulos e Exemplares Conforme a Área do CNPQ/ CAPES				
Área CNPq/Capes	Tipo de Material	Formato	Total de Títulos	Total de Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	Livros	Impresso	1.409	4.150
	Periódicos	Impresso	15	539
		Eletrônico	5767	5767
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	3	15
Ciências Biológicas	Livros	Impresso	1.409	4.150
	Periódicos	Impresso	15	539
		Eletrônico	5767	5767
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	3	15
Engenharias	Livros	Impresso	413	1351
	Periódicos	Impresso	3	83
		Eletrônico	3983	3983

	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	0	0
Ciências da Saúde	Livros	Impresso	250	522
	Periódicos	Impresso	5	374
		Eletrônico	8505	8505
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	0	0
Ciências Agrárias	Livros	Impresso	59	131
	Periódicos	Impresso	0	0
		Eletrônico	1884	1884
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	0	0
Ciências Sociais Aplicadas	Livros	Impresso	1629	4177
	Periódicos	Impresso	5	374
		Eletrônico	6483	6483
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	4	4
Ciências Humanas	Livros	Impresso	2011	3460
	Periódicos	Impresso	23	346
		Eletrônico	9700	9700
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	13	13
Linguística, Letras e Artes	Livros	Impresso	5083	8746
	Periódicos	Impresso	46	617
		Eletrônico	6483	6483
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	1	1
Multidisciplinar	Livros	Impresso	1	1
	Periódicos	Impresso	6	915
		Eletrônico	2251	2251
	Multimeios (DVD, CD-ROM etc.	Multiformatos	0	0
TOTAL			60982	76296

PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Considerando que o campus Colatina conta com infraestrutura física, acervo bibliográfico, disponibilidade de carga horária de docentes e técnico-administrativos para atender ao curso, não será necessário realizar investimento financeiro para o funcionamento do curso, no momento. Isso se justifica porque, recentemente, foram adquiridas bibliografias para atender.

Contratação de Docentes (número)	0
Contratação de Técnico-administrativos (número)	0
Custo aproximado da Obra	R\$ 0,00
Custo aproximado de Capital	R\$ 0,00
Custo aproximado de Custeio	R\$ 0,00
Material bibliográfico	R\$ 0,00

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 4.769, de 9 de setembro de 1965.** Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4769.htm >. Acesso em 24 out. 2007.

_____. **Decreto n. 61.934, de 22 de dezembro de 1967.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d61934.htm >. Acesso em 24 out. 2007.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de Dezembro de 1996:** LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso: 12 jul. 2007.

_____. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm >. Acesso em 12 jul. 2007.

_____. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm >. Acesso em 27 out. 2007.

_____. **Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm >. Acesso em 13 nov. 2008.

_____. **Decreto n. 5.224, de 1º de outubro de 2004.** Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/Decreto_5.224.pdf>. Acesso em: 27 out. 2007.

_____. **Decreto n. 5.225, de 1º de outubro de 2004.** Altera dispositivos do Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior e a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5225-1-outubro-2004-534244-publicacaooriginal-18915-pe.html>>. Acesso: 13 nov. 2008.

_____. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm>. Acesso: 03 abril de 2008.

_____. **Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura

Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2023.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em 5 dez. 2008.

_____. **RESOLUÇÃO do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior n. 2, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso: 21 maio 2008.

_____. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em 13 jun. 2019.

_____. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso: 13 jun. 2009.

_____. **Resolução n. 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em 21 de set. 2019.

_____. **Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. **Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 26 abr. 2019.

_____. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm >. Acesso em 13 jun. 2018.

_____. **Resolução CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: < https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf >. Acesso em 9 mar. 2023.

_____. **Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913> >. Acesso em 10 fev. 2023.

_____. **Resolução CNE/CES n. 5, de 14 de outubro de 2021.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=212931-rces005-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em 09 mar. 2023.

ESPÍRITO SANTO. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2020-2023.** INCAPER, 2020. Disponível em: < <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Colatina.pdf> >. Acesso em 03 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Conselho Superior. _____. **PORTARIA Ifes campus Colatina n. 203, de 16 de julho de 2014, que compõem a Comissão de Estruturação do Curso Bacharel em Administração a ser implantado no Campus Colatina.** Disponível em: <

_____. **Resolução CS Nº 160, de 05 de agosto de 2016.** Regimento interno dos campi do Ifes. Disponível em: < https://ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf >. Acesso em jan. 2019.

_____. **Resolução CS n. 2, de 14 de março de 2016.** Regulamenta os programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação no âmbito do Ifes. Disponível em: < https://ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2016/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2016/Res_CS_2_2016_-_Regulamenta_programas_de_apoio_a_pesquisa_e_a_posgraduacao_e_revoga_resolucao_cs_36_2010.pdf >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. **Portaria DG/Ifes-Campus Colatina n. 183, de 7 de julho de 2017.** Homologa *Ad Referendum* o Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração do Campus Colatina. Disponível em: <

Acesso em 12 mai. 2023.

[Alterada Res 19 2018.pdf](#)>. Acesso em fev. 2019.

[regulamenta-estagios-dos-alunos-do-ifes.pdf](#) >. Acesso em 11 mai. 2023.

[s.pdf](#) > Acesso em 23 mar. 2023.

em 12 mai. 2023.

struturante nos cursos de Gradua%C3%A7%C3%A3o do Ifes.pdf

edimentos Colegiados dos Cursos Superiores do Ifes.pdf>.

_____. **Resolução Consup/Ifes n. 38, de 13 de agosto de 2021.** Regulamenta as diretrizes para as Atividades Curriculares de Extensão no Ifes. Disponível em: < https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_38_2021_-_Regulamenta_as_diretrizes_para_as_Atividades_de_Extens%C3%A3o.pdf > Acesso em 23 mai 2023.

_____. **Resolução Consup/Ifes n. 58, de 21 de outubro de 2021.** Normatiza a oferta de componentes curriculares a distância e o uso de tecnologias educacionais nos cursos presenciais do Ifes. Disponível em: < https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_58_2021_-_Componentes_Curriculares_a_distancia.pdf >. Acesso em 05 de abril de 2023.

_____. **Resolução CONSUP/IFES n. 140, de 14 de dezembro de 2022.** Estabelece os procedimentos específicos para projetos de pesquisa no Ifes. Disponível em: < https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_140_2022_-_Estabelece_os_procedimentos_de_Projetos_de_Pesquisa.pdf >. Acesso em 12 mai. 2023.

_____. **Resolução CONSUP/IFES n. 135, de 14 de dezembro de 2022.** Regulamenta as Diretrizes para os cursos de graduação em Administração do Ifes. Disponível em: < https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_135_2022_-_Diretrizes_para_os_Cursos_de_Gradua%C3%A7%C3%A3o_em_Administra%C3%A7%C3%A3o_do>Ifes.pdf >. Acesso em 10 agosto 2023.

_____. **Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Graduação do Ifes - 2023.** Disponível em: < <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/documentos-institucionais/regulamento-organizacao-didatica/rod-graduacao-2023.pdf> >. Acesso em 12 mai. 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Carteira de Investimentos do Espírito Santo.** Atualizado em 27/03/2023. Disponível em: < <https://ijsn.es.gov.br/noticias/carteira-de-investimentos-do-espirito-santo-supera-r-53-bilhoes> >. Acesso em 15 abr. 2023.

LEITE, Romildo de Paula. **Colatina – o polo de vestuário do ESPÍRITO SANTO.** Disponível em: < <http://textileindustry.ning.com/m/discussion?id=2370240%3ATopic%3A594818> >. Acesso em 20 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192> Acesso em jan 2019

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior.** Disponível em: < <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/sudeste/espirito-santo/> >. Acesso em 11 mai. 2023.

TOLIPAN, Heloísa. **Colatina: a capital do pólo de confecções atrai compradores de todo o país ávidos por novidades semanais.** Disponível em: < <https://heloisatolipan.com.br/moda/colatina->

capital-polo-de-confecções-atrai-compradores-de-todo-o-país-avidos-por-novidades-semanais/ >. Acesso em 10 mai. 2023.